

Universidade Federal de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência

**Políticas de Igualdade Racial nos Cadernos de Orientação do Programa Nacional de
Inclusão de Jovens(Projovem - Adolescente) em Itapevi-SP de 2012 a 2014**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GUILHERME BISPO MACEDO

GUARULHOS

2018

**Políticas de Igualdade Racial nos Cadernos de Orientação do Programa Nacional de
Inclusão de Jovens(Projovem - Adolescente) em Itapevi de 2012 a 2014**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr Cleber Santos Vieira

ORIENTADOR

GUARULHOS

2018

**Políticas de Igualdade Racial nos Cadernos de Orientação do Programa Nacional de
Inclusão de Jovens (Projovem - Adolescente) em Itapevi de 2012 a 2014**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em de de 2018

Prof(a). Dr(a). Mariângela Graciano – Unifesp- Universidade Federal de São Paulo

Prof(a). Dr(a). Zuleika Stefânia Sabino Roque – Univap - Universidade do Vale do Paraíba

Prof .Dr. Cleber Santos Vieira

Orientador

Guarulhos

2018

*Dedico este trabalho
primeiramente a Deus, por ser essencial em
minha vida, autor de meu destino, meu guia,
socorro presente na hora da angústia.*

*Dedico a toda minha
família, em especial a minha Avó materna
Isaura (In Memoriam), que mesmo em seus
últimos dias de vida sempre me apoiou e me deu
palavras de incentivo com a intenção de que eu
não desistisse dos meus objetivos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador que durante todo esse tempo me deu total apoio e autonomia para que eu pudesse desenvolver a pesquisa de forma satisfatória.

Agradeço aos meus amigos, que desde o começo me apoiaram e sempre me fortaleceram com suas palavras de incentivo.

Agradeço aos participantes das entrevistas, que reservaram um precioso tempo para corroborar com essa dissertação.

Agradeço a todos os Professores do Programa de Pós Graduação em Educação e Saúde, onde tive a honra de participar de suas respectivas disciplinas durante o decorrer curso.

Agradeço a CAPES pela Bolsa de subsídio à pesquisa

RESUMO

Esta pesquisa investiga os eixos de aproximação entre a educação das relações raciais e o sistema de socioeducação no Brasil. Estuda-se de maneira detalhada de que forma as diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais e as leis 10.639/03 e 11.645/08, que dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino, reverberaram no Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Mais precisamente, busca-se analisar os impactos das políticas de igualdade racial no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem-Adolescente). A partir do arcabouço teórico-metodológico lançado por Nilma Lino Gomes, demonstra-se que dentre os caminhos abertos pela luta do movimento negro e pela lei 10.639/03 situam-se os manuais de orientação ao trabalho de educadores que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), isto é, as reivindicações e temas do movimento negro que se materializaram na forma de política educacional a partir de 2003, influenciaram diretamente o material pedagógico destinado à socioeducação. Tratam-se de cadernos produzidos e publicados no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social em 2009 e que circularam nos CRAS como subsídios ao trabalho pedagógico com adolescentes. Nesse sentido, esquadrihando-se os temas e conteúdos desses impressos, serão rastreados e analisados os itens referentes às relações étnico-raciais destacando-se de que maneira esses materiais articularam-se às políticas de igualdade racial e de assistência social. A investigação demonstra ainda a experiência histórica do PROJOVEM no Município de Itapevi-SP, onde, cotejando as propostas enfileiradas nos Cadernos de Formação, com a realidade de educadores sociais e de adolescentes, de perfil socioeconômico de baixa renda e majoritariamente negros, refletimos sobre as relações raciais do interior Progrma.

Palavras chave: Socioeducação, Relações Étnico-Raciais, Racismo, Juventude.

Guilherme Bispo Macedo. Racial Equality Policies in the Guidance Notebooks of the National Youth Inclusion Program (Projovem - Adolescent) in Itapevi from 2012 to 2014

ABSTRACT

This research investigates the axes of approximation between the education of racial relations and the system of socioeducation in Brazil. It is studied in detail how the national guidelines for the education of ethnic-racial relations and laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08, which provide for the obligation to teach Afro-Brazilian and indigenous history and culture in in the National Social Assistance Plan (PNAS) and the Single Social Assistance System (SUAS). More precisely, it seeks to analyze the impacts of racial equality policies in the National Youth Inclusion Program (Projovem-Adoloscence). From the theoretical-methodological framework launched by Nilma Lino Gomes, it is shown that among the paths opened by the struggle of the black movement and Law 10.639 / 03 are the guidelines for the work of educators who work in the Reference Centers of the (CRAS), that is, the demands and themes of the black movement that materialized in the form of educational policy from 2003, directly influenced the pedagogical material destined to the socioeducation. These are books produced and published by the Ministry of Social Development in 2009 and circulated in CRAS as subsidies for the pedagogical work with adolescents. In this sense, by scrutinizing the themes and contents of these forms, the items referring to ethnic-racial relations will be traced and analyzed, highlighting how these materials were articulated to the policies of racial equality and social assistance. The research also demonstrates the historical experience of PROJOVEM in the Municipality of Itapevi, where, comparing the proposals based on the Cadernos de Formação, with the reality of social and adolescent educators, with a low income and predominantly black socioeconomic profile, we reflect on race relations of the interior Program

Keywords: Socioeducation, Ethnic-Racial Relations, Racism, Youth.

GLOSSÁRIO

- CONJUVE: Conselho Nacional de Juventude
- CRAS: Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS: Centro de Referência Especializada da Assistência Social
- ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
- LEI 10.639: DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a **Lei** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- LEI 11.648: Altera a **Lei** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei** nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- MDS: Ministério de Desenvolvimento Social
- MEC: Ministério da Educação e Cultura
- P.B.F: Programa Bolsa Família
- P.L.A: Programa de Liberdade Assistida
- PAIF: Programa de Atenção e Atendimento Integral a Família
- PNAS: Política Nacional de Assistência Social
- SCFV: Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Sumário

Introdução.....	11
CAPÍTULO 1 CADERNOS DE FORMAÇÃO PROJovem-ADOLESCENTE...18	
1.1. Panorama geral.....	18
1.1.2. Marcas históricas e alguns protagonistas.....	31
1.1.3. Estruturação poética literária e a inspiração freiriana.....	37
1.1.4. Conversando com quais adolescências e juventudes?.....	42
1.2. A Questão do Racismo nos Cadernos de Formação do Projovem.....	48
CAPÍTULO 02 CRAS EM ITAPEVI.....61	
2.1. Caracterização do Projovem e CRAS Itapevi.....	61
2.2. Relações raciais em um equipamento de socioeducação: itinerários de um ex- oficineiro.....	68
CAPÍTULO 03 O PROJovem ITAPEVI PELOS OLHOS DOS EX PARTICIPANTES E FUNCIONÁRIOS.....74	
3.1 A Engrenagem “Projovem”.....	74
3.2 O Projovem Pelos Olhos dos Participantes.....	79
3.3 O Projovem Pelos Olhos dos Funcionários.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....88	
FONTES.....91	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....92	
ANEXOS.....96	

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação origina-se em minha experiência enquanto educador de um equipamento de socioeducação na cidade de Itapevi-SP. Atuei neste equipamento entre 2010 e 2013 na condição de oficinairo. Período em que pude conhecer o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), podendo ter a chance de trabalhar com adolescentes de 15 a 17 anos do Município.

Inicialmente, o objetivo da pesquisa era o de analisar e refletir sobre as questões que envolvem a adolescência, bem como a formação de profissionais da educação física. Dado a natureza multidisciplinar que estrutura o trabalho dos educadores sociais nos equipamentos de socioeducação, pretendia-se construir respostas às indagações tais como: “é possível fazer um vínculo entre a Educação física e a cultura afro-brasileira?”, ou ainda, “qual a importância do estudo da cultura afro-brasileira nas medidas socioeducativas?”. O ponto de partida inicial consistia em averiguar de que maneira a perspectiva multidisciplinar que orienta a socioeducação, estimulou a realização de atividades derivadas de duas diferentes áreas de conhecimento, educação física e cultura afro-brasileira, fazendo de oficinas e encontros com adolescentes em regime de socioeducação espaços de educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Para tanto, pretendia-se coletar dados produzidos a partir das práticas socioeducacionais desenvolvidas no interior do próprio Centro de Referência de Assistência Social, de Itapevi - SP, dentro do contexto das intersecções entre cultura afro-brasileira, educação física e socioeducação. Todavia, dificuldades no acesso a documentação do CRAS forçou a reorientação do escopo da pesquisa, pois, devido a extinção do Projovem-Adolescente, a documentação relacionada ao mesmo foi arquivada pelo município, que interpôs uma série de restrições ao acesso a estes materiais.

No que tange ao texto apresentado nessa, cumpre esclarecer que a revisão bibliográfica sobre o tema, bem como a localização, aquisição e sistematização dos Cadernos Projovem já haviam sido realizados pelo pesquisador, posto que sou um educador/oficinairo do Projovem, no CRAS Itapevi. Este material, porém, não se constituía como fonte principal da proposta de pesquisa. Inicialmente, pretendia-se trabalhar com a história do CRAS Itapevi-SP através da documentação institucional deste equipamento de assistência social e utilizando-se de entrevistas com ex-

educadores e gestores como suporte. Entretanto, por motivos de força maior, estes objetivos iniciais precisaram ser revistos de modo que, aproveitando-se das leituras sobre a política de assistência social e educação das relações étnico-raciais, portanto, adequamos o arcabouço teórico-metodológico da proposta de pesquisa delimitando-a especificamente na finalidade de estudar os materiais de orientação do Projovem-Adolescente.

Nesse sentido, a presente pesquisa desdobra-se sobre os vínculos entre as relações étnico-raciais e a socioeducação na medida em que apresenta uma reflexão sobre os materiais didáticos atinentes ao PROJOVEM-Adolescente destinados à formação de educadores e adolescentes do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e em outros projetos sociais mantidos pelo governo federal em parceria com governos estaduais e prefeituras.

Há de se considerar que o Projovem-Adolescente tem sido estudado por diferentes enfoques e por diversas áreas do conhecimento, desde anotações sobre as mudanças nas políticas públicas voltadas para os adolescentes, até trabalhos mais específicos sobre trajetórias de jovens atendidos pelo programa. É o caso de Olívia Maria Costa Silveira (2009), que em sua dissertação de mestrado, intitulada *O unicórnio e o rinoceronte: uma análise do Projovem a partir da percepção de seus beneficiários*, deslocou o foco da análise para os sujeitos de direitos em contato com uma unidade específica de assistência social. Ainda focando os adolescentes, mas assinalando as interfaces entre vida escolar e o Projovem, Eliana Oliveira, Luiz Esteves e Edna Castro (2009) publicaram o estudo *“Composição social e percursos escolares dos sujeitos do Projovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos”*. Trata-se de um instigante artigo, produzido no calor da hora, no qual os autores demonstram os obstáculos e perspectivas positivas de um programa ainda em construção. Também no campo das aproximações entre educação escolar e socioeducação, Nathália Ilka Nascimento estudou o significado e os impactos do Projovem na vida escolar de jovens adolescentes pobres moradores da periferia de Fortaleza-CE. Os resultados da pesquisa foram apresentados em texto intitulado *“Programa Projovem Urbano: anotações sobre escolarização, inclusão social e juventude. Revista Enfoques.”* (2013).

Outras abordagens que têm se destacado no estudo sobre o Projovem são aquelas mais abrangentes que discutem a sua natureza enquanto política de inclusão da juventude em situação de vulnerabilidade social. Neste caso, merece destaque um

estudo independente realizado por estímulo do governo federal e Nações Unidas. Este trabalho foi realizado com o intuito de rastrear a trajetória do Projovem tendo sido divulgado em 2011 na forma de “*Estudo de Caso apresentado durante evento paralelo do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre Juventude, 25-26 de julho de 2011*”. A elaboração foi executada por Benício Viero Schmidt, Henrique Carlos de O. de Castro, Helena Ariane Borges Corrêa e Moema Gomes de Faria. De acordo com os autores; objetivou-se que:

O Projovem fosse objeto de análise de um grupo independente com foco nos desafios enfrentados desde sua criação até sua consolidação, as lições aprendidas e, sobretudo, as possibilidades de replicabilidade do programa, a partir de soluções encontradas e até mesmo efeitos inesperados que merecem destaque. O documento não pretende avaliar o programa, mas sim realizar análise dos desafios centrais do Projovem, dada a realidade brasileira, com a identificação de seus principais elementos de replicabilidade ao final de um ciclo de execução. (SCHMIDT; CASTRO; BORGES, FARIA, 2011, p.04)

Cite-se ainda a tese de Fábio Pereira Nunes, *A Formulação do Programa Nacional e Inclusão de Jovens (PROJOVEM) como política pública (2015)*. Através de competente levantamento documental, o autor reconstrói a trajetória do Projovem enfatizando os protagonistas, etapas e articulações que em dado momento de nossa história entrecruzaram as políticas voltadas para a juventude às políticas de assistência social. O texto caracteriza-se ainda pelo teor autobiográfico e testemunhal da narrativa, posto que o autor atuou em um dos programas educacionais conjugados ao Projovem. Fato este que nos inspira nas reflexões sobre os materiais pedagógicos do Projovem com os quais trabalhamos no CRAS Itapevi-SP.

Outro ponto importante na pesquisa é o conceito de Educador Social, que no que tange ao Projovem, é um cargo de extrema relevância aos adolescentes, uma vez que de todos os cargos inerentes ao funcionalismo do programa, o Educador Social é o mais próximo e assíduo aos adolescentes, tornando-se uma “Tutor”.

O Educador Social, deve-se enfatizar que o mesmo é um profissional que tende-se a estar sempre em formação (ininterrupta) uma vez que a sua relação com os outros no ambiente de serviço, é uma relação de aprendizado e troca de vivências e experiências, ou seja o Educador Social deve sempre estar aberto a novas vivências e troca de informações. A essência do Educador Social é o diálogo e a troca de experiências, como expressa Gohn (2010):

O Educador Social é algo mais que um animador cultural, embora ele também deva ser um animador do grupo. Para que ele exerça um papel ativo, propositivo e interativo, ele deve continuamente desafiar o grupo de participantes para a descoberta dos contextos onde estão sendo construídos os textos (escritos, falados, gestuais, gráficos, simbólicos etc). Por isto os Educadores Sociais são importantes, para dinamizarem e construírem o processo participativo com qualidade [...]O aprendizado do Educador Social numa perspectiva Comunitária realiza-se numa mão-dupla -ele aprende e ensina (...)" (GOHN, 2010. 33p).

Coadunam as ideia proposta pela autora GOHN, as citações de TRILLA (1985), onde o mesmo ressalta que: "(...) ao contrário do sistema formal, a ser selecionados e adaptados considerando-se necessidades autóctones e imediatas das áreas de atuação. Seriam, assim, mais contextualizados, funcionais, de caráter menos abstrato e intelectualista (...)". (TRILLA, 1985, p. 27)

Outro ponto salutar na pesquisa, é o estudo sobre o termo "juventude", que deve ser encarado não somente como um momento biológico do ser humano, mas como uma fase de descobertas e interações, onde é importante ressaltar que os jovens devem ser vistos com olhar pluralista e heterogêneo, uma vez que a juventude é constituída de vários grupos mistificados de seres em formação intelectual, sentimental e social, corroborando a essas afirmações, citamos SPOSITO (2002), que ressalta: "(...) as pesquisas mais recentes têm recorrido a novas abordagens, incluindo aquelas que sinalizam os estudos às formas associativas e de expressão cultural dos segmentos juvenis(...)" (SPOSITO, 2002 p. 19)

Portanto, a presente pesquisa apresenta uma contribuição à história do Projovem. Entendemos que, muito embora o programa já tenha sido analisado por muitos enfoques, existem lacunas que precisam ser estudadas. No que tange a educação das relações étnico-raciais, a presença da Secretaria das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no comitê interministerial, criado em 2008, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (MDS), denota a importância conferida às relações raciais neste contexto. Urge ressaltar o lugar ocupado pela cultura afro-brasileira nas medidas socioeducativas. Seguindo a própria perspectiva multidisciplinar delineada pelas políticas que orientam a socioeducação no Brasil, há de se explorar os vínculos da mesma com outras áreas. Para

isso será necessário considerar os documentos norteadores da socioeducação que estabelecem o aspecto interdisciplinar na abordagem de temas e conteúdos. Enfim, analisar os aspectos das políticas de igualdade racial na esfera dos materiais pedagógicos do Projovem é a finalidade deste projeto.

Tal abordagem significou uma investigação privilegiando-se como objeto de estudo o material de orientação do Projovem-Adolescente publicado em 2009 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Através da análise deles demonstramos que as concepções de relações étnico-raciais e/ou cultura afro-brasileira veiculadas pelos títulos que compuseram esta coletânea relacionam-se mais estreitamente ao conhecimento, discursos e experiências educacionais antirracistas enfeixados nas diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira. Analisamos ainda as formulações sobre a adolescência negra inscritas no âmbito das políticas de assistência social desde 2004 e que subsidiam o trabalho realizado por educadores sociais nos CRAS.

Portanto, este é um trabalho focado na história da educação das relações étnico-raciais pelo eixo dos textos de formação, buscando aprender os seus diferentes títulos, autores e as diversas abordagens assumidas sobre a cultura afro-brasileira. Ou seja, em seus diferentes títulos, identificou-se e analisou-se a presença de diferentes posturas em relação ao que deveria ser o papel da diversidade cultural na formação do cidadão formulado em múltiplas instâncias articuladas ou não aos temas do movimento negro. Partiu-se do pressuposto que os temas e conteúdos sobre a população negra presentes nestes Cadernos de orientação, embora publicados sob os auspícios do MDS, não podem ser compreendidas de maneira restrita às fronteiras deste órgão. Há que considerar, por exemplo, a importância do comitê intersetorial constituído a partir de 2008 com o objetivo de assegurar assistência social aos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos oriundos de famílias beneficiárias do bolsa família. A SEPPIR participou efetivamente desse comitê, o que demonstra a importância das políticas de igualdade racial na formulação do Projovem. Analisamos especificamente duas dimensões desta questão: a) a história do negro nos impressos escolares brasileiros, na medida que o trabalho explorou fontes produzidas em um recorte cronológico de ascensão das políticas públicas de igualdade racial; b) a história dos cadernos de formação do Projovem considerando sua reverberação no CRAS de Itapevi-SP.

Desse modo, na perspectiva da história cultural do livro, realizamos um estudo intensivo dos cadernos de formação que compõem a Coleção Projovem-Adolescente pelo eixo da educação das relações étnico-raciais. Por este caminho, os cadernos de formação serão considerados como manuais escolares nos termos que propõem autores como Alain Choppin (2008) e Augusto Gomes da Silva (20007), ou seja, um livro que reúne um conjunto de informações e conhecimentos sistematizados, que formam pessoas em espaços institucionais, mas que não se limitam a eles e nem podem ser confundidos apenas como objetos culturais da educação escolar. Trata-se de abordar os impressos destinados à sócioeducação considerando os efeitos das políticas de igualdade racial articuladas no Brasil a partir de 2003, ano de publicação da lei 10.639.¹ Ao adotarmos tal procedimento partilhamos da observação feita por Nilma Lino Gomes sobre os impactos do movimento negro na redefinição dos paradigmas epistemológicos em estudos sobre a população negra. De acordo com esta autora

Ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora africana. (GOMES, 2012, p.731).

Esta orientação metodológica é imprescindível, não só porque permite compreender a educação das relações étnico-raciais como parte das políticas de igualdade racial conquistadas pelos movimentos negros, mas também porque permite identificar as reverberações dos conhecimentos produzidos a partir dela em todos espaços educacionais articulados às políticas públicas, incluindo a o sistema socioeducacional.

Trabalhar com impressos nesta perspectiva significou, pois, trilhar por temas como o das especificidades em termos de concepções e fundamentos metodológicos que orientaram os organizadores dos cadernos para definir adolescência e juventude, e de que maneira adolescentes negros/as figuram nesses textos. Em termos cronológicos, a pesquisa sobre os Cadernos de Formação do Projovem Adolescente insere-se em uma

¹ LEI 10.639: DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"

perspectiva temporal bastante delimitada, isto é, analisamos a emergência das lutas pela educação antirracista presentes nos cadernos em 2009 como o agrupamento e síntese de práticas sociais produzidas em diferentes contextos. Por este escopo analítico o primeiro título da coleção (*Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos*), por exemplo, será analisado considerando não apenas as mudanças institucionais interpostas pela nova política nacional de juventude ao qual o Projovem se articulava, mas também a presença da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) na gestão do Projovem e em qual medida tal fato contribuiu para dar visibilidade ao tema da diversidade racial e combate ao racismo na formulação do Projovem.

Por sua vez, o segundo volume, *Traçado Metodológico*, remeterá as reflexões ao campo da cartografia das ações prescritas aos educadores. Neles estarão presentes dois grupos de leitores implícitos: adolescentes e educadores. Nesta pesquisa mantivemos o foco no entendimento sobre de que maneira a população negra foi representada nesta trilha, de que maneira os organizadores constroem o argumento da diversidade cultural na juventude e de que maneira o tema se articula ao racismo estruturante da sociedade brasileira que impacta mais diretamente o/a adolescente negro.

Desse modo, serão mapeados minuciosamente os temas e conteúdos relacionadas a relações étnico-raciais nos seguintes Cadernos de Orientação do Social do Projovem Adolescente: **Caderno 1** : Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos Concepções e Fundamentos.; **Caderno 2** : Traçados Metodológicos; **Caderno 3** : Caderno do Orientador Social- Ciclo I Percurso Sócioeducativo I “Criação do Coletivo”; **Caderno 4** : Caderno do Orientador Social- Ciclo I Percurso Sócioeducativo II “Consolidação do Coletivo”; **Caderno 5** : Caderno do Orientador Social- Ciclo I Percurso Sócioeducativo III “Coletivo Pesquisador”; **Caderno 6** : Caderno do Orientador Social- Ciclo I Percurso Sócioeducativo IV; “Coletivo Questionador”; **Caderno 7** : Caderno do orientador Social- Ciclo II; Percurso Sócioeducativo V “coletivo Articulador-Realizador” “Participação Cidadã”.; **Caderno do Facilitador 8** : Ciclo II Percurso Socioeducativo VI “Coletivo Articulador-Realizador”.

No capítulo 1 “Cadernos de Formação Projovem-Adolescente”, tendo como base a descrição dos materiais didáticos norteadores do Projovem, que eram baseados numa coletânea de oito cadernos, subdivididos em percursos. Nesse capítulo falaremos

também sobre a história e sobre as funções do programa, ou seja, a caracterização do programa e seu traçado metodológico. Daremos ainda uma atenção especial aos profissionais que estiveram envolvidos no desenvolvimento desses cadernos, no sentido de compreender a metodologia utilizada para essa etapa de pesquisa, fora utilizada a consulta ao banco de dados públicos em plataforma digital tais como Plataforma Lattes.

Ainda no capítulo 1 faremos uma descrição do contexto histórico que coadunou a criação dos cadernos. Analisaremos ainda o significância literária dos cadernos, bem como a base Freiriana que fica evidente nos materiais do Programa. Enfim, salientaremos dentro dos cadernos do Projovem a conversação entre os cadernos norteadores com a juventude, ressaltando as características que permeiam essa díade.

Já no capítulo 2 “CRAS Itapevi”, faremos uma explanação sobre a realidade socieducativa em Itapevi-SP, fazendo primeiramente a caracterização do município, bem como a descrição de como começou, e por onde caminhou o Centro Referência da Assistência Social em Itapevi, e também a descrição e a relevância do Projovem nos anos que esteve em ativa no município. Faremos ainda a caracterização do público que era atendido pelo programa, seu perfil, suas características e peculiaridades.

Ainda sobre o enfoque Cras Itapevi, é importante salientar que essa pesquisa agrega um potencial muito importante para o Município, uma vez que até então não fora feito nenhum trabalho acadêmico voltado ao Projovem em Itapevi, ou mesmo sobre a juventude de Itapevi, ou ainda sobre o Cras em Itapevi; Mediante a essas afirmações, é importante salientar que a presente pesquisa é inédita ao município e traz informações muito esclarecedoras sobre como foi a realidade do Projovem Itapevi.

Seguindo, mostraremos as relações raciais que estiveram presentes dentro do programa, tendo como base o relato de um ex-oficineiro do programa, que trata nesse depoimento a questão racial e a realidade da Equipe Pedagógica, descrevendo ainda como que era a vivencia dentro do programa e suas percepções enquanto profissional envolvido com a socioeducação.

CAPÍTULO 1

CADERNOS DE FORMAÇÃO PROJÓVEM-ADOLESCENTE

1.1. Panorama geral

O material pedagógico do Projovem Adolescente perfaz um total de oito cadernos, sendo considerados uma publicação técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Assistência Social. O expediente dos oito números apresenta invariavelmente a seguinte composição e repartições de alguma forma envolvidas com estas publicações: Secretária Nacional de Assistência Social: Ana Lígia Gomes Diretora do Departamento de Gestão do SUAS: Simone Aparecida Albuquerque Diretora do Departamento de Proteção Social Especial: Valéria Maria Massarani Gonelli Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais: Maria José de Freitas Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social: Fernando Antônio Brandão; Diretora do Departamento de Proteção Social Básica: Aidê Cançado Almeida; Coordenadora-Geral de Regulação das Ações de Proteção Social Básica: Mariana López Matias; Assessor Técnico do Departamento de Proteção Social Básica: Alexandre Valle dos Reis; Colaborador: Jeison Pábulo Andrade.

As tabelas abaixo apresenta um breve quadro contendo a área de conhecimento e as instituições nas quais o corpo técnico diretamente responsável pelas repartições públicas envolvidas nas publicações do Projovem Adolescentes se formaram. Estas informações assinalam um panorama que as áreas e regiões da federação predominantes que incidiram na equipe coordenadora.

	Formação	Instituição	Estado	Nascimento
Ana Lígia Gomes	Assistente Social, graduada pela Universidade de Brasília -Unb- 1982. Possui mestrado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Tem experiência na área de Assistência Social com atuação profissional de 30 anos. Foi Secretária Nacional de Assistência Social, Diretora de Benefícios e assessora do Ministério do Desenvolvimento Social. Ocupou os cargos de Secretária Adjunta, Subsecretária de Assistência Social, subsecretária de	Universidade de Brasília -Unb.	Brasília	Não localizado

	Avaliação e Gestão da Informação e Assessora na Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF. Tem experiência na área de assistência social com ênfase na política e na gestão do Sistema Único da assistência Social.			
Simone Aparecida Albuquerque	Assistente Social, especialista em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.	Minas Gerais	***
Valéria Maria Massarani Gonelli	Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Piracicaba (SP). Foi tesoureira do Conselho Federal de Serviço Social e presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 9ª região/São Paulo. Presidiu, ainda, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santo André (SP). Dentre suas experiências profissionais, destacam-se as desenvolvidas junto às prefeituras municipais de São Vicente, Santo André e São Paulo, no período de 1991 a 2004. No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atuou como Diretora do Departamento de Proteção Social Especial. Atualmente, exerce o cargo de Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Brasília - DF.	Faculdade de Serviço Social de Piracicaba (SP).	São Paulo	****
Maria José de Freitas	***	****	*****	Não localizado o currículo
Fernando Antônio Brandão	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1989). Atualmente é consultor em políticas de proteção social para governos subnacionais. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão pública, compras públicas, proteção social, assistência social, financiamento da assistência social, SUAS - Sistema único de assistência social, Sistema único de saúde,	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas	Minas Gerais	N/L
Aidê Caçado Almeida	Vasta experiência em Assistência Social na consolidação do SUAS, Possui mestrado em Approches Multireferencielles des Politiques Educa pela PARIS 8 VINCENNES A SAINT-DENIS(1990). Prestou Assessoria Estratégica a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais.			N/L
Mariana López Matias	Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília/UNB com Estágio de Doutorado Sanduíche/CAPES (10 meses) na Ryerson University/Toronto/Canadá. Mestre em Serviço Social/Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Especialização em Gestão de Cidades e Projetos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará/UECE. Assistente Social formada na UFPE. Tem vasta experiência prática/teórica em políticas públicas adquirida em trabalhos desenvolvidos em cidades do Nordeste e também como consultora da UNESCO e do PNUD (Brasília). Foi Coordenadora Geral de Regulação das Ações de Proteção Social Básica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Atualmente, ministra cursos de capacitação na área da Política de Assistência Social. Na UnB, fez prática docente, ministrando a	UFPE	Brasília	N/L

	disciplina Política Social. Foi Tutora do Curso de Especialização em Gestão Públicas do Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Na Universidade de Fortaleza/UNIFOR, ministra as seguintes disciplinas: Sociologia Geral e do Direito, Ciência Política, Antropologia Jurídica e Monografia I. É pesquisadora do Núcleo de Estudos do Direito do Trabalho e Seguridade Social, cadastrado no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.			
Alexandre Valle dos Reis	Possui graduação e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Educação em Ciências pela UFRGS. Atualmente é professor adjunto do colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) com dedicação exclusiva. É professor orientador do programa de mestrado em extensão rural da univasf. É pesquisador do KRISIS, Laboratório de Antropologia e Política. Foi presidente do comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos entre 2011 e 2015 e vice-presidente da comissão de ética no uso de animais no mesmo período. É autor do livro Vita, publicado pela editora Mundo de Cetim, e do livro Filosofia e Ética, publicado pela editora Educacional. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, bioética, filosofia alemã do século XIX, com ênfase em Nietzsche e Schopenhauer, e estética.	Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	***
Jeison Pábulo Andrade	Possui graduação em Filosofia e pós-graduação em Bioética pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia, bioética, ética, natureza, verdade e ilusão. Leciona há 7 anos na SEEDF para Ensino Médio Regular e EJA 3º Seguimento	Universidade de Brasília.	Brasília.	***

A elaboração de cada volume contou com equipes de assessoria. O primeiro caderno, princípios e fundamentos, foi assessorado pela equipe de pesquisa e elaboração do Instituto de Estudos Especiais/ IEE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

De acordo com o site do próprio Instituto o IEE² atua na formulação, no gerenciamento e na implementação de políticas públicas e programas sociais; no desenvolvimento de metodologias de trabalho social e tecnologias para gestão social (sistemas de monitoramento e avaliação de programas e políticas sociais); em pesquisa e desenvolvimento de Sistema Informatizado de Gestão Social (SIGS); e na capacitação continuada de gestores e agentes sociais o mesmo busca contribuir para tornar mais eficazes políticas públicas e programas sociais que possam reverter o quadro de

² <http://www.pucsp.br/mostracomunitaria/index.html>

desigualdade social existente no Brasil. Estes são alguns dos principais objetivos do Instituto de Estudos Especiais (IEE), criado na PUC-SP em 1972. Em 2009, com a aprovação dos novos Estatuto e Regimento da Universidade, o IEE transformou-se na Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – CEDEPE mantendo, contudo, as mesmas diretrizes, compromissos e objetivos voltados à contribuição para o aperfeiçoamento das políticas públicas em nosso país.

Ainda segundo o site, consta que o presente instituto objetivava em sua ação a Prestação de serviços especializados de consultoria no âmbito do Sistema Único de Assistência Social para o desenvolvimento de materiais de orientação e capacitação de gestores das três esferas de governo, com vistas à readequação de serviço socioeducativo de proteção social básica destinado a jovens de 15 a 17 anos, compatível com a Política Nacional de Assistência Social e a Política Nacional de Juventude, sob a coordenação da Dra. Silvia Helena Simões Borelli. Da equipe fizeram parte ainda Dra. Raquel Raichelis Degenszajn; Dra. Rosangela Oliveira Dias Paz; Dra. Abigail Silvestre Torres; Alex Fabiano de Toledo; Dra. Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira; Dr. Pedro de Carvalho Pontual e Stela da Silva Ferreira.

	Formação	Instituição	Estado	Nascimento
Dra. Silvia Helena Simões Borelli.	Antropóloga, professora Doutora/ Livre Docente (Depto. Antropologia/ PEPG Ciências Sociais/ PUCSP); coordena, na PUCSP, a CEDEPE-Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais; é docente colaboradora do Mestrado/ Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPMSP). Fez graduação em Ciências Políticas e Sociais (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1973) e mestrado (1983), doutorado (1995) e livre docência (2006), na PUCSP. Orienta monografias/ dissertações/ teses. É pesquisadora nas áreas de antropologia/ sociologia da cultura/ comunicação: jovens/ juventudes; ações culturais, políticas e comunicacionais; políticas públicas de/ para juventudes; produção/ recepção midiáticas; livros/ leitura/ editoras/ mercado editorial. Participa e coordena pesquisas e grupos de pesquisa: a) Imagens, metrópoles e culturas juvenis (Líder: Diretório Grupos Pesquisa/CNPq), desde 2006; b) Juventudes e infâncias: prácticas políticas y culturales, memorias y desigualdades en el escenario contemporáneo (CLACSO-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Pesquisadora, desde 2008); Jovens urbanos: políticas públicas, ações culturais, políticas e comunicacionais em São Paulo (Coordenadora, desde 2016). Coordena o Curso de Pós-Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude (CLACSO) e integra o Comitê Científico da RedINJU-Red de Posgrados en Infancia y Juventud (CLACSO/OEI-Organización de Estados Iberoamericanos, os comitês de Coordenação e Avaliação da Escuela Internacional de Posgrado/Infancias y Juventudes en América Latina (RedINJU). É responsável por convênios de cooperação internacional entre a PUCSP e: Universidades de Manizales e Central/ Bogotá/Colômbia; Universidad de la República/Uruguay; Universidad de San Martín/Argentina; Universidad Mayor de San Andrés/Bolivia; Organización de Estados Iberoamericanos-OEI; Consejo Latinoamericano de	PUC	São Paulo	***

	<p>Ciências Sociais-CLACSO. Publica livros e artigos no Brasil e no exterior, entre eles: ORTIZ, R.; BORELLI, S.H.S.; RAMOS, J.M.O. Telenovela: história e produção. São Paulo: Brasiliense. 1989; BORELLI, S.H.S. (org). Gêneros ficcionais, produção e cotidiano na cultura popular de massa. São Paulo: INTERCOM/CNPq/FINEP. 1994; BORELLI, S.H.S. Ação, suspense, emoção: literatura e cultura de massa no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade/EDUC/FAPESP, 1996; BORELLI, S.H.S.; PRIOLLI, G. et alii. A deusa ferida. Por que a rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus. 2000; LOPES, M.I.V.; BORELLI, S.H.S.; RESENDE, V.R. Vivendo com a telenovela. Mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002; BORELLI, S.H.S.; FREIRE FILHO, J. Culturas juvenis no século XXI. São Paulo: Educ, 2008; BORELLI, S.H.S.; ROCHA, R.M.; OLIVEIRA, R.A. Jovens na cena metropolitana. Percepções, narrativas e modos de comunicação. São Paulo: Paulinas, 2009; BORELLI, S.H.S. e FREITAS, R.F. Comunicação, narrativas e culturas urbanas. São Paulo: Educ, 2009; BORELLI, S.H.S.; ALVARADO, S.V.; VOMMARO, P. (org.) Jóvenes, políticas y culturas: experiencias, acercamientos y diversidades. Buenos Aires: CLACSO/ Homo Sapiens. 2012; BORELLI, S.H.S.; CUBIDES, H.; VAZQUEZ, M.; UNDA, R. Juventudes latinoamericanas. Prácticas socioculturales, políticas y políticas públicas. CLACSO. 2015. É assessora ad hoc da Fapesp e da CAPES e integrante de conselhos editoriais de revistas científicas e de associações nacionais e internacionais em Ciências Sociais e Comunicação.</p>			
Dra. Raquel Raichelis Degenszajn;	<p>Possui graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona/UAB (2012-2013). É professora assistente doutor da PUC-SP. Foi Vice-Reitora Acadêmica da PUC-SP (2000-2004). Foi coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (2009-2011; 2011-2013). É coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do PEPG em Serviço Social da PUC-SP, cadastrado no diretório do CNPQ. Pesquisadora da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE-PUC-SP) e bolsista produtividade do CNPQ, com produção nas áreas de fundamentos do Serviço Social, trabalho, política social, gestão pública, política de assistência social, SUAS, democratização e controle social. Autora de livros, capítulos, verbete e artigos publicados em revistas especializadas de serviço social e ciências sociais no país e no exterior.</p>	PUC	São Paulo	
Rosângela Dias Oliveira da Paz	<p>Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP (2002), mestre em Serviço Social pela PUCSP (1996), graduada em Serviço Social pela PUCSP (1979). Atualmente é professora e orientadora do Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social ? PUCSP e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais/PUCSP, Departamento de Política Social e Gestão Social. Principais áreas de pesquisa e atuação: movimentos sociais, participação social, conselhos de gestão, ONGs, políticas públicas de habitação e assistência social, trabalho social em habitação de interesse social, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Foi conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nas gestões: 1998-2000 e 2004-2006. Coordenadora e Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais - Nemos/PUCSP. Membro externo do Observatório Social do Trabalho do Grupo de Avaliação e estudo da pobreza e de políticas direcionadas a Pobreza (GAEP), Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, associada do Instituto Polis.</p>	PUC	São Paulo	
Dra. Abigail Silvestre Torres;	<p>Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (1990), Mestrado em Serviço Social pela PUC/SP (2001) e Doutorado em Serviço Social,</p>	PUC	São Paulo	N/L

	Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC/SP (2009-2013). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUC/SP. Linha de pesquisa: Seguridade Social e Assistência Social. Docente de pós-graduação. Atua como consultora em gestão social, principalmente nos seguintes temas: política pública de assistência social, políticas públicas para a infância e adolescência e controle social.			
Alex Fabiano de Toledo;	Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - MG (1998), e em Serviço Social pela Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2015). Mestre (2007) e Doutor (2013) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, sob a supervisão da Dra. Maria Carmelita Yazbek. Possui experiência com trabalhos Nas Ciências Sociais e Humanas, em especial na Assistência Social, como educador, coordenador de projetos, e assessoria a Políticas Públicas. Docente do Projeto CAPACITA SUAS (MDS) pela UNILINS (Estado do Pará e Rio Grande do Sul); e Universidade Federal da Paraíba (Paraíba); Universidade Federal de Goiás (Goiás) e Universidade do Sul de Minas (Minas Gerais). Realiza capacitações e assessorias na área de Assistência Social. Docente ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação.	Faculdade Jesuíta de - MG	Minas Gerais	N/L
Dra. Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira	Possui graduação (1967) e mestrado (1992) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da PUC SP entre 2009 e 2011. É professor assistente mestre do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da PUC SP e pesquisadora da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É uma das coordenadoras do Núcleo de Justiça e Violência do mesmo Curso e membro do Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas para a Violência, cadastrado no CNPq/PUC-UNIFESP-USP. É professora convidada e pesquisadora do Núcleo Trabalho e Profissão do PEPG em Serviço Social da PUC-SP. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em justiça e violência, em prática profissional e formação de assistentes sociais e em assistência social. Trabalha principalmente com os seguintes temas: justiça e violência, educação, assistência social, trabalho do serviço social, instrumentos técnico operativos e avaliação de políticas sociais.	PUC/SP	São Paulo	N/L
Dr. Pedro de Carvalho Pontual	Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1976). Mestrado em Educação pela PUC (1995) e Doutorado em Educação pela PUC (1999). É presidente honorário do Conselho de Educação Popular da América Latina. Tem experiência na área de educação, com ênfase na área de educação popular, atuando em temas como educação para a cidadania, políticas públicas, gestão democrática e participação social.	PUC/SP	São Paulo	N/L
Stela da Silva Ferreira.	Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1998), mestre (2010) e doutora em Serviço Social (2015) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (NEPSAS-PUCSP). Estuda a temática da Educação Permanente nas políticas sociais, especialmente na Assistência Social, atuando também como consultora em gestão do trabalho em âmbito federal e municipal. Atualmente é consultora da SNAS para a elaboração do mapa de competências das equipes dos serviços de proteção às famílias no SUAS. Trabalha em coletivos profissionais voltados aos processos de educação em serviço: elaboração e realização de percursos formativos e sistematização de experiências. Elabora textos e materiais didáticos para a disseminação de conhecimentos entre agentes públicos, especialmente para conselheiros de política públicas. Docente em cursos de pós-graduação (Especialização) com foco em políticas sociais. Atuou por 10 anos como pesquisadora na Universidade de São Paulo em projetos ligados aos temas	PUC	São Paulo	N/L

	de direitos sociais, trajetórias e mobilidades urbanas de famílias trabalhadoras.			
--	---	--	--	--

Nessa consultoria é importante ressaltar alguns estudiosos que tiveram participação insigne, a primeira foi a Dra. Silvia Helena Simões Borelli, que é uma Antropóloga, Professora/ Livre Docente pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com um vasto Currículo acadêmico, já trabalhou em diversos projetos, e têm expressivo número de publicações no Brasil e no exterior. É também responsável por convênios de cooperação internacional entre a PUCSP e: Universidades de Manizales e Central/ Bogotá/Colômbia; Universidad de la República/Uruguay; Universidad de San Martín/Argentina; Universidad Mayor de San Andrés/Bolivia; Organización de Estados Iberoamericanos-OEI; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO. Ela é ainda assessora ad hoc da FAPESP e da CAPES e integrante de conselhos editoriais de revistas científicas e de associações nacionais e internacionais em Ciências Sociais e Comunicação (Fonte: Currículo Lattes).

Outro Estudioso que teve papel de destaque é o Dr. Pedro de Carvalho Pontual, que é Psicólogo, Mestre em Educação e Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ele também conta com uma vasta carreira acadêmica, Tendo experiência na área de educação, com ênfase na área de educação popular, atuando em temas como educação para a cidadania, políticas públicas, gestão democrática e participação social. Inclusive com participação no CONJUVE (2005-2006), possui reconhecimento nacional e internacional sendo referência na área na área da educação, sendo inclusive Presidente honorário do Conselho de Educação Popular da América Latina. Tem também experiência na área de educação, com ênfase na área de educação popular, atuando em temas como educação para a cidadania, políticas públicas, gestão democrática e participação social. (Fonte: Currículo Lattes).

A consultoria do segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo volume, ao que parece, ficou a cargo de consultorias avulsas isto é, sem que alguma entidade específica fosse contratada: Claudio Ribeiro Huguet (Saúde); Elisa Dias Becker Reifschneider (Direitos Humanos e Socioassistenciais); Fabiano Antônio dos Santos (Esporte e Lazer); Fábio Deboni da Silva (Meio Ambiente); Felipe Sobczynski Gonçalves (Esporte e Lazer); Fernanda Severo (Cultura); Mercedes Manchado Cywinski (Política Pública para Juventude); Renata Gerard Bondim (Política Pública de Qualificação Social e Profissional para o Trabalho Juvenil) e Renata Junqueira Ayres Villas Boas (Projeto e Prática Comunitária).

	Formação	Instituição	Estado	Nascimento
Claudio Ribeiro Huguet	advogado formado pela Universidade de Brasília atuando no Navarro Prado Advogados (direito administrativo e contencioso judicial). Com experiência de atuação por seis anos em direito portuário e hidroviário no Gallotti e Advogados Associados como assistente jurídico e depois como associado. Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP - FIOCRUZ (2005). Consultor do MDS para a criação do conteúdo saúde do ProJovem - Adolescente. Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica - RJ (1993), mestrado em Psicologia Clínica também pela PUC - RJ (1999) e formação em psicanálise de crianças e análise institucional pela Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisa da Infância. Consultor-avaliador do MS em projeto piloto intersetorial saúde e educação com adolescentes. Tem experiência em projetos sociais e saúde coletiva com ênfase em adolescentes envolvidos em violência, aspectos culturais da violência ligados aos comandos e crime organizado, processos identificatórios destes jovens; diagnóstico psicossocial e tratamento de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos; dinâmicas visando atenção primária preventiva à violência contra crianças e adolescentes e promoção da saúde em escolas públicas.	Universidade de Brasília	Brasília	N/L
Elisa Dias Becker Reifschneider	Dra. pela Universidade de Brasília na linha de pesquisa de Psicologia Ambiental, com foco em estresse e ambientes restauradores; mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade de Leiden, na Holanda e graduada em psicologia pela Universidade de Brasília. É psicóloga clínica da Universidade de Brasília, atuando principalmente no manejo de crises, estresse, traumas múltiplos e questões de autoestima e identidade. Integra ainda a equipe que presta assessoria para esforços de prevenção e pósvenção de suicídios no campus. Anteriormente atuou como professora do curso de psicologia da Universidade Católica de Brasília, foi pesquisadora visitante do IPEA, consultora da UNESCO e analista da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	Universidade de Brasília	Brasília	N/L
Fabiano Antônio dos Santos	Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2006) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Trabalho e Educação. É professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e trabalho, gestão escolar, formação docente e reforma educacional.	Universidade Federal do Paraná	Paraná	N/L
Fábio Deboni da Silva	N/L	N/L	N/L	N/L
Felipe Sobczynski Gonçalves	Possui Licenciatura Plena em Educação Física (2003), Especialização em Educação Física Escolar (2005) e Gestão Escolar (2010) e Mestrado em Educação Física (2008) pela Universidade Federal do Paraná e Doutorando pela mesma universidade. Atualmente é professor da Rede Estadual (Paraná) e do Município de Curitiba. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Metodologias do Ensino da Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: educação física, metodologia do ensino, lazer e educação.	Universidade Federal do Paraná	Paraná	N/L
Fernanda Severo	N/L	N/L	N/L	N/L
Mercedes Manchado Cywinski	Assistente social, professora, pesquisadora e	Faculdade	São Paulo	N/L

	<p>assessora em políticas públicas na área de assistência social. Ministrou aulas no curso de Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (1980-2006) e em cursos de Especialização, Extensão Universitária e Pós Graduação Latu Sensu em diversas universidades (1990-2004). Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (1972) , fez mestrado (1990) e doutorado (2007) em Serviço Social na PUCSP . Foi gestora pública - Secretária Municipal de Cidadania e Ação Social- , na cidade de Santo André (1997 - 2000), coordenando a implantação da Política de Assistência Social no município. Atuou no Instituto de Estudos Especiais da PUCSP, coordenando projetos de pesquisa e de assessoria técnica a gestores e a profissionais da área de assistência social, envolvidos com programas, projetos e ações nas áreas da família, da criança, do adolescente e da juventude (2000-2004) e integrou projetos de pesquisa, naquele Instituto, dentre os quais o projeto "Desafios da gestão social pública: impacto social e estratégias de articulação municipal, no âmbito do Programa de Renda Mínima de Santo André- Família Cidadã", com apoio da Fapesp. (1999-2003). Concluiu pesquisa envolvendo famílias que participaram do Programa de Renda Mínima de Santo André- Família Cidadã (1998-2001), analisando as repercussões desse programa nas famílias (2007). Integra o corpo de consultores da Fundação Getúlio Vargas- GV Consult-SP. Desenvolve assessoria e consultoria para gestores públicos, profissionais e equipes que implementam programas e ações socioeducativas vinculadas à Política Pública de Assistência Social, em organizações privadas e governamentais.</p>	Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul		
Renata Gerard Bondim	<p>Professora Adjunta aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Língua Portuguesa UFRJ (1975), Mestre em Língua Portuguesa UFRJ (1989) e Doutora em Comunicação Social UFRJ (2001). Consultora em língua portuguesa para a Comissão de Língua Portuguesa do MEC; Consultora em educação superior para povos indígenas no MEC; Conselheira do Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro; Coordenadora do Centro de Informação e Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade (Cicma) do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia - Inmetro. Designer de material didático para formação profissional de jovens e adultos na Coppe/UFRJ. Atua na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso e em Língua Portuguesa, como designer de material didático; como perita em linguística forense e como consultora e gestora em setores de Educação, Educação a Distância e Divulgação Científica.</p>	UFRJ	Rio de Janeiro	N/L
Renata Junqueira Ayres Villas Boas	<p>PUC/SP - Graduação em Ciências Sociais (1975 a 1979); Nome do diploma Bacharel em Ciências Sociais Período (ou ano previsto para a graduação) 1975 – 1978; Nome do diploma Máster of Business Administration (MBA); Área de estudo Gestão Ambiental e Sustentabilidade Período (ou ano previsto para a graduação) 2016 – 2017;</p>	Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	N/L

A consultoria de pesquisa e elaboração do último volume, Caderno do Facilitador, foi realizada pelo Laboratório Trabalho & Formação/LT&F da Coordenação

dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia/COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Conforme consta no site do Próprio laboratório³, o mesmo foi inaugurado em 1999, o mesmo desenvolve pesquisas na área de formação e qualificação técnica voltadas para o trabalho. Tem como missão favorecer a reflexão dos diferentes atores sociais empenhados na democratização da formação profissional e das relações de trabalho. Também contribuiu nas áreas de engenharia, das ciências sociais e educação para o desenvolvimento de processos de formação que priorizem valores éticos e sociais na aplicação da técnica, visando à construção de uma sociedade mais justa. Desde sua criação, diversos projetos de formação e qualificação profissional foram desenvolvidos: Programa Integrar para Empregados – Metalúrgicos em Risco de Desemprego; ProJovem Urbano; ProJovem Adolescente; Jovem Aprendiz no Setor Bancário; Jovem Aprendiz do Desporto. O laboratório é vinculado ao Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ e à Escola Politécnica da UFRJ.

Outro nome que merece destaque é o do Dr. Fabio Luiz Zamberlan, que é Engenheiro, Mestre e Doutor em engenharia da produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-RJ), tendo grande relevância no cenário nacional da área da Engenharia, tendo vários livros e artigos publicados principalmente na temática Ciência e Tecnologia, ele é também Professor Titular na UFRJ- RJ. (Fonte: Currículo Lattes).

Tendo Fabio Luiz Zamberlan à frente da Coordenação Geral e de Renata Gérard Bondim na coordenação de projeto, a equipe foi composta por: Cássio Alan Ferreira Maduro, Denise Vilardo Nunes Guimarães, Fabiano Antônio dos Santos, Fátima Oliveira Jairo Dutra e Mello Garcia Lucília Barbosa de Aguiar Margarida Serrão Maria Cristina A. Jerônimo Misael Goyos de Oliveira Vera Cristina Rodrigues.

	Formação	Instituição	Estado	Nascimento
Fabio Luiz Zamberlan	Possui mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Engenharia de Produção, com ênfase em Gerência de Produção. Atuando principalmente nos seguintes temas: Formação Profissional, Modelos Organizacionais, Relações	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro	N/L

³ <http://www.coppe.ufrj.br/pt-br/pesquisa/laboratorios/laboratorio-trabalho-formacao-ltf>

	Industriais, Competência Profissional, Projeção Negociada.			
Renata Gérard Bondim	Professora Adjunta aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Língua Portuguesa UFRJ (1975), Mestre em Língua Portuguesa UFRJ (1989) e Doutora em Comunicação Social UFRJ (2001). Consultora em língua portuguesa para a Comissão de Língua Portuguesa do MEC; Consultora em educação superior para povos indígenas no MEC; Conselheira do Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro; Coordenadora do Centro de Informação e Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade (Cicma) do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia - Inmetro. Designer de material didático para formação profissional de jovens e adultos na Coppe/UFRJ. Atua na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso e em Língua Portuguesa, como designer de material didático; como perita em linguística forense e como consultora e gestora em setores de Educação, Educação a Distância e Divulgação Científica.	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro	N/L
Cássio Alan Ferreira Maduro	Possui graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Mestrado em Engenharia de Produção pela COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é docente na Faculdades Integradas Hélio Alonso, nos cursos de Comunicação Social e Administração de Empresas, da Universidade Veiga de Almeida nos cursos de Engenharia e foi docente - professor substituto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no curso de Ciências Atuariais. Atuou como pesquisador em laboratório de Pesquisa e Extensão da COPPE/UFRJ. Possui experiência em produção de material didático audiovisual, em educação à distância e pesquisas em Formação e Trabalho, com ênfase em Formação Técnica Geral, atuando principalmente nos seguintes temas: formação profissional, ensino, formação técnica geral, engenharia de produção e ciências atuariais.	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro	N/L
Denise Vilardo Nunes Guimarães	Curso completo de Mestrado – Tecnologia Educacional – NUTES/UFRJ (RJ) - sem defesa de dissertação. agosto /81 a julho/83: Curso de Especialização em Educação – Complementação Pedagógica - Supervisão Escolar e Docência de Disciplinas Pedagógicas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Rio de Janeiro (RJ) . março /77 a julho /80: Curso de Letras - Habilitação: Português/Literatura - Licenciatura Plena – Universidade Santa Úrsula – USU - Rio de Janeiro (RJ)	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro	N/L
Fabiano Antônio dos Santos	Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2006) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Trabalho e Educação. É professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e trabalho, gestão escolar, formação docente e reforma educacional.	Universidade Federal do Paraná	Paraná	N/L
Fátima Oliveira Jairo Dutra	N/L	N/L	N/L	N/L

- N/L = Não localizados (Alguns currículos não foram localizados em pesquisa online).

A partir da leitura dos documentos, vimos que os colaboradores foram escolhidos em diferentes viés profissionais, visto que a escolha privilegiou a pluralidade de áreas, por exemplo, existem autores da área de engenharia, outros da área de serviço social, outros da área de administração, filosofia etc.

Ainda sobre essa pluralidade, é importante ressaltar que existem também os autores oriundos e especialistas da área da educação, são eles: Fabiano Antônio dos Santos, Renata Gérard Bondim, Denise Vilaro Nunes Guimarães, Felipe Sobczynski Gonçalves e Fabiano Antônio dos Santos . Enfim, para a constituição dos cadernos, foram escolhidos uma grande gama de profissionais de diferentes setores acadêmicos, mas tiveram também uma parcela razoável de profissionais da área da educação, até mesmo porque o programa Projovem tem na sua base estrutural a Educação de adolescentes, então foi dada uma atenção especial aos profissionais da área da educação, mas sem menosprezar as outras áreas, que tiveram uma importantíssima parcela de colaboração na elaboração dos cadernos. Todavia, observa-se a impressionante ausência de profissionais que atuam na área de educação social. Os cadernos pode-se afirmar, foram produzidos por profissionais de várias áreas com gabarito e competência em suas respectivas áreas de atuação, conforme atestam a síntese de seus currículos, mas desfocados da educação social. Tal fato evidentemente reverberou no perfil do material pedagógico como, por exemplo, nas opções literárias e poéticas que fundamentam os argumentos da travessia. Literatos, escritores e poetas igualmente de enorme gabarito são citados, enquanto pouco (ou nenhum) espaço foi concedido às manifestações culturais que emergem fortemente das periferias dos grandes centros urbanos, por exemplo a literatura marginal. Dentre os profissionais citados, a exceção fica por conta de Pedro Pontual, que tem vasta experiência e participação na área educacional, voltada para temas de cidadania: “(...) Docente com ênfase na área de educação popular, atuando em temas como educação para a cidadania, políticas públicas, gestão democrática e participação social (...)”. (Fonte: Currículo Lattes)

Uma primeira leitura dos dados permite concluir alta com concentração de gestores, técnicos e consultores oriundos do chamado centro-sul do país. Os cadernos de formação foram produzidos predominantemente por escolas situados no Sul e sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. De todos os envolvidos citados, apenas uma pessoa foi formada em instituição da região nordeste, a saber Mariana López Matias,

Coordenadora-Geral de Regulação das Ações de Proteção Social Básica. Não há nenhum/a representante da Região Norte; enquanto da Região Centro-Oeste, embora se apresente com quatro membros, todos são de uma mesma cidade, Brasília e da mesma instituição (UNB). Este perfil de gestores/autores formados em centros urbanos, de alguma forma incide na representação do adolescente descrita nos cadernos de formação.

Podemos concluir com a leitura dos cadernos que na equipe existe uma supervalorização dos grandes centros, em detrimento as regiões mais distantes, e com isso salienta que muitas vezes os cadernos do Projovem pode estar até um tanto distante da realidade dessas regiões mais afastadas (como da Região Norte), o que pode generalizar os diferentes grupos jovens do Brasil aos costumes de regiões com maior visibilidade e/ou poder aquisitivo, e ao mesmo tempo ignorar certas especificidades culturais das regiões que não estão enquadradas nesses parâmetros.

1.1.2. Marcas históricas e alguns protagonistas

De acordo com nossa atenciosa leitura dos cadernos, podemos perceber a ideia de travessia, inscrita nas páginas do caderno de abertura das publicações do Projovem adolescente perpassam os fundamentos e arcabouço metodológico do Projovem-Adolescente. Podemos concluir que ela pode ser traduzida pela história dos próprios órgãos estatais e da sociedade civil diretamente envolvidos na formulação das políticas para a juventude no período. Em geral, órgãos criados ou reformulados a partir de 2003, incluindo o PROJOVEM. As ações se entrecruzam enfeitando-se no estado na forma de plataforma política do grupo que chegou ao poder com eleições de 2003⁴. A começar pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

De acordo com o site do MDS (2009)⁵, o ProJovem foi um programa criado para integrar a Política Nacional de Juventude, e sua formulação se iniciou no ano de 2004, com a criação de um grupo formado por profissionais de distintos Ministérios que elaboraram a Política de Juventude. Como dito anteriormente, a partir de 2003, surge uma nova onda de reformulações, como por exemplo a implantação do SUAS que trará

⁴ Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva.

⁵ <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-social-basica/projovem-adolescente-15-a-17-anos/projovem-adolescente-institucional>

muitas mudanças no campo da assistência social e seus programas, principalmente a criação de novos projetos e programas para as minorias e populações não assistidas.

Portanto, o ProJovem vem demonstrar a preocupação para estruturar o desenvolvimento de adolescentes e jovens em todo o território nacional, além de oferecer meios para a ascensão social familiar.

A implantação deste serviço deve contribuir para redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social; prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais; melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias; aumento no número de jovens que conheçam instâncias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos; aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres; junto a outras políticas públicas, reduzir índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. (BRASIL, 2009 a.)⁶

Através das políticas públicas o governo pode atuar frente a problemas sociais que necessitam de um olhar e de intervenção. Acredita-se que a preocupação com as juventudes ao serem ou virem sendo percebidas (mesmo que nada foi feito de concreto até este momento) levam o “Estado” a agir diante destes problemas sociais identificados.

Segundo Nunes (2015, p.21), O ProJovem foi formulado com base em três componentes – Escolarização, Qualificação Profissional e Ação Comunitária –, portanto ele não se limita ao campo de Políticas de Juventude, ele é uma política educacional. Para a delimitação do público focalizado pelo ProJovem, identificou-se um contingente de mais de um milhão de jovens e adultos com as características requeridas.

Ainda de acordo com Nunes, na sua elaboração enquanto política, a definição de Juventude e a própria estruturação do programa nos três componentes: Escolarização, Qualificação Profissional e Ação Comunitária, são elementos basilares para a compreensão da formulação. Os componentes incorporaram ao ProJovem uma série de especificidades, decorrentes da ação dos atores indicados; dos saberes que os mesmos levaram à formulação do programa; do reconhecimento de que o ator representa

⁶ Caderno 01 de formação do Projovem (2009)

determinada instituição/ministério, com valores institucionais próprios, com um entendimento acerca da política; da relação política interinstitucional.

A cada componente, portanto, também é possível evidenciar Potencialidades e Limites à política, visto que cada um trouxe fundamentos e concepções de suas áreas para o ProJovem, com diferentes propostas decorrentes dos ministérios envolvidos. Por este motivo, optou-se por adotá-las com subcategorias, entendidas pelas características de estarem fortemente integradas às categorias (Formulação, Potencialidades e Limites). As suas características não conferem uma relevância menor que as categorias definidas nesta pesquisa. (NUNES, 2015, p.192).

Ao analisarmos o caminho traçado para a consolidação do Programa Projovem verifica-se que a Secretaria-Geral da Presidência da República⁷ foi o ministério responsável pela formulação, execução e gestão em parceria com os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Observada a intersetorialidade, e sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Na execução do ProJovem, a União deveria realizar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos com órgãos e entidades da administração pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e entidades sem fins lucrativos (BRASIL, 2005a).

Neste aspecto, cabe salientar a participação do Instituto da Cidadania. Dois estudos produzidos por este órgão foram utilizados nos dois primeiros cadernos: Projeto Juventude: documento de conclusão (2004), e o livro *Retratos da Juventude Brasileira e Análise de uma Pesquisa Nacional* (2005), organizado por ABRAMO & BRANCO e publicados em parceria com a Fundação Perseu Abramo.

De acordo com a publicação final do Instituto Cidadania⁸, entregue em 2004, o mesmo promoveu, durante agosto de 2003 e maio de 2004, um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários em vários Estados sob o nome *Projeto Juventude*. As conclusões desse trabalho, entregue ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 16 de junho de 2004, como primeiro passo de uma divulgação nacional que inclui visitas ao Congresso Nacional, governadores de diferentes partidos, prefeitos de capitais e grandes cidades, autoridades do Judiciário e organizações representativas da sociedade civil brasileira.

⁷ http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/09/not02_05092007 acesso em 15/05/2018

⁸ Em 2011 o Instituto passa a ser denominado “Instituto Lula”

Naquele contexto, portanto, o Instituto Cidadania teve uma grandiosa participação na elaboração das políticas para a juventude, pois além de seus amplos estudos e participação de pesquisadores agentes públicos, movimentos sociais, militante entre outros eles ouviram a juventude. No próprio documento é afirmado que:

A redação final, seguindo a metodologia dos projetos já desenvolvidos no Instituto, foi aperfeiçoada com as observações críticas oferecidas pelos movimentos de juventude, organizações não-governamentais (ONGs), especialistas, parlamentares e gestores públicos que contribuíram nas várias etapas do Projeto. (Projeto Juventude | Instituto Cidadania, 2004, p. 07)⁹.

Os resultados das pesquisas e debates, formaram um banco de dados e na proposição de políticas de juventude. A seguir apresenta-se uma lista com uma série de documentos produzidos e publicadas pelo Instituto Cidadania (2004) que contribuíram para aprofundar o debate sobre juventude no Brasil:

1. Volume apresentando os dados da pesquisa quantitativa nacional realizada em parceria com o Sebrae, bem como o relatório dos grupos de pesquisa qualitativa;
2. Volume com o registro editado dos 10 seminários realizados nos estados;
3. Volume com o registro editado do seminário internacional realizado em São Paulo;
4. Volume com o registro editado das 20 oficinas e encontros temáticos;
5. Volume com o registro editado das 18 plenárias de coordenação;
6. Volume registrando o conteúdo veiculado pelo Site do Projeto;
7. Volume com o índice do acervo de documentos localizados no trabalho de rastreamento e mapeamento;
8. Livro “Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação”, com ensaios de 13 autores publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo;
9. Livro “Retratos da Juventude Brasileira Hoje”, contendo ensaios de leitura e interpretação dos dados reunidos na pesquisa quantitativa;
10. Livro “Narrativas de Participação Juvenil”, colhendo relatos sobre experiências de jovens de todas as regiões do Brasil nas mais diferentes áreas de atuação;

⁹ INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude – documento de conclusão versão final. Disponível em: <<http://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>>. Acesso em 13 Fev. 2018.

11. Caderno síntese do presente documento de conclusão.

(Publicações realizadas pelo Projeto Juventude, 2004)

Sobre o documento de conclusão, é importante ressaltar que o mesmo teve a participação de importantes personalidades intelectuais brasileiras, como Políticos, Antropólogos, Professores, Jornalistas, etc. (Anexo 1) *.

Segundo Nunes (2015), seja pelos documentos que produziu ou pela rede que formou, o Projeto Juventude foi fundamental para a constituição da Política Nacional de Juventude e do seu programa carro-chefe, o ProJovem. O Projeto Juventude, apresentou a ideia, sem uma concepção definida, da necessidade de se criar um programa induzido pelo Estado para a juventude de abrangência nacional, interligando educação, trabalho, cultura e participação. O programa proposto seria fruto da cooperação entre União, Estados e municípios em parceria com a sociedade civil (empresas privadas, Terceiro Setor, sindicatos, igrejas, associações culturais). Outros elementos indicativos do programa davam conta de que o programa proposto se refletiu no ProJovem.

É recomendável que o novo programa abrangente combine aceleração escolar, capacitação profissional e o engajamento em ocupações sociais remuneradas: trabalho comunitário, cuidados ambientais, alfabetização, campanhas de saúde e inúmeras modalidades de convivência solidária e acesso ao esporte, lazer e bens culturais. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 28)

Na travessia rumo ao delineamento de políticas públicas voltadas para a juventude, os Cadernos de Formação destacam ainda o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). É importante destacar que o CONJUVE foi criado em 2005 pela lei 11.129, a mesma que instituiu a Secretaria Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (Projovem).

O CONJUVE¹⁰, que é um conselho que tem entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. (Fonte: CONJUVE)

Podemos concluir com a leitura dos escritos, que além de fundamental importância dentro dos cadernos do Projovem, o CONJUVE, por sua natureza,

¹⁰ <http://juventude.gov.br/conjuve/o-que-e>, Acesso em 27/03/2018

composição e competência é também de fato o responsável por abrir caminhos para a consagração dos direitos dos/das jovens, por meio da elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, conforme descrito abaixo:

“Políticas estruturais: são políticas continuadas, relacionadas à garantia de direitos fundamentais. Dentre essas, destacam-se: Ampliação do acesso ao ensino superior e médio; Ampliação do ensino profissional; Educação do Campo; Expansão do ensino de jovens e adultos; Educação para a Diversidade (CONJUVE, 2006, p.22)¹¹.

Posto isso, ressaltamos a importância deste conselho na formação do programa Projovem Adolescente.

Enquanto uma ação vinculada à assistência social, o programa se orienta pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Primeiramente, apoia no princípio da proteção social, que estabelece seguranças e garantias que visam reduzir e prevenir as fragilidades e inseguranças sociais que os indivíduos enfrentam ao longo dos ciclos de vida. Assim, os jovens, através do PJA, passam a acessar um conjunto de ações e benefícios que contribuem para "o reforço da autoestima (...), o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação do seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais.” (BRASIL, 2009)¹².

Pode-se resumir da seguinte maneira, o Projovem destina-se aos jovens de famílias em condição de extrema pobreza e àqueles que estão marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos sociais – retirados de situação de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus-tratos – e alguns em situação de conflito com a lei, cumprindo (ou tendo cumprido) medidas socioeducativas, em consonância com a Lei Federal 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.(BRASIL, 2009).

Há de se destacar ainda a presença da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR)¹³ na elaboração dos conteúdos apresentados no

¹¹ Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (Org.), – Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

¹² Cad 01

¹³ A Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, reorganizou as secretarias temáticas na nova estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, retirando-as do Ministério da Justiça, incluindo a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O instrumento de

material pedagógico. A secretaria criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial brota da importância das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville. Em 21 de março de 1960, 20.000 negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. (SEPPIR, 2015)

A SEPPIR, vem dar real valor as lutas na Promoção de Políticas de Igualdade Racial, uma vez que muitos jovens sofrem com o preconceito.

É importante ressaltar que todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mais do que um esforço disciplinar e temático, o grande desafio desta equipe interministerial, juntamente com a equipe de consultores constituída pelo MDS para a elaboração deste material – e que se expressa no texto de cada um dos volumes – foi o esforço de explorar as inter-relações entre os diversos temas, num enfoque intencionalmente interdisciplinar. Além disso, o trabalho articulado teve sempre o intuito da integração das políticas públicas conduzidas por estes Ministérios e Secretarias, o que se espera possa ser reproduzido no âmbito local. (BRASIL, 2009, p.14)

1.1.3. Estruturação poética literária e a inspiração freiriana

Registre-se o apelo poético e literário subjacente a interpretação feita pelos organizadores da obra no que tange à formulação de políticas públicas para a juventude. ou seja, dentro dos cadernos do Projovem podemos encontrar um tom poético e/ou

reorganização ministerial seguinte, a Medida Provisória 782, de 31 de maio de 2017, manteve esta configuração. Atualmente, portanto, a Seppir pertence à estrutura do Ministério dos Direitos Humanos. Fonte: <http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria> Acesso em 27/03/2018

literário que tem por objetivo demonstrar também nos cadernos do Projovem uma pluralidade de tons e de conteúdos.

Um exemplo desse viés poético podemos encontrar com a ideia de travessia parece dimensionar ubiquamente tanto a ausência de ações institucionais para este segmento populacional e a esperança de sua concretização, no tempo presente; quanto a transição geracional que marca a faixa etária da população atendida pelo Projovem-Adolescente.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. (Fernando Pessoa) (BRASIL, 2009, p.14.)¹⁴

O texto mencionado anteriormente, leva-nos a refletir sobre o que vem a ser as travessias, quando buscamos por conceitos, referências ao conceito de travessia são normalmente difíceis e acolchoadas de peculiaridades. Também sempre sugere um rito de passagem. Seja para comemorar a vida e suas alegrias ou para suportar o luto. Estes são alguns exemplos do que normalmente entende-se por travessia de forma geral. Claro que podem tomar formas diferentes dependendo da cultura de um povo específico, mas no seu amago a travessia sugere simplesmente a mudança de um estado para outro, ouse já, vem arrolada a ideia de mudança.

Mais do que superar a fome e a miséria – estabelecendo um patamar mínimo obrigatório de dignidade humana – é necessário garantir a todos as oportunidades para desenvolverem plenamente suas potencialidades e capacidades e, assim, viverem de forma digna e autônoma. Esse é o propósito que une as pessoas de bem, comprometidas com a justiça social, que tratam as políticas sociais de forma republicana e suprapartidária, como uma responsabilidade do poder público com a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, principalmente daqueles historicamente alijados do processo de desenvolvimento do País. O investimento que estamos fazendo hoje em nossa juventude seguramente trará frutos não apenas para seus beneficiários diretos, mas para toda a nação brasileira. (BRASIL, 2009, p.04).

Atualmente acredito que as políticas públicas como o programa Projovem são consideradas travessias para a juventude em virtude de seu caráter formador, pois irá

¹⁴ Caderno 01 de formação do Projovem (2009) .

trazer mudanças, uma vez que as ações poderão trazer influências positivas como já é possível verificar através do próprio MDS, pois esta travessia busca e cada vez mais vem lutando para o extermínio de preconceitos contra jovens e adolescentes, substituindo esta exclusão pela oportunidade de dar a devida atenção a estes que muitas vezes foram excluídos. É possível perceber a evolução da garantia de direitos aos jovens e adolescentes, mas ainda há um caminho a ser percorrido. Aqueles que chegam a outra margem, começam com pessoas que percebem o novo, que se inquietam, que não se conformam em ficar no silêncio, com os milhares que sonham e que são visionários e com os poucos que capturam o futuro e percebem que é preciso ser ousado e ir em busca de novos olhares e lugares, de fato fazer uma travessia, largar as roupas que nos levam aos mesmos lugares, como se refere Fernando Pessoa em poucas linhas.

O tópico 4 do caderno (o socioeducativo em questão: formas de potencializar a convivência e a juventude) é apresentado pela epígrafe que remete a um cânone da literatura nacional, João Cabral de Melo Neto

“E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte Severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte Severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida). (JOÃO CABRAL DE MELO NETO)”

Em outro momento, é Guimarães Rosa que emerge da narrativa poética apresentando a dinâmica dialógica que permeia as ações do Projovem Adolescente. Às equipes de educadores, a dialogia freiriana é resplandecida através de um dos mais conhecidos textos da literatura nacional, O Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa, que pelas frases do personagem Riobaldo, anunciou: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”. (BRASIL, 2009, p.45).

Ao analisarmos os materiais do programa ProJovem sobre a perspectiva do educador, ou seja, aquele a quem a ação pedagógica está imputada de ser executada, verifica-se em diversos pontos as influências da obra de Paulo Freire, que prega uma pedagogia libertadora, humanizada. Mesmo que algumas das obras e textos de Freire tenham sido publicados há mais de duas décadas, os mesmos ainda ecoam como atuais e necessários a vida educacional, por que não há como falarmos de política sem falarmos sobre educação e vice versa.

Para escutarmos os nossos adolescentes, e dar a esses adolescentes a garantia de seus direitos civis é preciso educá-los, mas não de forma tradicional ou bancária, essa

educação necessita ser construída respeitando os saberes já adquiridos por esses jovens e somando a novos aprendizados, portanto, falamos de uma pedagogia da libertação. Ou seja, o conceito nos informa os meios e os fins. Não é possível abordar a educação libertadora, sem pensar que a pedagogia também precisa ser libertadora.

Como Paulo Freire definia:

“... aquela que tem que ser forjada com ele (oprimido) e não para ele, enquanto homens e povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e re fará. O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. (FREIRE, 1987 p.32).

O ProJovem busca o desenvolvimento integral destes jovens e adolescentes, por isso as obras de Paulo Freire se sua influência é perceptível ao analisarmos os materiais. Vemos muito da *Pedagogia da Esperança* que consiste de um reencontro com a *Pedagogia do Oprimido*, onde em suas reflexões traz a memória acontecimentos e ideais utilizados no trabalho Pedagogia do oprimido, e que posteriormente coaduna sua ideologia no trabalho “Pedagogia da Esperança, ambas as obras de Paulo Freire”. Pois na obra o autor recorda ocasiões que marcaram sua experiência com o exílio, os fatos, projetos, experiências, “de sonhos rasgados, mas não desfeitos” (FREIRE, 1992 p. 06), de novos fatos, novas tramas, novos saberes. De esperança de que a mudança é possível e crença em um sonho possível e na utopia, desde que aqueles que fazem a história assim o queiram.

é um livro assim, escrito com raiva, com amor, sem o que não há esperança. Uma defesa da tolerância, que não se confunde com a convivência, da radicalidade; uma crítica ao sectarismo, uma compreensão da pós-modernidade progressista e uma recusa à conservadora, neoliberal (FREIRE, 1992, p. 06).

Essa influência Freiriana é vista em muitas fases do trabalho no ProJovem onde busca-se a democratização na vida destes jovens e adolescentes, assim como novos paradigmas para a vida de cada um ao visualizar a possibilidade de alcançarem novos caminhos sendo protagonistas de suas próprias histórias.

E a inspiração em cânones da literatura nacional e internacional enuncia ainda a contemporaneidade dos caminhos do pensamento educacional buscado pelos autores

do texto. “...Despertar o adolescente para a vida comunitária a participação política, o exercício da cidadania a partir de Proust “uma verdadeira viagem de descobrimento (que) não é encontrar novas terras, mas ter um olhar novo.” (PROUST) (BRASIL, 2009, p.43), citado por Edgar e Morin e Paraxedes.¹⁵

Ainda sobre esse texto, busca-se oportunizar a construção de um novo “mundo” para esses jovens e adolescentes, onde é possível, conquistar, aprender e viver ao invés de sobreviver em uma sociedade que muitas vezes o oprime, ou simplesmente o “oculta” não dando voz. Fortalecendo a educação que é um dos pontos, chave desse programa e de todo o material por ele disponibilizado. “(...) É despertar a capacidade crítica, analítica e o resgate a cidadania desses jovens.”(BRASIL, 2009, p.43)

O caderno apresenta o Projovem Adolescente como instância irradiadora de um novo olhar sobre a juventude e, partir de José Saramago enuncia o que seria este olhar novo: “... cada um de nós vê o mundo com os olhos que tem, e os olhos veem o que querem” (SARAMAGO. 1999: 207 apud BRASIL, 2009, p.43.).

Enfim, com o aprofundamento das presentes leituras, podemos concluir que ações do Projovem buscavam desconstruir velhos e construir novos olhares na perspectiva de cada jovem, pois assim ele iria compreender o meio social ao qual está inserido assim como sua territorialidade, desbravando aspectos negativos e sociais, onde individualmente ou em grupo, os mesmos poderão provocar mudanças, a ideia do autor nos remete a ideia de inspirar ao novo olhar. Pois muitos adolescentes e jovens já não possuem mais esperanças e fecham os olhos, enquanto outros veem possibilidade em coisas mínimas, mas que com um olhar apurado e a motivação adequada podem mudar a realidade de cada um.

A perspectiva transformadora do Projovem é exemplificada pelas palavras de Eduardo Galeano “...Somos o que fazemos para transformar o que somos”. (BRASIL, 2009, p.44).

Ao exemplo do autor citado anteriormente, a ideia é aceitar cada um conforme ele está, otimizar de forma positiva aquilo que são e como estão, motivando cada um a trilhar um caminho com mais autoconfiança nesse processo de aprendizado e acolhida. Ou seja, a intenção do Projovem em Itapevi, dentre outros aspectos, era de ensinar e inspirar aqueles adolescentes a valorizar cada um a si mesmo e seus pares, para que soubessem que todos são capazes de viver com a diversidade de forma harmoniosa e

com respeito, desta maneira criando uma sociedade mais tolerante, participativa e criativa coletivamente.

Concluimos então com as leituras aprofundadas, que a estruturação poética literária e a inspiração freiriana que foi usada na criação dos cadernos foi uma ação pedagógica de sucesso dentro do Programa Projovem Adolescente. É clara a necessidade de inserirmos os materiais gradativamente, uma vez que muitos envolvidos no processo do desenvolvimento das ações dentro do programa, precisam um razoável conhecimento prévio, para o desenvolvimento de alguns textos, pois não podemos esquecer que muitos jovens/adolescentes estavam evadidos do sistema educacional ou simplesmente abandonaram por vontade própria seus estudos.

Assim como no sistema formal de educação a prática do educador precisa ser mediada e analisada com cada turma o mesmo ocorre com os materiais do programa que muitas vezes destoam da realidade dos adolescentes.

Contudo afirmar que podem ou não ser usados irá depender do “cenário”, como disse em minha experiência (Itapevi) alguns materiais eram possíveis, outros poderiam ser adaptados, em poucos casos alguns eram deixados de lado e substituídos em virtude da falta de realidade com nossa vivência, ou mesmo fora de realidade com a população de Itapevi.

1.1.4. Conversando com quais adolescências e juventudes?

O adolescente e o jovem têm as suas peculiaridades, que são visivelmente realçados pelas suas formas gestuais, suas gírias, suas vestimentas, seus costumes, seus estilos musicais, etc. Porém por mais que essas peculiaridades sejam muitas vezes generalizadas na descrição do adolescente ou jovem, vemos que ainda existe uma eminente desigualdade racial no Brasil, ou seja, apesar de falarmos que todos os jovens e adolescentes tem costumes até parecidos, as formas de tratamento com o negro muitas vezes é diferenciada (discriminada).

Há de se registrar a descrição das desigualdades raciais feita a partir de dados do censo do IBGE e coligidos pela ação educativa e MEC, dando conta que, entre os jovens, o analfabetismo atinge sobretudo a população negra:

Publicação do MEC/Ação Educativa (2007), por sua vez, mostra que no conjunto da população não alfabetizada no Brasil (estimado em 16 milhões de pessoas no Censo de 2000), os jovens aparecem como segmento específico que chama a

atenção, com um total aproximado de 3 milhões (IBGE, Censo 2000). Deste total de jovens não alfabetizados, mais da metade encontra-se na região nordeste (60 em cada 100 jovens), a maioria vive na zona rural (16 em cada 100), enquanto nas cidades, a proporção é de 7 para 100. As desigualdades também se evidenciam em relação ao gênero e aos diferentes grupos étnicos/raciais: a maior parte dos não alfabetizados é composta por rapazes e moças negras. (BRASIL, 2009, p.15).

Afora esta citação, podemos reconhecer que a questão da desigualdade social entre adolescentes não é suficientemente articulada à desigualdade racial. A relação entre juventude e socioeducação é um dos temas centrais empregados na formulação das concepções e fundamentos dos cadernos ProJovem adolescente. Recupera a pesquisa IBASE/Polis, realizada em 2005¹⁶, que desenvolve a partir de percepção dos jovens em relação a própria ideia de juventude e em temas como a juventude e inclusão no mundo do trabalho.

É importante saber de quem estamos falando, os jovens e adolescentes referidos nessa obra são aqueles que vivem na zona urbana, sem distinção com relação ao seu território. Sabe-se que muitos jovens possuem singularidades que são atividades aos mais diversos fatores, região de moradia, cultura, religião dentre outras. Entretanto algumas atitudes e linguajares/gírias por exemplo, são fatores comuns entre eles, independente dos fatores que os separam, daí a possibilidade do trabalho com pequenos grupos no modelo do programa ProJovem que respeita as diferenças, mas busca o convívio social com a diferença.

Com a vivência prática com esses adolescentes, posso concluir que eles querem e buscam seu reconhecimento enquanto cidadão adulto, e não mais como alguém que está na transição da vida de adolescente ou de jovem, ou seja eles querem ter as suas próprias características e identidades, e em busca disso muitas vezes criam mecanismos de defesa próprias, às vezes se mobilizando ou mesmo se rebelando contra o que eles entendem como sistema social que oprime o jovem (pais, igrejas, etc.)

Outro aspecto importantíssimo e que necessitaria de outro estudo é a questão da violência entre juventudes e contra jovens e adolescentes que marcam a importância da garantia de direitos e a construção de políticas públicas mais efetivas em proteção integral a este segmento. Não importa nessa análise se o adolescente provoca ou recebe a violência, pois de qualquer forma ele é uma vítima de outras situações como

¹⁶ http://www.ibase.br/userimages/dialogo_juv_final21.pdf acesso em 20/05/2018

dificuldades econômicas, habitação, saúde que levam estes a margem e a situações de descontrole, como víamos exemplos constantes de agressão (seja verbal ou mesmo física) dentro das oficinas do Projovem.

Exemplo dessa violência constante entre jovens/ adolescentes está descrita no trecho abaixo:

Pesquisas sobre homicídios na cidade de São Paulo têm mostrado que a maioria de suas vítimas começou a apresentar problemas de comportamento e conduta social na adolescência, no início da atividade sexual e no início da vida pública, da descoberta e conquista de novos amigos, da participação na vida noturna da grande cidade, através da frequência a bares e danceterias nas proximidades da moradia, ensejando os primeiros contatos e uso de drogas lícitas e ilícitas e o acesso a meios de sobrevivência muito mais vantajosos e imediatos do que aqueles auferidos por seus pais. (PAVEZ; OLIVEIRA, 1999 Apud BRASIL, 2009, p. 21)

Os Cadernos de Orientação do Projovem Adolescente, enquanto publicação técnica, empregou de forma considerável testemunhos de adolescentes e egressos do Projovem, seja como instrumento de compreensão da juventude e definição de estratégias pedagógicas, seja na condição de instrumento de avaliação do próprio programa, com objetivo também de mostrar aos adolescentes que a realidade que eles viviam (apesar das suas singularidades) não era única, ou seja, nos cadernos eram tidos vários exemplos de situações que retratavam a realidade de adolescentes em todo território nacional.

Uma outra vertente possível para se interpretar os usos das entrevistas e testemunhos é o da própria representação que se faz da adolescência. Chegamos então a um ponto importante da análise das concepções, fundamentos e metodologias empregadas nos cadernos. Continuamos nossa reflexão sobre juventude/adolescência com a explicação trazida por Silveira (2009):

Entendendo juventude como uma construção histórica e social, marcada por um recorte da vida do indivíduo que se encerra em seu tempo presente e que traz suas marcas culturais e geracionais em comum, ao passo que expressa fortemente suas diferenças, cabe agora iniciar um entendimento sobre o conceito de política pública antes de avançarmos para as políticas voltadas para a juventude (SILVEIRA, 2009, p. 30).

Dois traços são mais significativos no sentido de demonstrar a percepção de adolescência. O primeiro está relacionado ao tratamento dos impactos da violência entre os adolescentes.

Para estes adolescentes e jovens é uma luta pela sobrevivência e somado a isso a falta de oportunidade para todos e a dificuldade de acesso a algumas políticas públicas levam os mesmo a atravessar um caminho contrário aquilo que o Projovem traz, para tanto o programa vem mostrar aquela luz no fim do túnel e que essa é a ponta de um iceberg muito maior que precisa ser revelado.

O segundo articula-se a questão das vulnerabilidades sociais. Ainda no campo das preliminares introdutórias apresenta-se desigualdades no quadro do ciclo de vida dos jovens:

O conjunto de necessidades decorrentes da pobreza e dos processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais, aliado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida, exigem ações que vão além da transferência de renda e bens materiais. Trata-se de associar serviços e benefícios que permitam a prevenção de riscos e contribuam para o reforço da autoestima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação de seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais. (BRASIL, 2009, p. 08)

Os riscos contingenciais da população adolescente derivam da pobreza e da própria condição juvenil conforme denotado no caderno de orientação do Projovem, Brasil (2009) “...Os serviços socioeducativos voltados aos adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, pelas características peculiares do grupo que atende, deverão considerar as vulnerabilidades próprias do ciclo de vida da condição juvenil, das circunstâncias de risco contingencial, da pobreza e da violência que incidem no quadro mais geral da violação de direitos. Busca-se, contudo, estender as ações da assistência social para além da pobreza, jogando o foco sobre a ‘turma’ jovem que busca ousar a vida extrapolando os muros da casa e da escola e, principalmente, driblando a morte Severina”. (Brasil, 2009 p. 41)

Nota-se que a questão das desigualdades raciais e do genocídio que impactam mais diretamente a juventude negra, são problematizados de forma insuficiente, ou mesmo não considerados na formulação das vulnerabilidades. Exceto, conforme anteriormente citado, para falar indiretamente da desigualdade educacional. Mesmo assim a questão não reverbera em outros momentos ou cadernos da coleção. Registre-se

ainda que a informação é diluída na caracterização de um adolescente universal, cujos problemas derivam das questões socioeconômicas, articuladas ao consumismo e às vulnerabilidades. Em síntese, observa-se que os problemas concatenados aos conceitos de juventude e adolescência universais desarticulado do racismo estruturante das relações sociais brasileiras.

A estruturação do texto dos cadernos apoiou-se também nos depoimentos de egressos/as de algumas das várias unidades do Projovem Adolescente para validar os objetivos do próprio programa.

Desse modo, ao discorrer sobre o Direito de Jovens à Assistência Social, o Caderno de Orientação: concepções e fundamentos recupera a diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC. No caso de Lívia sobressai a dimensão dos espaços de socioeducação vinculados ao Projovem adolescente como espaço de acolhida, onde o convívio sobressai como fenômeno pedagógico imprescindível, em que as relações raciais, nem sempre harmoniosas que são comuns nestes espaços, não são consideradas como item de reflexão e problematização.

Quando cheguei, a primeira coisa que teve foi uma roda de conversa onde os meninos da casa explicavam as regras do lugar. Por exemplo, que não podia falar palavrão. Depois me apresentaram a casa (...). Também serviu para aprender muitas coisas sobre como conviver com outros e como gostar da Lívia [ela própria]. Lá encontrei muitas pessoas especiais, amigos e educadores! (TRAVESSIA, 2003: 48 apud. BRASIL,2009, p.38).

Outras experiências são recuperadas através de testemunhos de adolescentes egressos. Acentua a importância da escuta como estratégia fundamental no desenvolvimento do trabalho socioeducativa junto a adolescentes. Destacando as incertezas, iniciativas e tenacidade que marcam esta etapa da juventude, tão evidentes no depoimento de Victória, igualmente uma adolescente representante de uma categoria universal:

Se eu me olho no espelho hoje, vejo outra Victória, e me apresentaria para outras pessoas como eu mesma, uma pessoa ótima. Mostraria tudo o que é meu, o que eu sou, minhas atitudes. (...) eu não tenho um projeto muito claro, mas o que vier pela frente, as oportunidades eu vou agarrando. O que vier é comigo mesma! (TRAVESSIA, 2003, p. 33, apud Brasil, 2009, p.40).

É preciso, contudo, considerar que auto representação do Projovem Adolescente nem sempre é sinônimo de objetivos plenamente atingíveis. Como vem demonstrando diferentes trabalhos acadêmicos, não há homogeneidade na percepção de adolescentes acerca dos impactos do Projovem em suas vidas. Na dissertação de mestrado *o Unicórnio e o rinoceronte: análise do ProJovem a partir de seus beneficiários*, por exemplo, Olívia Maria Costa Silveira demonstrou que da perspectiva dos adolescentes eles gostariam que:

Além de não desenvolverem as competências necessárias, o mau funcionamento do curso de informática oferecido pelo Programa e, principalmente a falta de preparação específica do professor, trouxe, para alguns jovens, sentimento de exclusão, levando à desistência por parte de alguns jovens. (SILVEIRA, 2009, p. 130).

Para um melhor diagnóstico das necessidades dos beneficiários, os jovens sugerem que pesquisas que busquem escutar suas vozes sejam realizadas antes da formulação de políticas para a juventude.

Como ressalta SILVEIRA (2009 p. 142), existe a forma de atender as necessidades específicas das aulas de informática e assim garantir uma maior eficácia da proposta, professores específicos da área (...)

Durante nossa reflexão sobre o que é proposto e aquilo que é executado dentro do Projovem, vemos que ainda há grandes diferenças como mencionadas anteriormente, pois através da afirmação anterior percebe-se que nem tudo é executado como idealizado, uma vez que uma simples aula de informática que tem como objetivo formar e por que não dizer profissionalizar esses jovens é realizada sem um profissional docente especializado na área da informática.

Ainda em análise a obra de Silveira (2009), a autora aponta: “(...) Os sujeitos estudados reconhecem que muitos dos jovens que se inscreveram no Programa o fizeram por conta exclusivamente da bolsa de R\$ 100,00 e que isso prejudicou muito os interessados em aprender, especialmente por conta da imagem criada previamente por membros da comunidade escolar onde funcionaram os núcleos e também da sociedade em geral, pensando em minimizar tal efeito, duas sugestões associadas foram dadas pelos participantes: a primeira que a bolsa fosse paga apenas ao final do curso para aqueles que concluíssem as atividades do Programa, como muitos se utilizam desse valor para custear suas despesas de deslocamento para o núcleo, os participantes do

ProJovem teriam, assim como outros estudantes, direito ao passe escolar (SILVEIRA, 2009 p.142).

Com essas medidas os sujeitos acreditam que afastariam do curso os que se matriculam apenas por conta da bolsa, minimizando a discriminação que sofrem e, ao final do Programa teriam recursos para montar um negócio ou investir em capacitação.

Sabe-se que muito da prática e da metodologia recomendada acaba por ser modificada em virtude das necessidades temporais e espaciais necessárias para que as representações do Projovem Adolescente sejam atingidas, embora acredita-se que o trabalho com indivíduos precise ser reflexivo, onde momentos de análises sejam necessários para dimensionarmos o planejado do executado e o ideal do alcançado.

1.2. A Questão do Racismo nos Cadernos de Formação do Projovem

Levando em Consideração a essência do presente trabalho, buscamos dentro dos documentos apresentados acima, alguns termos e trechos relacionados as questões étnico-raciais, dentre os quais iniciamos nossa análise no mesmo caderno, pelo primeiro caderno.

De acordo com o Caderno do Projovem, BRASIL (2009) “...A experiência juvenil ou os modos de ser e de viver de jovens no Brasil, em muitas partes do mundo é complexa e encontra-se atravessada por grandes temas e formas de inserção heterogêneas e implica, para muitos, a vivência cotidiana de dolorosas e por vezes intransponíveis situações de exclusão [...] a hierarquia de classes; as desigualdades sociais; a maior ou menor exposição à violência e os limites entre vida e morte; as condições de gênero, etnia, nível de escolaridade, qualidade de moradia, pertença familiar; a diversidade cultural; o acesso ou a exclusão ao consumo; a participação política, cultural, comunitária. (BRASIL, 2009, p.15).

Ao ler o trecho acima, podemos concluir que existem algumas situações conflituosas que muitos jovens se deparam na sociedade (em especial no Brasil), ou seja, são situações complexas, onde os jovens muitas vezes não têm o devido acesso à pontos essenciais de dignidade humana, como respeito à classe, cor, etnia, e participação política. Em contrapartida, muitas vezes são vítimas de uma sociedade frequentemente ausente com os jovens, seja ela ausência familiar, ausência cultural, dentre outras exclusões que muitos jovens convivem na nossa sociedade.

Observamos no segundo volume que as ações do ProJovem situam-se na:

“...Reflexão crítica permanente sobre todas e quaisquer formas de discriminação e preconceito em relação a questões de gênero, etnia, culturas, religiões, condições sociais e econômicas, preferências sexuais, capacidades físicas, mentais e cognitivas, como condição de crescimento pessoal no convívio social...” (BRASIL, 2009b, p. 30)¹⁷

Ainda sobre BRASIL (2009), podemos ver que o trecho é salientado que uma das bases do Projovem é: “... a luta contra todos e, quaisquer formas de discriminação ou preconceito seja, qual for a sua amplitude, ressalta ainda, a importância do diálogo como práxis da reflexão, para a partir daí lutar pelo equilíbrio social e sanar de forma indelével as formas discriminativas que a sociedade apregoa aos jovens, principalmente os jovens de baixa renda e/ou moradores de comunidades carentes. (BRASIL 2009, p. 53).

Seguindo com a análise, ainda sobre os cadernos do Projovem, BRASIL (2009), é importante salientar que o mesmo ressalta ainda a importância do Projovem como forma de educação para relação Étnico-Racial, onde o texto ressalta: “... percebe-se que dentro dos “coletivos” ao final do período de 02 anos percorridos por cada adolescente, espera-se que as conquistas e aquisições, produções e sistematizações de conhecimentos sejam voltadas para a luta contra racismo, e a luta pela dignidade, e respeito a diversidade [...] combater qualquer forma de racismo e discriminação.” (BRASIL, 2009, p.53)

Ou seja, um dos princípios do Projovem, é a luta racial, até mesmo porque o jovem negro ainda é vítima de estereótipos pejorativos e criminalizados.

No terceiro volume das publicações, verifica-se a sugestão de uma atividade que visa o fortalecimento das origens e descendência de cada adolescente e sua família, realizada através da Atividade “Quem Somos”. A mesma busca a realização de um resgate da origem de quais povos e culturas estão presentes em sua família e busca valoriza-las.

Uma terceira fonte para aprofundar o conhecimento de nossa origem é a própria história do Brasil e sua posição hoje no mundo. Vale lembrar que, antes dos europeus, o Brasil já era habitado por diversos povos indígenas, que os portugueses

chegaram ao litoral sul da Bahia em 1500 e que por pouco mais de 300 anos utilizaram do território brasileiro como uma colônia de exploração, explorando os africanos na condição de escravizados. Depois, como consequência de transformações sociais, políticas e econômicas em seus países de origem, vários grupos de migrantes europeus também chegaram e se fixaram aqui. A mistura destes três grandes grupos – indígenas, negros e brancos – tem influências profundas nos nossos costumes, língua e religiosidade. (BRASIL, 2009, p. 29).

Continuando no mesmo volume, podemos ver que outra atividade proposta voltada ao “trabalho”, levanta questões sobre como: “... trabalho deve ocorrer, ambiente, tratamento e etc [...] nesta atividade os adolescentes são apresentados a diversas situações sobre o trabalho e seus aspectos positivos e negativos. Conforme segue:

Trabalho Decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (BRASIL, 2009, p. 29).

Durante a articulação da atividade os adolescentes podem realizar uma análise sobre a posição do negro no mercado atual e trabalho.

Ambas atividades se forem bem articuladas, poderão tornar-se ações afirmativas contra o racismo estruturante.

Seguindo com a análise do material Brasil (2009), trataremos sobre o quarto volume onde a partir das nossas leituras, foi possível concluir que a metodologia de trabalho era basicamente realizada em projetos que contemplam os temas norteadores e por isso, em mais de um caderno iremos nos deparar com atividades que se assemelham e a discussão do mesmo tema, mas isto é proposital uma vez que o objetivo é inserindo graus de compressão mais complexos a cada ciclo.

Neste volume há uma busca similar a apresentada anteriormente visando a amplitude de debate com cada grupo de adolescentes pois através da atividade Colcha de retalhos conforme salientado no texto BRASIL (2009): “... o programa busca levar cada adolescente a ampliar a análise das minorias distribuídas em todo o território nacional, diversidades culturas, através da problematização de localidade, família (por

onde estão), para a compreensão da formação e distribuição de nossa sociedade conforme apresentado a seguir [...] a ideia é, ao fim, montar com os jovens uma colcha de retalhos do Brasil. Desenhe em uma cartolina grande o mapa do Brasil e pregue, nas regiões adequadas, símbolos relativos aos diferentes habitantes. Para isso antes os símbolos têm que ser decididos. Por exemplo, para uma comunidade que se define pela pesca pode ser utilizado o desenho de um peixe. Para outros, o desenho da mandioca, do babaçu, do boi... Podem ser utilizadas também cores, para indicar a presença de negros, brancos, pardos, e ocas ou arco e flechas, para indicar índios. Enfim, vai depender das características econômicas, culturais e étnicas que possam representar o povo que queremos abordar, sempre lembrando que os símbolos são somente representações visuais daquela população e que, na verdade, todas as culturas têm muito mais a oferecer.(BRASIL. 2009 p. 60).

Ainda no mesmo momento do texto é ressaltado “...Quando o mapa estiver pronto, vai ser possível aos jovens visualizar os diferentes tipos de pessoas e a forma como se inserem no território...” (BRASIL, 2009, p.60)¹⁹ .

O que mais chama a atenção é a possibilidade de análise e reflexão que cada adolescente poderá realizar a respeito de minorias e culturas existente em todo o território nacional, onde podem ser levados a universos totalmente desconhecidos como por exemplo, quilombos, índios dentre outros.

Podemos perceber ainda que das fontes historiográficas empregadas pelos autores dos *Cadernos de Formação* foram os trabalhos de Boris Fausto, notadamente o livro “Histórias do Brasil”. De acordo com Boris Fausto (1995) “...estima-se que 4 milhões de africanos chegaram ao Brasil na condição de escravizados entre 1550 e 1855 [...] Na época da colônia, muitos africanos lutaram contra a escravidão e formaram comunidades de resistência, os quilombos” (BORIS Fausto 2003Apud BRASIL, 2009).

Seguindo a idéia empregada no trecho acima, é importante ressaltar que de acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)²⁰, existem hoje oficialmente 3.524 comunidades remanescentes de quilombos em todo o território nacional...”(Fonte: SEPPIR)

Continuando nossa análise sobre a reflexão do nosso tema proposto, outro ponto importantíssimo no texto anterior onde citamos a SEPPIR foi a descrição de

¹⁹ CADERNO 04 de Formação do Projovem, 2009.

²⁰ <http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>

tradicionais comunidades do Brasil, que levam em sua essência a cultural e a transmissão histórica de valores e tradições, dentre outras ressaltamos algumas que são:

- **faxinais** – grupo situado no Paraná, que faz uso comum da terra com produção animal e agricultura familiar. Os produtos mais importantes são a erva-mate e os porcos.
- **pomeranos** – grupo agrícola situado no Espírito Santo, descendentes da Pomerânia, uma região entre a Polônia e a Alemanha atual.
- **quebradeiras de coco de babaçu** – mulheres, principalmente do Maranhão, que têm nessa palmeira a fonte de trabalho e renda.
- **quilombolas** – existem hoje oficialmente 3.524 comunidades remanescentes de quilombos em todo o território nacional, com concentração nos estados da Bahia e Maranhão.
- **ribeirinhos** – vivem na margem de grandes rios no Amazonas e sobrevivem da pesca, da extração de látex e da coleta de frutas.

Figura 1 - (BRASIL, 2009, p.61)

Vale ressaltar, que dessas comunidades (todas tem o seu papel vital de importância na cultura Brasileira), resolvemos enfatizar (pela essência do presente texto) a cultura Quilombola, que tem como base a luta pela dignidade e pelos direitos étnico, culturais e raciais, lutando assim historicamente pela igualdade dos Pretos e negros.

Segundo Vasconcelos (2007) onde afirma sobre as especificidades brasileiras: “Com o tempo e o aumento das misturas, sobretudo nas classes populares, a cor da pele (juntamente com tipo de cabelo) não é um elemento suficiente para classificar os grupos de cor. Em uma mesma família pode haver irmãos de cores e tipos físicos completamente diversos, dependendo do grau de herança dos antepassados de diferentes origens étnicas.” (VASCONCELOS, 2007 p. 42)

Podemos concluir ainda que apesar do Brasil ser considerado um país exemplo de miscigenação e de equilíbrio racial, a cultura brasileira tem sim uma grande miscigenação, mas isso não pode ser confundido como equilíbrio nas relações Étnico-Raciais, pois ainda hoje existe muitos preconceitos e racismo a serem vencidos, ou seja, o Brasil não é um País liberto do fantasma deixado pela época da escravidão, conforme reforçado no trecho abaixo:

“... Muito se fala que o povo brasileiro é um povo miscigenado como algo que o diferencia [...] a própria ideia de “raça” se tornou questionável, uma vez que nem sempre o aspecto físico da pessoa, se ela é mais clara ou mais escura, alta ou baixa, tem necessariamente relação direta com a sua origem. Mas, infelizmente, persiste a discriminação racial, quando da aparência da pessoa se supõe a sua origem e ao mesmo tempo se presumem defeitos...” (BRASIL, 2009d, p. 65).

É importante frisar que aparentemente o caderno de orientação citado acima busca que os adolescentes ampliem seus conhecimentos sobre raça, cultura e minorias, muitas vezes não apresentadas a muitos em virtude da falta de acesso e oportunidade das mais diversas possíveis.

Ao concluir a análise do caderno BRASIL (2009), podemos ver que no mesmo fica claro a busca pelo valor da cultura africana como notado no trecho: “... a busca pelo resgate da cultura africana e sua valorização, [...] Muito da cultura africana e indígena, que antes era negada ou desprezada, agora passa por uma redescoberta e revalorização. (BRASIL, 2009, p 65).

Dando seguimento a nossa análise e fazendo uso do quinto volume, verificamos que, assim como o anterior, este mostra sobre os Afrodescendentes, neste é apontado que tiveram uma trajetória na cultura brasileira, marcada por violências, preconceitos e discriminações. Porém hoje em dia já existe um relativo avanço na luta pela igualdade racial;

“... Os afrodescendentes foram submetidos a uma trajetória de exclusão estrutural, que veio lá do período da escravidão, do qual já falamos anteriormente. Eles chegaram escravizados e quando foram libertos não receberam nenhum amparo do Estado Brasileiro [...] eles continuaram a sofrer muita discriminação e preconceito, coisa que acontece ainda hoje, mesmo que por vezes de forma velada. Desfavorecer alguém em alguma situação porque é negro ou pardo é crime previsto no artigo 5º da Constituição Federal [...] já existe uma política nacional de promoção da igualdade racial e alguns avanços já são sentidos, por exemplo: o ProUni, que oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior para estudantes de baixa renda, tem uma reserva de bolsas para negros, assim como pardos, índios e pessoas com deficiência. A Lei nº 10.639 de

09/01/2003, assim como a Lei nº 11.645, de 10 de março de 200821...” (BRASIL, 2009, p 38).²²

Neste caderno um dos objetivos principais é que os adolescentes conheçam sua rede de proteção, através da elaboração do mapa da rede local, para que eles saibam onde encontrar no seu território o que existe de recursos e onde estão situados. O volume também sugere a realização de visitas aos órgãos de proteção à criança e ao adolescente como: Conselho Tutelar – CT, Cras e Creas e conheçam e conversem com um dos técnicos, que atue com as políticas públicas ligadas à atenção dos direitos, com isso espera-se que os jovens/adolescentes se apropriem de seus direitos, ganhando mais autonomia.

Dentre o órgão de garantia de direito o caderno aqui analisado aponta para o programa **SOS Racismo** que se constitui em:

O Programa SOS Racismo constitui-se em um serviço de atendimento jurídico e psicossocial às vítimas de violência racial. Tem como objetivo dar visibilidade e acolher denúncias de crimes de violência racial, visando ao desenvolvimento de políticas públicas que promovam a transformação das relações étnico/raciais e, por conseguinte, a transformação da sociedade, para que afro descendentes tenham garantido o exercício pleno de direitos. (BRASIL, 2009, p. 42)

Encontramos no volume número seis, que embora de uma forma mais sucinta dos anteriores ainda trata da questão do preconceito racial, pois neste caderno o foco não é a minoria a ser atendida, mais sim, que todas sejam atendidas, conforme afirma:

No decorrer do caderno a reflexão crítica e permanente sobre os preconceitos e discriminações em relação às questões de gênero, etnia, culturas, religiões, condições sociais e econômicas, preferências sexuais, condições físicas, mentais e cognitivas. (BRASIL, 2009, p. 20).

Verifica-se que o mesmo se propõe a reflexão sobre Juventude Direitos Humanos E Socioassistenciais e a Democracia e participação juvenil, fica claro que o objetivo é para que os jovens sejam detentores de conhecimento e desta forma ganhe voz e vez na sociedade civil.

²¹ Torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas de nível fundamental e médio e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

²² CADERNO 05 de Formação do Projovem Adolescente 2009

Através de diversas atividades como: Desenvolver jornaizinhos de comunidade ou da escola; montar peças de teatro que informem a população sobre temas polêmicos como racismo, direito dos idosos, doenças sexualmente transmissíveis, história da cultura indígena, porte de armas, redução da maioria penal, discriminação de mulheres – o que quiserem...” (BRASIL, 2009f p.46).

Prosseguindo com nossa análise iniciamos o volume de nº 07. Que se trata do início do Ciclo II, onde espera-se que os adolescentes já estejam no mesmo grupo a pelo menos um ano convivendo entre si e os mesmos tenham suas relações consolidados.

Com as leituras já feitas até aqui, e fazendo um comparativo desse com os outros cadernos, podemos concluir que o presente caderno trata mais especificamente/diretamente de questões inerentes ao mercado de trabalho, visto que os adolescentes possuem em sua maioria entre 15 e 17 anos, e a busca pelo primeiro emprego é maior, salientando que em muitos contextos este emprego é necessário para a subsistência desses adolescentes. Então para deixarmos de forma clara citamos o trecho a seguir:

O Ciclo II, por sua vez, tem por objetivo consolidar o Coletivo de Jovens como espaço de referência formativa que aprofunda a orientação e a formação para o mundo do trabalho e oferece instrumental para o desenvolvimento da atuação social dos jovens, mobilizando-os para a realização de experiências práticas de exercício da cidadania. Dessa maneira, as ações socioeducativas deste Ciclo dão continuidade ao trabalho realizado com os jovens no Ciclo I, potencializando os eixos da Participação Cidadã e do Mundo do Trabalho. (BRASIL, 2009²³, p. 18)

Tendo em mente que para este jovem participar da sociedade civil e ainda exercer seu papel dentro da sociedade, ele precisará continuar a combater preconceitos e discriminações, [...] principalmente as que envolvem a condição juvenil, os que atingem os mais pobres, os negros e aqueles que moram nas periferias das grandes cidades; evocam respeito aos direitos humanos (BRASIL, 2009, p. 23).

O Caderno do Orientador Social Ciclo II – Percurso Socioeducativo V destina-se a oferecer um repertório de reflexões e atividades em torno de dois eixos: “coletivo articulador-realizador” e participação cidadã. É neste caderno em que estão concentradas as discussões conceituais do racismo brasileiro. Insere-se primeiramente

²³ CADERNO 07 de formação do Projovem Adolescente, 2009.

no tópico que abrange construção de uma cultura de tolerância e de paz. A questão do racismo é destacada ao texto enquadrado em um box que enfatiza o problema da miscigenação sob o título “os dados da diversidade brasileira”.

O fato de o país ter essa miscigenação não quer dizer que tenha obtido uma democracia racial. É preciso urgentemente reconhecer que existe o racismo. Ocorrem sim no país opressão, discriminação e preconceito contra grupos de pessoas por causa da cor escura de suas peles. São atitudes, comportamentos e práticas muito danosos, que necessitam ser superados utilizando-se soluções que se adequem às características únicas deste problema aqui no Brasil. (BRASIL, 2009, p.121).

A oposição à democracia racial, contudo, não tem seus argumentos palmilhados a partir da constatação do racismo estruturante da sociedade brasileira.

De acordo com o Caderno de formação do Projovem, Brasil (2009) “...Busca-se também focar na construção e no fortalecimento dessa cultura de pluralidade, de convívio, tolerância e mistura da sociedade [...] ao promover as trocas, o convívio, e o conhecimento das formas de pensar e agir no mundo, de todos os grupos de pessoas, poderemos reduzir e eliminar a homofobia, ou xenofobia (dizer o conteúdo da(s) palavra(s) – xenofobia, aversão a pessoas ou coisas estrangeiras, aversão ao diferente), a intolerância religiosa, o racismo, a discriminação contra pessoas idosas, pobres, obesos, deficientes físicos, imigrantes, migrantes, enfim: todas as formas de preconceito e discriminação.” (BRASIL, 2009, p. 122).

Outro ponto relevante é entender que para lutar de forma efetiva contra as discriminações raciais, precisamos primeiramente conhecer o quanto temos atualmente de integrantes dessa cultura no Brasil, para esclarecer essa informação, transcrevo abaixo o quadro que retrata a diversidade cultural do Brasil:

Os dados da diversidade brasileira

Em 1976 o IBGE realizou uma pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD) na qual os brasileiros pesquisados se autoidentificavam como sendo pertencentes a um total de 135 cores. Posteriormente a categoria "pardo" englobou a maior parte dessas variações. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a composição do Brasil por cor/raça auto-declarada em 2004 era: 51,4% de brancos; 42,1% de pardos; 5,9% de pretos; 0,4% de amarelos e 0,2% de indígenas.

O Brasil é um país de gente com a cor da pele em várias tons, principalmente de marron: escuro, claro, mel, castanho e outras variações; mas também em tons de vermelho; em preto, em amarelo, em rosa e em branco.

O Brasil é de fato colorido, fruto da contribuição de diversas pessoas de lugares diferentes que ao longo da nossa história formaram o país. Misturou-se a forma de viver: de constituir família, de trabalhar, de brincar, de cozinhar, de pensar sobre o mundo, de falar, de cantar, de dançar, de exercer a espiritualidade, de se relacionar com os amigos, de amar. As nuances de cores que os brasileiros têm são uma expressão dessa mistura, e essa mistura uma rica herança da nossa história.

O fato de o país ter essa miscigenação não quer dizer que tenha obtido uma democracia racial. É preciso urgentemente reconhecer que existe o racismo. Ocorrem sim no país opressão, discriminação e preconceito contra grupos de pessoas por causa da cor escura de suas peles.

São atitudes, comportamentos e práticas muito danosas, que necessitam ser superadas utilizando-se soluções que se adequem às características únicas deste problema aqui no Brasil.

Mas também é preciso reconhecer que não somos uma nação bicolor. Dividir a sociedade entre brancos e negros tem sim uma importância política: permite evidenciar as diferenças claras de renda, escolaridade e acesso aos direitos entre ambos os grupos. Possibilita também ao negro desenvolver um senso de identidade negra grupal. Isso é importante, já que uma população que não se reconhece não pode reivindicar seus direitos. No entanto, é preciso perceber que também existe um problema em simplificar a complexidade racial brasileira, através de uma única divisão entre brancos e negros (sendo negros o resultado da soma dos pretos e pardos). Analisar somente os extremos pode ocultar realidades intermediárias, principalmente em uma sociedade como a nossa, com alto grau de miscigenação⁷.

O Brasil é uma sociedade plural, de identidades múltiplas, uma das quais é a de mestiço. Como sustenta Pedro Abib, professor da Universidade Federal da Bahia⁸:

"Admitirmos a possibilidade da existência da identidade mestiça – com características próprias e com espaço cada vez mais demarcado em nossa sociedade [...] não elimina a possibilidade de afirmação da cultura afro-brasileira e da cultura indígena, ou mesmo a cultura dos imigrantes europeus ou asiáticos, como legítimas também nesse mesmo contexto, embora se tenha claro que os espaços de trânsito entre essas culturas é cada vez mais ampliado, mais passível de intercâmbios e intersecções. Afirmar isso contudo, não significa dizer, em hipótese nenhuma, que essas etnias estejam passando por um processo crescente e inexorável de diluição que acabará por vez em descaracterizá-las completamente. Estamos aqui apenas afirmando o caráter dinâmico que assumem as referências étnicas e culturais que caracterizam um determinado grupo social."

(BRASIL, 2009g, p. 153).

Ao apresentar esse quadro o PROJovem tem por objetivo levar os participantes do programa debater sobre essa pluralidade cultural do Brasil, levando-os a refletir sobre a real situação cultural do nosso país e comparar as conclusões deles com as informações descritas anteriormente e mencionadas no quadro.

No final do volume aqui estudado o mesmo apresenta 05 experiências que foram exitosas como inspirações aos coletivos e que podem ser trabalhadas de diversas

formas, aquelas que mais se referência ao nosso estudo se trata da Criação do Grupo Cultural Azulim, um experiência de que é possível com a participação cidadã, realizar ações positivas em benfeitoria da comunidade ao qual os adolescentes estão inseridos. O Grupo Azulim não foi criado ou desenvolvido através/pelo Projovem, mas por tratar-se de um grande exemplo o mesmo foi incluído como uma possibilidade real.

III – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Com o objetivo de subsidiar o Orientador Social no trabalho socioeducativo com os jovens, o material que segue mostra um pequeno apanhado de cinco experiências juvenis, sendo uma delas apresentada em detalhes. É nosso desejo que este material sirva de inspiração e de fonte de consulta. Que sirva de adubo para a semente que existe em cada jovem e só precisa de uma oportunidade para se desdobrar para as transformações sociais que se fazem necessárias neste país.

Abaixo, uma rápida apresentação das 5 experiências selecionadas ajuda-nos a perceber a diversidade de formas de organização e de atuação existentes.

Nome do Grupo ou Entidade	Onde atua?	O que faz?
Grupo Cultural Azulim	Escolas de Sobradinho, Ceilândia e Santa Maria, cidades nos municípios do Brasil - DF	Oficinas com elementos da cultura hip-hop e cursos profissionalizantes.
Grupo Interajo	Grupos jovens do Distrito Federal.	Articulação e mobilização de grupos jovens. Portal do protagonismo juvenil, na Internet.
Rede Afacoranga de Comunicação Popular	Comunidades ribeirinhas do interior do Estado do Pará.	Comunicação comunitária: rádio e jornais feitos por jovens
Agência Uga-Uga de Comunicação.	Escolas e comunidades do Estado do Amazonas.	Mídias de mobilização social, nichos de notícias, jornal Uga-Uga e Projeto de Esclarecimento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.
Escola de Mediadores.	Em duas escolas da Ilha de Jussara: zonas norte e sul da cidade.	Consulta a jovens para que possam agir como mediadores de situações de conflito no ambiente escolar.

AZULIM **JOVEM DE EXPERIÊNCIA**

Tema: promoção de uma cultura de paz, profissionalização e inclusão social.

Local: Sobradinho II- DF

Períodos: 1993 até hoje

Jovens envolvidos: centenas de jovens de Sobradinho II, Ceilândia e Santa Maria.

Parceiros e apoiadores: atualmente a Caixa Seguros (vinculada ao Banco Caixa Econômica Federal) é uma agência financiadora e são parceiros o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF e o John Snow Brasil. Também recebem apoio da Administração Regional de Sobradinho II e Ceilândia e da Regional de Ensino de Sobradinho II.

Em 1993, no Plano Piloto, em Brasília, um estudante foi espancado até a morte por uma gangue de lutadores de artes marciais. Este crime teve repercussão nacional e gerou diversas campanhas contra a violência. Como resultado da pressão popular, além de responsabilizar os culpados, o governo resolveu cadastrar as gangues de todo o DF.

Nesta época havia um grupo de 7 amigos entre 16 e 17 anos de idade, garotos negros de Sobradinho II, que se encontravam com regularidade para dançar *hip-hop* e *break* nas ruas da cidade e saíam juntos para festas, bares e outras atividades de lazer. A comunidade local se referia a eles como Azulim e dentro deste clima de comoção pela morte do estudante este grupo de amigos acabou sendo cadastrado como uma gangue também.

Com o intuito de reverter essa imagem equivocada e retirar o rótulo de gangue, o então comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar de Sobradinho chamou estes 7 jovens para desenvolver atividades e projetos voltados à comunidade. Organizaram uma caminhada contra as drogas e violência, torneios de futebol e vôlei e, obtendo o apoio da Associação de Moradores e da Associação do Bem-Estar Social, fizeram uma campanha de arrecadação de alimentos e brinquedos para o Natal, que foi um sucesso e passou a ser realizada anualmente. Em 2000, com a parceria do Comitê-DF de Ação e Cidadania Contra a Fome e a Miséria, a iniciativa ganhou força e passou depois a fazer parte da Campanha Natal Sem Fome.

Provar perante a sociedade que esse grupo de jovens era "do bem" e mudar o rótulo que havia sido adquirido foi o primeiro grande desafio do Grupo Azulim. Isso foi conseguido com muito esforço e os jovens do grupo perceberam que seria importante levar a sua história para as escolas da região, tentando evitar que outros tivessem que passar pelo mesmo constrangimento que eles haviam passado. Nesse contato com os estudantes o grupo percebeu que poderia atuar mais de perto no combate à violência nas escolas e que para isso poderia utilizar o hip-hop como ferramenta de aproximação com os jovens e assim tratar de temas do seu interesse: racismo, discriminação, violência, DST/AIDS, gravidez e outros.

(Fonte: BRASIL, 2009g, págs. 158)²⁴

²⁴ Caderno 07 de Formação do Projovem, 2009.

Finalizando, temos o volume de número oito, assim como os outros cadernos, tem como uma das suas bases a luta contra o racismo, fazendo com que ao terminar o Programa, o jovem esteja apto a discernir e lutar todo e qualquer tipo de preconceito, seja cultural, racial, étnico, dentre outros. Para tanto, o caderno 8, na página 130, nos mostra uma sugestão de apresentação audiovisual, que consiste em apresentar o filme “Maré Capoeira”, que fala dentre outros assuntos, sobre a capoeira, e sua cultura (tradição, natureza, ancestralidade, etc.), lembrando ainda que a capoeira foi grande aliada para os escravos, como forma de luta contra a repressão sofrida no período escravista, e sendo até hoje como um símbolo da cultura Afro-Brasileira. Para entendermos melhor trago a síntese do longa-metragem proposto no caderno do ProJovem:

Maré capoeira

Guiados por João, mais conhecido como Maré – garoto de dez anos que dá nome ao curta – por suas histórias, suas lembranças e sua paixão pela capoeira, somos levados a conhecer aspectos da história e da cultura afro-brasileira que se misturam à sua própria história de vida. É Maré quem nos explica, com o orgulho do pertencimento, o funcionamento da roda de capoeira: fala das histórias que viram chulas e do significado de suas letras, fala dos gestos que acompanham os jogadores na roda, como na hora de pedir proteção e cumprimentar o adversário, ainda no pé do berimbau. Fala das capoeiras de Angola e das regionais, de seus mestres, de quando ela era proibida e da herança africana.

Ao mesmo tempo em que nos fala sobre a capoeira e nos conta sua história, Maré revela um pouco sobre sua própria vida: apresenta-nos sua mãe, que também participa da roda, faz-nos conhecer a garota Tatuí (bisneta do mestre Bimba), de quem ele se tornou amigo e por quem nutre um carinho especial. Conta-nos sobre o seu desejo de se tornar um mestre, assim como os homens de sua família, demonstrando orgulho e vontade de perpetuar a tradição e a identidade de sua família.

O filme tem como principal cenário a roda de capoeira e alinha as narrativas textual e imagética a serviço da construção do discurso que positiva a prática da capoeira, conferindo a ela um papel de destaque na construção da tradição e da identidade dos afrodescendentes.

Maré capoeira é um filme que conta duas histórias: a do menino João, um garoto negro de 10 anos de idade, seus desejos e sua paixão pela capoeira, e a da própria capoeira, como manifestação sociocultural.

Adaptação da sinopse realizada por Carla Miucci Ferraresi. (www.portacurtas.com.br/parecerfilme2.asp?Cod=4683#).

(Fonte: BRASIL, 2009 h, págs.130)

Outro ponto extremamente importante na formação dos adolescentes dentro do Projovem foi o de esclarecer aos mesmos algumas formas de organização trabalhista,

onde nos chamou a atenção a forma cooperativista, nesse momento o caderno de formação do Projovem BRASIL (2009) que sugere aos adolescentes: “...pesquisem na página do Ministério de Trabalho e Emprego– MTE: www.mte.gov.br, a Lei nº 5.764, de 16/12/71 (DOU de 16/12/71) [...] que define a Política Nacional de Cooperativismo.”(BRASIL, 2009 p. 42).

Ao pesquisarem os jovens puderam ver no art.4º, no item IX o seguinte trecho “... neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social (BRASIL, 2009 p. 42).

Enfim, ao analisarmos os cadernos do Projovem, podemos perceber que em toda a trajetória formativa do programa (teoricamente), os jovens puderam ter a possibilidade de obter discernimento para lutar contra qualquer forma de preconceito (Principalmente o racial), lembrando ainda, que essa é uma das intenções do programa, para tanto, o Ministério de Desenvolvimento Social trouxe em seus cadernos vários tipos de vivências, atividades, debates, entre outros, que objetivaram a formar jovens conscientes do que é preconceito e assim lutar contra qualquer forma de preconceito e de discriminação.

Capítulo 2

CRAS EM ITAPEVI

2.1. Caracterização do Projovem e CRAS Itapevi.

Neste capítulo apresentamos, relatamos e analisamos algumas ações ocorridas no cotidiano das unidades do CRAS²⁵ Itapevi/SP. O ponto de partida para sua elaboração é uma das diretrizes que estrutura os pressupostos metodológicos do projovem e que conferem certa autonomia aos profissionais que atuam na socioeducação para criar e recriar atividades no PJA a partir da realidade da comunidade na qual situam-se cada equipamento de socioeducação. Esta possibilidade foi enunciada nos referenciais preliminares da coleção:

Estes materiais oferecem um importante arcabouço referencial às equipes que irão desenvolver o Projovem Adolescente, as quais podem e devem ir além, criando e adequando as sugestões de conteúdos e ações às suas realidades locais e regionais. Espera-se, desta forma, que os profissionais aportem contribuições próprias e enriqueçam o trabalho com os jovens, preservando e valorizando a essência da proposta socioeducativa aqui apresentada. (BRASIL, 2009, p.13).

O CRAS em Itapevi foi estabelecido a partir da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004) e tiveram suas funções revistas a partir da promulgação da Lei nº 12.435/11- Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BRASIL, 2011) cap.III, art. 6º; que trata dentre outros aspectos a criação e instalação de Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), tratando ainda das reais funções do Cras, dando a ele o primordial objetivo a articulação dos serviços socioassistenciais no seu

²⁵ Unidades extensivas da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), espalhados em bairros considerados polos e que oferecem aos municípios os mesmos serviços disponíveis na sede da Secretaria. As bases do CRAS oferecem os serviços de Proteção Social Básica, como:
Programa de Atenção Integral às Famílias;
Atividades de Geração de Emprego e Renda;
Serviços Socioeducativos para crianças e adolescentes;
Atividades de incentivo psicossocial para pessoas ou grupos;
Encaminhamentos para outros atendimentos oferecidos na Rede Sócio assistencial do município.

território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

De acordo com a Prefeitura do Município de Itapevi, o Programa Projovem Adolescente foi implantado no ano de 2008 e distribuído entre as 04 (quatro) Unidades do CRAS²⁶: Vila aurora, Amador Bueno, Engenheiro Cardoso, e Jardim Maristela, atendendo 375 adolescentes dividido em grupos de 25 totalizando 15 coletivos, com atividades de cunho socioeducativas e sociais, estudos, reflexões e debates sobre temas que fazem parte da vida dos adolescentes, e ainda o acesso à cultura, ao esporte e a práticas lúdicas e culturais que estimulem a criatividade e a criticidade dos adolescentes. O público é composto em sua maioria de perfil étnico-racial pardos e pretos (negros), e que a grande maioria são ainda de classe social C, D e E (médio-baixo e baixa).

Dentre as atividades realizadas no Cras destaca-se o atendimento aos adolescentes, política pública consolidada no município a partir de 2008 com o Programa Federal Projovem Adolescente. Porém em 2014 com o reordenamento de serviços sociais baseado na Resolução nº1/2013-CNAS, houve a interrupção da parceria do município com o Projovem, neste momento o Município de Itapevi adotou outro Programa social voltado para adolescentes, seguindo os mesmo moldes do Projovem.

Esse novo programa denomina-se Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), que segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

De acordo com a Prefeitura de Itapevi/ Secretaria de Assistência Social e Cidadania²⁷ o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários, criando assim uma forma de intervenção social planejada, que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

Podemos afirmar, então, que no município de Itapevi aderiu-se o programa PROJOVEM na modalidade ADOLESCENTE e adotou-se, portanto, o objetivo

²⁶ http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_assist_social/departamentos.php acesso 12/06/2018

²⁷ http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_assist_social/index.php. acesso em 06/08/2018

principal de contribuir para o retorno escolar pois era muito comum a evasão dos jovens que abandonaram precocemente os estudos e assegurar a sua permanência. No ano de 2008 foi verificado pela gestão municipal, através do Conselho Tutelar e repassado a toda a equipe, que era necessária uma ação para a permanência e resgate desses adolescentes ao sistema de ensino. Diante disso tratamos o combate à evasão escolar como um dos objetivos principais para os adolescentes estarem no programa, pois seria exigido como uma condicionalidade para a permanência dos adolescentes a frequência mínima de 75% no sistema de ensino e prioritariamente estarem no Programa Bolsa Família, além da garantia de acesso às políticas sociais voltadas a juventude. Além, é claro, dos pontos apresentados pelos traçados metodológicos.

Em consonância com a perspectiva nacional prevista no SUAS, através das nossas leituras, concluímos que o CRAS Itapevi, bem como o Programa Projovem Adolescente não foi ordenado em sua essência para um grupo politicamente organizado pelo reconhecimento de sua especificidade identitária (a exemplo de movimentos sociais, étnico racial, feministas, etc.), mas para um grupo constituído por condições específicas, tais como idade e condição socioeconômica. No caso desse grupo, os sujeitos se identificam como integrantes de um grupo social que, pelas condições de risco e vulnerabilidade. Por isso, trata-se de um grupo parecido com aqueles grupos que compõem as salas nos sistemas formais de ensino, portanto seu estudo poderá nos apresentar, novas nuances sobre nosso objeto de estudo.

Com o objetivo de compreender melhor os sujeitos participantes do PJA este trabalho analisa, neste momento, a adolescência, que apresenta como um de seus aspectos principais o momento em que se começa a construir uma identidade, se busca mais autonomia e que há a necessidade de identificação e de pertencimento, é também um período em que ocorrem conflitos familiares e sociais. Sobre a adolescência, Piechhnik e Bottamedi entendem que:

“Os aspectos biológicos e psicológicos são praticamente os mesmos em todas as gerações e em todas as culturas. O aspecto social é que varia de geração para geração e de cultura para cultura. Pode-se dizer que o enfoque social é que marca as diferenças encontradas neste período. Enquanto a questão biológica e psicológica é mais ou menos constante, o aspecto social é a grande variável, modificando, atenuando ou exasperando a problemática da adolescência nas diferentes culturas”. (PIECHHNIK E BOTTAMEDI, 2000, p.14).

Outro ponto crucial na participação dos adolescentes no Projovem, foi o interesse que os mesmos tinham nas oficinas de Educação Física (ministradas pelo autor); Sobre o apreço que os adolescentes tinham sob a Educação Física, concluímos que essa oficina teve um grande papel facilitador no processo ensino-aprendizagem dentro da socioeducação, a ponto de estar ressaltado no PNAS/SINASE (2012)²⁸: “...os Profissionais de esporte e lazer (Educação Física), e os demais profissionais que atendem aos adolescentes e suas famílias, os veículos e profissionais da mídia e os atores e instituições do setor produtivo, devem contribuir para que o processo de responsabilização do adolescente, fazendo assim que o processo adquira um caráter educativo, de modo que as medidas Socioeducativas (re)instituem direitos, interrompam a trajetória muitas vezes infracional, e permitam aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e profissional.” (BRASIL, 2012 p. 32).

No ano de 2012, iniciei meu trabalho como oficinairo no Programa Projovem Adolescente, onde era estagiário de Educação Física e permaneci até o final de 2013, sendo assim, trabalhei por aproximadamente 02 anos, minha função era oferecer oficinas de esporte e lazer voltadas à Educação Física. No município de Itapevi era exigido que os profissionais que atuassem como Oficinairos de Esporte possuísem título de licenciatura em educação física ou fosse um estagiário da área, em virtude das exigências profissionais e técnica da profissão.

As oficinas eram espaços onde trabalhávamos a socioeducação e a ludicidade, conforme definido nos cadernos de orientação BRASIL (2009): (...) as Oficinas são também espaços privilegiados para o reconhecimento das manifestações esportivas e culturais do território, do município e da região [...] mais do que conhecê-las, deve-se assegurar aos jovens a possibilidade de vivenciá-las, sendo fundamental dimensionar e organizar oportunidades coletivas e regulares de desenvolvimento de algumas delas, que deverão compor a programação semanal das ações socioeducativas”. (BRASIL, 2009 p. 84).

Cabe informar que o município conta até hoje com um programa específico para a proteção social especial de adolescentes, sendo assim, a ação socioeducativa tratada pelo Programa Projovem Adolescente no município de Itapevi, estava atrelada ao trabalho executado pela Proteção Social Básica, e deste ponto em diante compreenderemos que nos grupos tratados no município de Itapevi/SP não era

²⁸ BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -Sinase*, Lei N° 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

composto por adolescentes pertencentes a medidas socioeducativas em meio aberto, regidas pelo SINASE, que na verdade surge apenas no ano de 2012. Nesta época o Projovem já completava quatro anos de existência no município.

O objetivo do Programa Projovem era a prevenção, é uma ação socioeducativa que antecede a execução das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes aos quais é atribuída a prática de ato infracional (Prestação de serviços a Comunidade²⁹, Egressos do Programa de Liberdade Assistida/ LA³⁰, ou egressos ou vinculados aos Programas de combate ao abuso e à exploração sexual³¹. Os adolescentes nestas condições de vulnerabilidades eram encaminhados para a equipe da proteção especial), ou vítimas de algum abuso, pois eram atendidas por um outro órgão pertencente a secretaria de assistência social no município, a Casa Porto Seguro, que é um centro de transição para jovens em condições de vulnerabilidade, ou de extrema pobreza, onde eles passam a ter nesse abrigo acomodações com melhores condições para seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Aqui deixo claro que o público não era composto por adolescentes nestes perfis em virtude de o município ter locais específicos para o atendimento, assim como a equipe específica.

Em nosso trabalho o *Caderno Concepções e Fundamentos* não foi especificamente estudado ou abordado em nossos planejamentos. Em nossas reuniões eram tratadas as ações na sua prática. Este traçado metodológico traz um vasto conhecimento, porém por tratar-se de algo entendido por nossa equipe como algo destinado aos gestores e assistentes sociais, o que também é ressaltado pelo próprio material, em momento algum o mesmo fez parte de nossas discussões durante as reuniões de planejamento das ações diárias.

Embora houvesse livre acesso ao mesmo para a equipe de orientadores e oficinairos do CRAS, pois cada equipamento possuía um conjunto de cadernos onde todos poderiam consultar assim como os arquivos em PDF com fácil acesso.

Seguindo minha busca, percebi que na verdade cada orientador e oficinairos mais antigos atuavam livremente sem a necessidade de seguir à risca nem os manuais técnicos do Projovem (Cadernos de Orientação do MDS) e nem a apostila, o que foi passado em minha vivência era que eu poderia dentro dos temas propostos, fazer as

²⁹ LEI Nº 9.714, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.

³⁰ LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

³¹ Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA).

atividades mais adequadas aos meus coletivos. Ou seja, as ações eram norteadas pelos cadernos, mas não eram seguidas integralmente. Acredito que isso me motivou a aprofundar-me nos cadernos em busca de subsídios para minha atuação e uma melhor compreensão do que eu deveria trabalhar e estudar.

A seleção dos conteúdos e das ações socioeducativas em cada tema transversal teve como referência a análise das condições institucionais para a efetiva integração das políticas públicas voltadas para os jovens nos municípios, desenvolvidas a partir das prioridades políticas definidas por cada Ministério parceiro no Projovem Adolescente.

Como citado anteriormente os temas transversais eram distribuídos bimestralmente e cada profissional poderia montar sua atividade de forma livre, desde que as mesmas seguissem as diretrizes básicas do programa, especificadas em cada caderno e ciclo.

Como apresentado anteriormente basicamente a cada dois meses, eram trabalhados um tema, então a cada mês eram feitas 02 reuniões quinzenalmente de planejamento, onde os temas eram propostos e as atividades discutidas. Mas, percebi que alguns colegas faziam o famoso “cópia e cola”, ou seja, uma atividade feita anteriormente era “maquiada” e refeita, percebia-se que faltava mais investimento em equipamentos e pessoal para que este trabalho fosse executado de forma mais primorosa. Além de realmente existir pouco esforço por parte da gestão em tratar de questões mais complexas e necessárias as minorias que estavam representadas no Projovem Adolescente.

Em conversa com a ex-Coordenadora do Projovem Adolescente de Itapevi, RM (Pedagoga, Pós-graduação em Psicomotricidade) pude obter informações de grande relevância para a presente pesquisa, informações de como funcionava a parte burocrática, inclusive pude ter acesso ao Plano de Trabalho Anual do Projovem Adolescente de 2012- PTA (Anexo 2) *.

Outra informação importante adquirida na conversa foi que aproximadamente em 2012, atendendo aos anseios dos Orientadores Sociais, que contestavam a metodologia dos cadernos oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social- MDS, por entenderem que seu conteúdo era muito generalizado, e não atendia à realidade da dos adolescentes e jovens da comunidade Itapeviense, sugeriram então a criação de uma apostila que abordasse os temas dos cadernos de orientação do Projovem, porém em um

viés mais flexível, que não deixasse fugir os conteúdos propostos pelo MDS, mas ao mesmo tempo atendessem as características e peculiaridades do Município de Itapevi.

Para tanto foi designado pela Prof. Maschetti que uma das Orientadoras Sociais, BS (formada em Recursos Humanos, Letras) que por seu engajamento e facilidade de interpretação do contexto dos cadernos do MDS e vasto conhecimento da realidade do município, formulasse então a apostila do Projovem, que foi um marco facilitador para todos os profissionais envolvidos diretamente ou indiretamente com o Projovem, desde Orientadores sociais, Oficineiros, Assistentes Sociais, entre outros. É importante ressaltar também, que infelizmente não foi possível obtermos acesso ao impresso, pois com o passar dos tempos, e a extinção do Programa no município, essa apostila acabou perdendo-se, uma vez que maior parte da equipe do Projovem acabou deixando de prestar serviço para a Prefeitura Municipal de Itapevi.

Ainda sobre a apostila formulada, é importante ressaltar que ajudou muito no desenvolvimento do serviço Sócioeducativo, uma vez que as aulas duravam 2 horas, sendo uma de socioeducativo³² e uma de Oficinas, porém como os conteúdos dos cadernos oficiais do Projovem eram tanto quanto extensos, e quase sempre os Educadores Sociais não tinham tempo hábil para finalizar os eixos; A partir da formulação da apostila, algumas teorias e principalmente a metodologia ficou mais flexível e simplificada e sintetizada, o que ajudou muito os Orientadores e oficineiros a desempenharem suas funções com mais facilidade.

Outro ponto positivo na apostila foi que ela adaptou-se à realidade do município, visto que, ao formular a apostila a Orientadora Bárbara com auxílio da Coordenadora Maschetti, citavam em várias passagens da apostila exemplos do contexto da comunidade Itapeviense, como por exemplo, a citação de bairros do município ao estudar os temas que tratavam sobre cultura local, ou seja, a apostila não perdeu o contexto proposto nos cadernos do MDS, mas ao mesmo tempo flexibilizou-se à realidade do Município de Itapevi.

³² Oficina que visava a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições em várias dimensões e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, BRASIL, 2009, s/p.).

2.2. Relações raciais em um equipamento de socioeducação: itinerários de um ex-oficineiro

No município de Itapevi, dentro dos coletivos do Programa Projovem, pudemos perceber a existência de ações pedagógicas para abranger o tema, porém como veremos no decorrer deste capítulo, esbarrávamos em questões particulares do município que dificultavam a aplicação de ações previstas na lei 10.639/03.

Como oficinairo de esportes no programa social Projovem pude presenciar algumas situações extremamente marcantes na minha vida profissional, principalmente as situações onde ficaram explícitos certos preconceitos e estereótipos que alguns dos alunos (as) tinham em relação aos negros.

Dentro do programa tínhamos uma considerável parcela de participantes negros, onde infelizmente a parte do restante subjugavam os pretos e negros como inferiores cognitivamente, intelectualmente, socialmente, etc. É importante frisar, que o perfil de cada participante não era revelado para o coletivo (eles não sabiam quem era PBF, PAIF ou PLA), porém entre si eles mesmos deduziam que os participantes homens negros eram PLA, e as meninas negras eram PAIF, e chegavam ao ponto de até ter certos receios de se socializar com os alunos (as) negros por preconceito.

Além disso, havia ainda o estereótipo de que todo preto por ter uma baixa renda, deveria ter também um nível intelectual ou cognitivo inferior, ou deveriam cometer furtos aos demais participantes do programa, alguns chegavam a esconder seus pertences quando viam um adolescente negro se aproximando, ou mesmo quando desaparecia algum objeto, já acusavam os adolescentes negros.

Em uma das atividades no CRAS Amador Bueno, pude perceber que embora muitos adolescentes compartilhassem de certa alienação por parte de sua condição “negra”, pois uma das características que percebi na minha passagem pelo Programa ProJovem era uma negação velada por parte dos próprios adolescentes em reconhecerem-se como afrodescentes. Para eles a pobreza era sua maior forma de exclusão social, entretanto percebi que alguns jovens criticavam os outros pela cor da pele e reportei isso aos coordenadores de CRAS e do Projovem, para que esta questão fosse mais analisada, pois como visto nos materiais até aqui, nosso papel era a garantia de direitos as políticas públicas, mas acima de tudo a informação e ao esclarecimento sobre todas as questões que envolvessem estes adolescentes.

Apresentei aos coordenadores do CRAS e do PJA a atividade “Brasil em Colcha de Retalhos”, proposta no caderno de nº 04 que visa mostrar a diversidade cultural do Brasil, apresentando as culturas existentes dentro do nosso território, como os Índios, os Africanos, Europeus, etc. Com o intuito de fazermos com nossos adolescentes e iniciarmos um trabalho de sensibilização com estes, que aparentavam serem na sua maioria desinformados em relação ao racismo em seu meio de convívio social.

Com o objetivo de levar a questão racial para o debate dentro dos encontros do Projovem Adolescente apresentei dados e informações contidas em nosso material, mas a questão do racismo do meu ponto de vista precisava primeiro ser movida e colocada primeiramente para os demais integrantes da equipe de trabalho que realizavam apenas o mínimo exigido.

Durante minha vivência no programa ProJovem formam pontuais as situações onde existiram debates, rodas de conversa e ações afirmativas de combate ao racismo. Em uma tentativa de abordarmos as questões que envolviam a luta Étnico-Racial no Brasil, pelos cadernos conheci a SEPPIR, criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e compreendi que este órgão surgiu do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro.

Como é salientado pela SEPPIR ³³, “... data, que é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville. Em 21 de março de 1960, 20.000 negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. Isso aconteceu na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão e o saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos...” (Fonte: SEPPIR).

Estava, então diante de uma novidade, tendo em vista o pouco envolvimento com o tema. Que ninguém tinha mencionado em nossos planejamentos e em momentos de discussões sobre a importância ou mesmo a existência da mesma, foi então que percebi que as dificuldades em tratar a questão racial dentro do ProJovem.

³³ http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/sobre/o_que_e Acesso em 25/06/2018

O programa Projovem Adolescente no município de Itapevi, era realizado com um planejamento executado por toda a equipe pedagógica (orientadores, oficinairos e assistentes sociais, coordenadores e diretor de departamento). Mas, o município passava por algumas mudanças políticas e estruturais muito consideráveis, como a constante mudança de funcionários (rotatividade funcional), o que refletia no programa Projovem de forma latente na execução de todas as ações, conforme descrito anteriormente no decorrer deste capítulo.

Além das dificuldades já apresentadas, um dos aspectos principais em todas as orientações sobre nossa atuação com as turmas ou coletivos, era a necessidade por parte de alguns gestores e do próprio Programa Projovem em desvencilhar as referências educacionais (escolarizadas) do trabalho social.

Segundo relatos dos meus colegas nas reuniões e eventos do programa Projovem os profissionais da pedagogia, educação física e outras áreas da educação percebiam que no ano de 2008/2009, vivia-se um processo de construção da identidade no município a respeito do que era o papel da assistência social, e da equipe social, que vinha a muito tempo de uma luta e uma busca pela identidade própria que envolvia a socioassistencialidade do nosso município, bem como ações que descaracterizavam o serviço social, como, por exemplo, alfabetização de jovens e adultos em espaços de convivência, o que gerava uma certa disputa entre educadores e assistentes sociais, já que havia o entendimento que isso seria uma ação da secretaria de educação e não do social. Isso afetou durante um bom tempo o programa diretamente, pois embora os manuais técnicos como vimos, fizessem referência ao trabalho com a lei de forma direta e indireta, tinha-se o estigma que essas ações deveriam ser da educação, ou seja, da escola, diante de tal situação houve a necessidade de pontuar e esclarecer a importância de aplicação da Lei 10.639/03 dentro das ações socioeducativas no programa em execução, pois esta lei vem fortalecer o desenvolvimento dessas comunidades tão desprezadas e vulneráveis. Com o passar dos dias e de um trabalho de pesquisa e empenho da equipe direta do Programa Projovem Adolescente iniciamos algumas atividades para a valorização da cultura afro-brasileira e de combate ao racismo, que depois foram sendo mais cotidianas.

Com isso podemos perceber que naquela época muitos eram os entraves da execução da lei mesmo em ambientes que nos educadores acreditávamos que seria de fácil execução, por isso nos ambientes educacionais é comum ouvirmos sobre as dificuldades de aplicação da lei.

Muito embora a lei e todo o conteúdo para a sua aplicação, estejam na literatura educacional, vemos que é notório perceber que mais de 50% dos esforços para a aplicabilidade da lei vem de professores negros ou militantes.

De acordo com SANTOS (2015), [...] em 2013, ano em que a Lei 10.639 completou 10 anos de sua promulgação, o Centro de Estudos das Relações Sociais e Desigualdades (Ceert), em parceria com o Ministério da Educação e a Unesco, publicou uma pesquisa em que foram analisadas 2,3 mil iniciativas de aplicação da legislação. Dessas iniciativas, 46% foram aplicadas em escolas municipais e 39% na rede estadual. Entre as instituições de ensino particulares, o percentual foi ainda mais baixo, apenas 6%. O estudo ainda confirmou que a maioria das propostas é feita por professores negros, responsáveis por 59% das aplicações. (SANTOS, 2015 p. 2).

Algo que se confirmava em nosso trabalho dentro dos coletivos do Projovem, percebe-se que o cenário não mudou, verificamos a dificuldade em abordar o tema e as questões, compreende-se com nossa pesquisa que isto ainda é atribuída ao modelo eurocêntrico e a história educacional brasileira, ou simplesmente como no caso de minha experiência falta de apoio por parte da gestão. É possível perceber que também existe por parte de alguns educadores a falta de confiança e o conhecimento para o debate e reflexão de um tema que “ainda” é visto como “delicado”, pois para tratar o currículo de forma a promover uma educação antirracista verificamos que ainda é difícil. O que se agrava em estados, cidades e bairros muito vulneráveis onde a maioria dos educandos são negros, daí uma vez que muitos docentes não sabem lidar com as tensões surgidas na abordagem de algumas questões étnico raciais, optam por não o fazer de forma significativa ou simplesmente fazem de forma como é criticado por Freire ao referir-se à educação bancária.

Segundo Santos (2015), Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire defende a pedagogia humanista e libertadora, aquela que se propõe a desvelar o mundo através da problematização feita pelo diálogo entre educador e educando, o que leva à expulsão das ideologias dominantes que cobrem as práticas sociais e possibilita a construção de condições para que oprimidos encontrem a sua liberdade e possam se tornar sujeitos para a transformação social (FREIRE, 2014). Por essa interpretação, o autor rejeita a chamada “educação bancária”, que se concebe em uma relação de distanciamento, em que o educador é quem doa o saber ao educando, que nada sabe. (SANTOS, 2015 p.15).

No material do Programa Projovem assim como, em livros didáticos utilizados pelo sistema formal de ensino percebemos que a teoria está lá para ser aplicada. Como visto em cada caderno do Projovem há referências a serem construídas e trabalhadas.

O que se percebe seja pela minha experiência ou através da reflexão dos autores é que é perceptível o depreciamento e preconceito em nossa sociedade em relação a cultura e a história das minorias. Muitos enxergam nas políticas públicas meios de combate ao que vemos acontecer com essas minorias.

Após nossa busca pela aplicação do tema no Projovem, dentro das ações do programa, diariamente ou em momentos específicos mais planejados de forma ampla percebemos que houve conquistas significativas. Porém, na época, ao lermos o material e ao tentarmos pôr em prática algumas das ações propostas percebemos que as mesmas eram inviáveis ou inadequadas. Algo que nos leva a compreensão de que o planejamento para a aplicação da lei 10.639/03 deve ser amplamente testado e analisado em todos os aspectos possíveis, pois muitas atividades propostas poderão não serem aceitas e por isso que ao falarmos do trabalho sócio educacional temos que analisar o território, público e as vulnerabilidade existentes. Pois em nossa legislação verificamos a garantia de direitos e o fortalecimento das minorias, porém na prática nem sempre se efetivam como o idealizado.

Para concluir esta parte gostaria de pontuar que o Programa Projovem Adolescente, no município de Itapevi SP, teve a sua execução no período de 2008 até dezembro de 2013, onde o mesmo deixou de existir e deu lugar a outra modalidade de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Durante minha trajetória profissional pelo Programa pude ver claramente o quão difícil é a valorização da cultura afro-brasileira, assim como, a questão propriamente dita do racismo, muitos de nós passam por algumas questões sobre o racismo sem tomar ciência do quão duras elas são. Muitos destes adolescentes não possuíam a consciência do preconceito racial, acredito que como disse antes pela alienação, ou simplesmente por viverem em um ambiente de “igualdade”, ou seja, todos são pobres e negros em seu meio social, portanto o racismo ocupa um segundo plano.

Uma outra questão que acredito ser um grande entrave para a aplicação da lei era que embora o PJA fosse um espaço de socioeducação não existia empenho pela aplicação da lei 10.639/03 nos coletivos, pelo simples fato da “equipe gestora” entender que a lei em questão era destinada a educação básica, e, portanto, não fazia parte das

ações do PJA. Outra questão latente era o despreparo de alguns profissionais e a própria falta de “intimidade” com o tema em questão.

Acredito também que outro ponto a ser levado em conta nesta análise é o fato das políticas públicas ainda estarem sendo estabelecidas, difundidas e pontuadas, assim como o SUAS que iniciou em 2005, e necessitava ser implantado pelo município de Itapevi, acredito que existia a necessidade de conhecer a comunidade e criar diagnósticos socioterritoriais para analisarmos quais as políticas e minorias precisavam ser olhadas com mais intensidade.

Como oficinairo, busquei melhorar minhas ações e atividades pedagogicamente, mas em muitos momentos estava atravessando um caminho de solidão e por isso, muitas ações e atividades eram deixadas de lado. Como oficinairo ficou claro que não competia a mim, desenvolver metodologias, traçar metas, para a equipe então literalmente fui limitando minha atuação ao coletivo, onde consegui fazer rodas de conversa, bate papos com recursos audiovisuais e algumas atividades como a participação de um grupo de capoeira, entretanto fica o sentimento de que foi incompleto.

Pois de fato até mesmo meus conhecimentos eram e ainda são rasos diante da magnitude que a questão do racismo envolve e por isso, acredito que ainda se trata de um tema “tabu”, que embora tenham leis, secretaria para a garantia de direitos e políticas públicas, ainda é um assunto difícil e por que não “delicado”, diante das grandes questões que poderão levantar, onde nesse contexto ainda existem muitos paradigmas a serem quebrados pela nossa sociedade.

CAPITULO 3

O PROJovem ITAPEVI PELOS OLHOS DOS EX-PARTICIPANTES E FUNCIONÁRIOS.

3.1 A engrenagem “Projovem”

O PJA era um programa que trabalhava com uma intersetorialidade dentro da Prefeitura municipal, onde grande parte dos profissionais eram contratados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), porém geralmente eram convidados profissionais de outras secretarias para corroborar com o trabalho junto aos adolescentes, com palestras, dinâmicas, rodas de conversas, entre outros, dentre esses Profissionais convidados citamos como exemplo Advogados (Secretaria administrativa municipal/ Jurídico), Médicos (Secretaria de Saúde), Biólogos (Secretaria de Meio Ambiente), Professores (Secretaria de Educação e Cultura). Enfim, o Programa era dotado de uma vasta gama de Profissionais, de diferentes áreas, que englobavam áreas administrativas, áreas sociais, áreas da saúde, áreas da educação, dentre outras.

É importante salientar que todas as áreas que participavam diretamente ou indiretamente do Projovem tinham seu grau de importância, visto que o Programa funcionava como uma engrenagem, que uma vez que uma peça estivesse faltando, todo o desempenho ficaria abalado, da mesma forma funcionava o Projovem, eram varias funções, vários Profissionais que coadunavam suas funções com o objetivo de fornecer aos Adolescentes um serviço de qualidade.

Como toda empresa, tínhamos uma ordem hierárquica onde a gestora se ficava exclusivamente na Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), juntamente com a Secretária, elas tinham como função principal gerenciar a parte documental do Programa sendo a voz da MDS para o Projovem no município, e ao mesmo tempo sendo porta voz do Programa e do município perante MDS, ou seja, elas gerenciavam toda a parte Administrativa do programa, e respondiam como superiores imediatas em caso de possíveis intercorrências relacionadas ao Programa, elas também eram responsáveis por cuidar de toda a prestação de contas perante o Governo Federal, também eram delas a função de escolher e fiscalizar os Coordenadores de Cras, bem como a Coordenadora do Projovem .

Outro cargo que influenciava muito no Projovem era o de Coordenadores de Cras, lembrando que em Itapevi tínhamos 4 Cras (Jardim Amador Bueno, Jardim Maristela, Vila Aurora, Vila Engenheiro Cardoso). O cargo de Coordenador de Cras era um comumente mutável, uma vez que por ser um cargo “comissionado”, não tinha-se estabilidade, então era muito comum ver os coordenadores mudarem com razoável frequência, ou mesmo serem remanejados para outros Cras.

Dentre as funções do Coordenador de Cras, as principais eram de ser o porta voz da Sasc perante o Cras, levando as informações, realizando os treinamentos para os funcionários, captando alunos, gerenciando as documentações do Cras, etc.

Junto ao cargo de Coordenador de Cras, tínhamos a Coordenadora do Projovem que ficava fixa no Centro de Referência da Juventude (CRJ), que era um espaço reservado para as ações do Projovem em contexto geral, ou seja, quando todos os alunos do Projovem (dos 4 Cras) se reuniam, e lá aconteciam os encontros de alunos do projovem. Nesse espaço tínhamos uma infraestrutura pedagógica melhor do que o Cras, capaz de atender os adolescentes para as oficinas que acontecessem nos encontros, nessa infraestrutura tínhamos laboratório de informática, salão de jogos, salas de aula equipadas com aparelhos audiovisuais, quadra poliesportiva (nenhum dos 4 Cras tinham quadra poliesportiva, somente no CRJ), etc.

Enfim, a Coordenadora do Projovem ficava locada no CRJ, e de a mesma tinha a função de coordenar a equipe de Educadoras Sociais, Oficineiros, e frente de trabalho ou equipe de apoio.

Outro cargo muito importante no Projovem, eram os Assistentes Sociais que tinham dentre outras funções, realizarem o controle e os relatórios dos Adolescentes, e enviarem à MDS, nesse relatório deveria constar a frequência dos alunos no Programa, a fim de assegurar a Frequência básica, realizar a inserção de novos Participantes, e promover as ações de cunho socioassistencial de ligação entre Adolescente x família x Cras. Outra função muito importante do Assistente Social era realizar o Plano Individual de Atendimento (PIA) conforme modelo em anexo 4, que era um documento individual de cada adolescente, onde constavam os dados pessoais e familiares dos Adolescentes Programa.

Ainda sobre os cargos diretamente ligados ao Programa, encontrávamos o Cargo de Educador Social³⁴, que foi um cargo criado pela MDS que visava dar mais consistência ao atendimento do Projovem, esse cargo tinha a função de realizar as ações sócioeducativas, como aulas, palestras, dinâmicas, mostras, rodas de conversas, filmes, etc. Eles tinham também a função de assegurar que o conteúdo da Apostila do Programa fosse ministrado aos alunos.

Vale ressaltar que os Educadores acabavam sendo também (pela vivência mais intensa com os Adolescentes), os porta vozes dos adolescentes junto a questões externas ao programa, ou seja, quando os educandos tinham algum questionamento, dúvidas, ou quaisquer outros assuntos, por questão de aproximação eles acabavam falando para o Educador Social, com objetivo de que o mesmo fizesse o repasse ao Profissional responsável, dentre esses assuntos haviam alguns delicados como problemas de violência familiar, sexual, maus-tratos, dentre outros³⁵

Indiretamente os Educadores sociais acabavam tendo também o papel de conselheiro dos adolescentes, onde os mesmos viam no Educador uma referência, que às vezes não viam nem em casa, por esse vínculo, era muito comum ver alguns adolescentes pedindo conselhos, contando casos pessoais, confiando traumas, e falando de particularidades e experiências aos Educadores.

Os Educadores também tinham a função de repassar aos Assistentes Sociais ou dependendo da gravidade da situação à Coordenadora do Projovem, os levantamentos de desempenho de suas respectivas turmas, contendo médias de notas, médias de evasão de suas turmas, frequências diárias, e relatórios de indisciplina. Vale ressaltar que a maior parte da carga horária do Programa os Adolescentes ficavam aos cuidados do Educador Social (talvez por isso o vínculo citado anteriormente).

Outro cargo diretamente ligado ao programa era o de Oficineiro, que tinha a função de complementar as ações dos Educadores Sociais, com oficinas temáticas, que variavam de acordo com o módulo do programa, cada oficina durava cerca de 3 meses, a única que durava o ano inteiro era a de Educação Física, devido ao apelo dos Adolescentes por essa oficina. Fora a oficina de Educação Física, tínhamos as oficinas de desenho artístico, Informática, Inglês, street dance, técnicas Administrativas, Música

³⁴ Maioria dos Educadores Sociais eram contratados pela SASC, porém haviam alguns que eram prestadores de Serviço terceirizados pelo Instituto de Profissionalização e Qualificação LTDA. (PROQUALI).

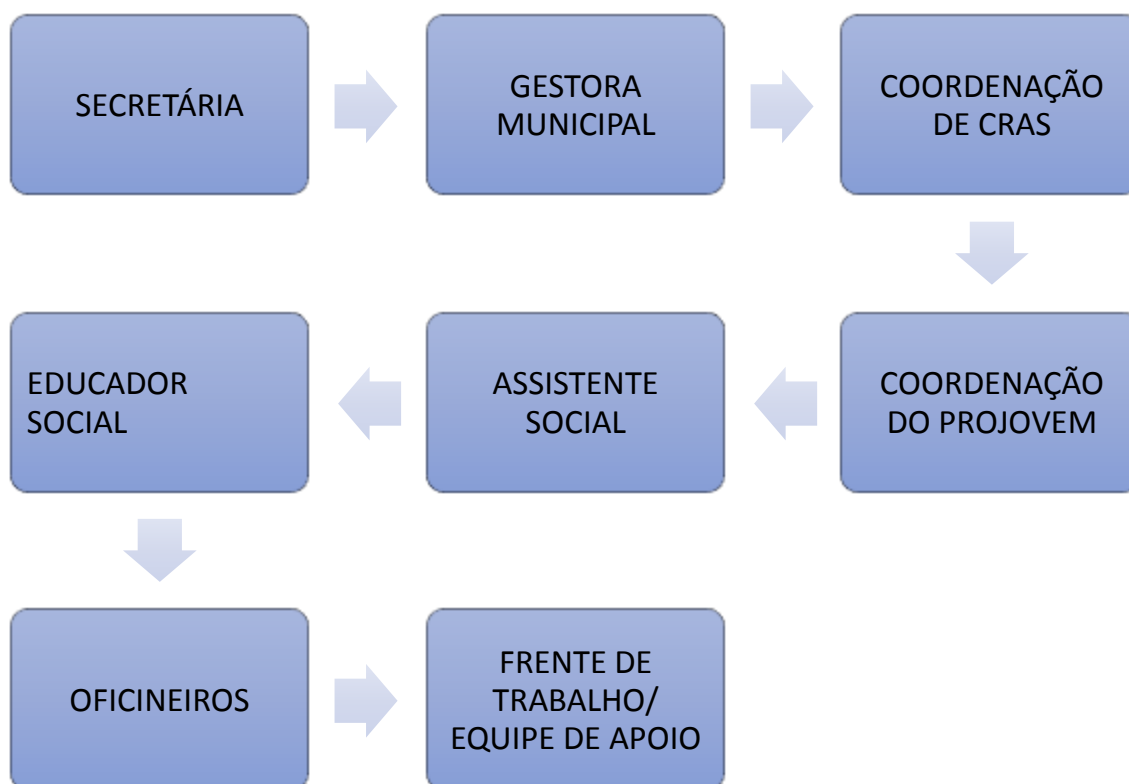
³⁵ Geralmente em maioria desses casos depois de passar pelo Coordenador do Projovem ou do Assistente Social, os casos eram encaminhados para os Psicólogos e para o Conselho Tutelar, que tomavam as medidas cabíveis.

(canto e coral), violão e treinamento para o mercado de trabalho. Vale ressaltar que os oficinairos eram uma equipe volante, ou seja, não estavam fixas no Cras nem no CRJ, mas cada dia estavam em um local, diferente dos Educadores Sociais que ficavam fixos nos seus Respectivos Cras.

É importante frisar que no final de cada módulo os Adolescentes tinham que apresentar como produto final um Trabalho de Conclusão de Módulo (TCM), no caso de Educação Física, a cada 3 meses (tempo equivalente aos módulos) eram oferecido aos alunos campeonatos de vários esportes (tênis de mesa, Futebol de salão, Dama, Xadrez, Voleibol e dança) disputando Cras contra Cras, esses campeonatos aconteciam nos encontros que haviam no CRJ.

Além desses cargos mencionados, tínhamos também os funcionários de frente de Trabalho/ Apoio, que davam o suporte as ações rotineiras do Programa, dentre eles Guarda Patrimonial, Cozinheira, auxiliar de limpeza, recepcionista, auxiliar de serviços administrativos, zelador, etc.

Enfim, era uma equipe de colaboradores que respeitava uma ordem hierárquica, e que tinham vários personagens envolvidos, todos com sua parcela de produtividade e de contribuição no para o PJA, para dar mais clareza a essa grande engrenagem, abaixo imagem que retrata os cargos mencionados.



Vale salientar que além desses cargos mencionados, haviam outros profissionais do Cras que trabalhavam indiretamente com o Programa, como Psicólogos, nutricionistas, conselheiros tutelares, dentre outros.

Outro ponto a ser ressaltado, é que a cada 2 sextas feiras os alunos se encontravam todos no CRJ, onde nesses dias os alunos dos 4 Cras participavam de atividades de cunho culturais com objetivo de estreitar os vínculos dos Adolescentes, deles trocaram experiências com outros adolescentes de outros bairros ou de outras regiões do município, eles particularmente gostavam muito desses encontros, e a participação deles era muito grande nesses dias, para ida ao CRJ a prefeitura fornecia o transporte que buscavam os adolescentes na porta do Cras e depois os levavam à porta do Cras.

Outro ponto a ser ressaltado, foram os eventos que tínhamos no Projovem, onde se reuniam os Adolescentes do Programa, eventos de cunho socioeducacionais e culturais ou esportivos, como:

- Dia de Menina:

Dia reuniam-se as meninas do Programa para uma série de atividades voltadas para o meio feminino, como palestras com Ginecologistas, palestras com Advogadas, filmes de cunho educativos, palestras sobre sexualidade, distribuição de preservativos, stand de maquiagem, stand de nutrição, stand de aferimento de cuidados à saúde (Aferição de pressão arterial, medidas de IMC³⁶, medidas de dobras cutâneas, oftalmologia, etc), stand de beleza (manicure, pedicure e cabeleireiro).

- Dia de Menino:

Dia onde se reuniam os meninos do Programa para uma série de atividades voltadas para o meio masculino, como palestras com Urologistas, distribuição de preservativos, palestras com Promotores de Justiça, palestras com Conselheiros Tutelares, campeonato de Futebol de Salão (Futsal), stand de beleza (cabeleireiro e limpeza de pele), oficina de elaboração de pipas.

³⁶ Índice de Massa Corporal

- Festa Junina

Tradicional festa do Projovem, onde se reuniam os participantes do Programa, os seus familiares e convidados, dentre os quais se destacam os convidados de honra (Prefeito, Secretários, Vereadores, dentre outras autoridades). Nessa festa existiam varias atividades e stand's de cunho cultural, como barraca de arroz doce, barraca de pipoca, barraca de milho cozido, barraca de algodão doce, barraca de quentão (sem álcool), barraca de distribuição de doces (doces de leite/pé de moleque/doce de abóbora), stand de caricaturas. No evento acontecia também a grande quadrilha do Projovem, que contava com a participação dos adolescentes e funcionários do Projovem.

- Dia esportivo

Era um dia voltado para todos os adolescentes do programa, onde tinham varias atividades de cunho esportivo e de qualidade de vida, dentre as atividades destacava-se o Campeonato de futsal ,vôlei e tênis de mesa (feminino e masculino), onde víamos uma participação muito grande dos adolescentes. Nesse evento haviam também palestras sobre Saúde, obesidade, diabetes, e dismorfia corporal (anorexia e bulimia).

Enfim, podíamos ver que o PJA era um amplo programa, que abarcava vários profissionais de varias áreas, e que para funcionar contava com a intersetorialidade da Prefeitura. Além dos Profissionais, outro ponto que fazia toda essa “engrenagem” funcionar, era a participação assídua/massiva dos adolescentes, que viam o programa como um refúgio, um lugar agradável, uma segunda casa

3.2 O Projovem Pelos Olhos dos Participantes

O Projovem trazia certa peculiaridade, os adolescentes eram totalmente contra o racismo, contra as praticas preconceituosas, e contra todos e quaisquer tipos de discriminação, seja racial, de credo, perfil socioeconômico, etc. Porém, e apesar do discurso ter um tom de igualdade, podemos ver que na prática encontrávamos certo preconceito “velado”, ou seja, existia um certo preconceito(principalmente racial). Por força da ética os adolescentes não admitiam que o preconceito existia, e preferiam dizer

que lá não existia desigualdade de tratamento e que todos alunos do programa e do Cras tinham igualdade de opinião e de valorização.

Para dar mais robustez a essas características ressaltadas acima, realizamos entrevistas com três ex- Participantes do Projovem Adolescente Itapevi, sendo que para tanto os mesmos foram submetidos a um roteiro de questões (*ANEXO IV)³⁷ perguntas, que objetivaram analisar e salientar como que era a realidade no Projovem, e se de fato existia o dito preconceito racial.

O primeiro entrevistado foi *F.A* (20), que ressalta que o Programa foi um momento marcante na vida dele, onde o mesmo obteve experiências interpessoais que ele leva até hoje em suas memórias, ele ressalta ainda que o Programa foi um marco na vida dele, pois o mesmo sempre foi um adolescente tímido, calado, mas o Programa lhe proporcionou uma reconstrução em sua personalidade, pois a partir do programa ele passou a ser um adolescente mais espontâneo e descontraído. Porém ao ser submetido às questões do roteiro de entrevista, ele reconheceu que houve momentos no Programa que ele (por ser negro, e morador da periferia) se sentia discriminado e até certo ponto visto com olhar de desconfiança pelos demais participantes.

Ele ressaltou ainda que o Projovem foi de extrema valia para o combate ao preconceito, uma vez que ele já presenciou algumas situações de preconceito dentro do Projovem (com ele e com os demais participantes negros). Ele ressalta ainda que apesar dessas situações, o ambiente era agradável, até mesmo porque os cadernos de orientação do programa, com a ajuda dos funcionários realizavam um amplo trabalho de conscientização, com o objetivo de cessar os preconceitos raciais, a fim de equiparar o tratamento dos negros, brancos, etc.

O outro entrevistado foi *JVS* (20), que ressaltou que na sua passagem pelo Programa, ele presenciou diversas situações de preconceito, até mesmo porque ele era um adolescente Negro e vindo de uma zona periférica, e por isso os outros participantes tinham uma visão distorcida sobre ele.

Porém, como o *FA* também salientou, as situações eram amplamente debatidas e refletidas, com os Educadores e Oficineiros, que com o apoio do material didático tentavam arduamente conscientizar os adolescentes sobre a nocividade da prática do preconceito racial, embora ele ainda ache que apesar dos esforços do Programa, os

³⁷ Junto ao roteiro de entrevista, os participantes também foram submetidos ao aceite do “Termo de Consentimento livre e assistido (TCLE) conforme *Anexo V, onde receberam uma via do termo, e a outra fora protocolada junto à universidade.

brancos tinham um tratamento mais justo em comparação com os negros seja dentro do Projovem ou mesmo no CRAS.

Outro ex-participante do programa foi a jovem *MP* (19), que ressaltou que no programa ela se sentia confortável, pois para ela o projovem dava uma visão aos adolescentes de uma sociedade mais justa, pois de acordo com ela, a nossa sociedade é extremamente desleal aos negros, que tanto contribuíram com a história da nossa nação.

Para *MP*, o programa criou nos participantes um senso de igualdade, e mostrou para os adolescentes que o preconceito racial é uma prática “abominável” e “intolerável”.

Ao ser questionada sobre alguma eventual situação de preconceito que ela tivera passado na sua experiência como aluna do projovem, ela disse que diretamente não, mas os outros participantes sempre “soltavam piadinhas” e falavam-lhe indiretamente coisas preconceituosas do tipo “...quem cometeu esse erro, um verdadeiro trabalho de Preto...?”. Porém, ela ressaltou que a situação normalmente era levada à reflexão pelos funcionários, que sempre baseando no material didático, conversavam com todos os adolescentes a fim de mudar conceitos, e assim sanar o preconceito existente, ela ressaltou ainda que o Projovem foi o momento mais especial da vida dela, e que até hoje ela sente enorme saudades do Programa.

Enfim, podemos concluir que os três entrevistados tiveram a opinião semelhantes, de que existia sim o preconceito racial dentro do programa, porém esse preconceito não era desprezado ou ignorado, ao contrário, ele era centro de debates, que objetivavam conscientizar os adolescentes sobre a inaceitável prática do racismo, ou seja, a equipe didática, com o auxílio dos cadernos de orientação, uniam forças para salientar aos adolescentes que aquela prática (que apesar de velada ou indireta) era inadmissível, e assim foi possível realizar um amplo trabalho de conscientização junto aos adolescentes.

3.3 Projovem Pelos Olhares dos Funcionários.

O PJA contava com uma extensa equipe didática, dentre os profissionais, quero destacar dois em especial, que são: Educadores Sociais, e Oficineiros. Eram essas duas classes de profissionais que tinham o contato mais aproximado com os adolescentes, ou seja, eram com esses profissionais que os adolescentes conversavam mais, que

contavam experiências, contavam suas realidades, seus medos, suas características, seus objetivos, dentre outros.

Parte desse contexto de intimidade partia do fato de que esses profissionais ficavam maior parte do tempo do curso em proximidade com os adolescentes, visto que raramente os adolescentes tinham um contato mais próximo aos demais profissionais, como Coordenação, assistente sociais, frente de trabalho, etc.

Partindo do contexto dessa proximidade dos adolescentes com esses profissionais, resolvemos realizar entrevistas também com alguns Educadores sociais e com oficinairos, com objetivo de mostrar como era a rotina e a visão que eles tinham no Programa.

O primeiro entrevistado foi a Educadora Social *LH* (Pedagoga) que trabalhou com os adolescentes do Cras Jd. Aurora. Ela trabalhou no Programa por pouco mais de 2 anos, e nesse meio tempo ela conseguiu desempenhar um trabalho de excelência entre os adolescentes, a ponto de ser extremamente elogiada pelos adolescentes, pais dos adolescentes, etc.

Ela admite que quando começou a trabalhar no PJA, ela tinha um certo receio por nunca ter trabalhado com aquela faixa etária (15 à 17 anos), por isso no começo ela se sentia muito insegura, com até certo medo da possível rejeição por parte dos alunos. Porém a realidade foi diferente, os alunos ganharam enorme apreço por ela.

Ao ser questionada sobre a importância do PJA no combate ao racismo, *LH* ressaltou que dentro do programa tinha-se uma realidade de Adolescentes Negros e em sua maioria de baixa ou baixíssima renda, o que acabava gerando um certo racismo aos demais participantes, ela ressalta que seria “hipocrisia” dizer que não existia racismo lá dentro, porém era de vital importância para os Educadores sociais combaterem esse racismo, abrindo a mente dos adolescentes para novas concepções e novos princípios, e para fazê-lo ela utilizava de algumas técnicas pedagógicas, como roda de conversa, onde os jovens negros eram questionados se sentiam dentro do programa algum tipo de preconceito (isso porque muitos adolescentes que praticavam o preconceito não admitiam que faziam, pois muitas vezes nem eles mesmos percebiam a sua prática, por verem como normal alguns tipos de “brincadeiras”, por mais que muitas delas fossem pejorativas). Outra tática utilizada por *LH*, era a utilização de filmes que ressaltassem o racismo, bem como outros temas de cunho racial, filmes como “Preciosa - Uma História

de Esperança”³⁸, onde muitos Adolescentes à procuravam depois do filme ou mesmo depois do expediente para desabafar e contarem que a história do filme se assemelhava a suas histórias de vida.

Ao ser questionada sobre como o Projovem tratava as situações de preconceito, *LH* respondeu que essas situações eram tratadas com muito zelo e atenção, não podendo desprezar o ocorrido, mas tendo bastante diálogo e aconselhamento aos praticantes e as vítimas.

Quando questionada sobre a importância dos cadernos de apoio do Projovem sobre o tema racial, *LH* ressaltou que o caderno tratava sim do assunto, mas ao mesmo tempo nos dava autonomia para trabalhar o tema respeitando as individualidades e peculiaridades do Cras Aurora, ou seja, as apostilas do Programa tratavam sim do tema, o que ajudava muito na “didática” da aula, mas sempre respeitando a individualidade do Cras que ela lecionava, ou seja, o caderno não trazia “receita de bolo”.

Outro Profissional que foi entrevistado foi o Oficineiro RM (Professor de Educação Física), que é um dos poucos Profissionais que esteve no Programa desde seu início até o seu fim em Itapevi, onde exerceu o cargo de Educador Social, posteriormente oficineiro, vale ressaltar que hoje em dia (2018) *RM* é Coordenador de um dos Cras do Município de Itapevi (Cras Maristela).

RM resalta que nos vários anos de serviços prestados ao PJA, ele presenciou diversas situações de Preconceito racial entre os Adolescentes, situações que iam desde apelidos pejorativos, até graves denúncias como “Sumiu um determinado objeto da sala, Provavelmente foi o aluno tal, por ser negro”, ele ressaltou ainda que essas situações eram corriqueiras dentro do Programa e que cabia ao Educador Social e ao oficineiro o trabalho de conscientização aos adolescentes, pois muitos já vinham inseridos de famílias preconceituosas, ou seja, a função do Profissional dentro do PJA, era dentre outras a desconstrução e construção de valores e princípios.

Ele por ser Oficineiro de Educação Física, tinha uma certa intimidade com os alunos (principalmente homens) que mesmo que fossem tímidos e retraídos, acabavam-

³⁸ História de Claireece "Preciosa" Jones, uma garota Afro-Americana de dezesseis anos de idade, que tem uma vida repleta de dificuldades. Abusada pela mãe, violentada por seu pai, ela cresce pobre, analfabeta, gorda, sem amor e geralmente passa despercebida por todos. Após muita luta, dor e impotência, Preciosa começa uma jornada que a levará ao mundo de luz, amor e auto-determinação. Fonte: <http://www.cinemenu.com.br/filmes/preciosa-uma-historia-de-esperanca-2009> acesso em 20/06/2018

se por se soltar na prática desportiva, essa era a principal vantagem nas aulas de Educação Física, uma vez que muitos ficavam tímidos e calados durante as aulas socioeducativas (com os Educadores Sociais), mas nas aulas de Educação Física, e com a pratica desportiva, eles espontaneamente acabavam descontraindo e se aproximando do Oficineiro.

Ao ser questionado sobre a importância dos cadernos do Programa no combatendo racismo, ele exaltou o conteúdo dos cadernos, dizendo que os mesmos eram a base das ações do Programa, e dentro deles existiam tudo que era necessários para desempenhar uma pratica eficaz e de excelência, ou seja, nos cadernos alem de tratar o tema preconceito racial ainda dava parâmetros para se trabalhar o tema, com sugestões de atividade e ações de conscientização e de valorização da cultura afro.

Sobre o tratamento que os adolescentes negros tinham dentro do Programa em comparação com o tratamento que os brancos tinham, a resposta foi clara e direta: “Sim, o tratamento era exatamente igual, sem nem um tipo de distinção, pelo menos por parte dos funcionários, porem por parte dos adolescentes o tratamento era meio diferente aos negros, porem com o passar do tempo eles iam percebendo que não era licito as praticas preconceituosas e acabavam equiparando o tratamento.

Outro importante profissional entrevistado foi o Oficineiro TC (Professor de artes), que ressaltou que s sua passagem no Projovem, apesar de curta (cerca de um ano) ele teve experiências marcantes, e que vai levar o resto da vida, para ele o PJA não deveria nunca ter acabado, por tamanha importância que trazia sob a vida dos participantes, era um programa capaz de mudar pensamentos, quebrar paradigmas e mudar a vida dos adolescentes.

Ele tem ainda uma visão diferente dos outros entrevistados, pois de acordo com ele não existiam situações de preconceito racial dentro do PJA, e se existiam ele diz nunca ter presenciado, de acordo com ele o tratamento que os adolescentes tinham uns com os outros era de extremo respeito e cordialidade, até mesmo porque a maioria moravam nas mesmas redondezas e tinham já um conhecimento prévio, por isso mesmo era comum ver os adolescentes quando chegavam no PJA já serem amigos, porém ele disse perceber algumas brincadeiras que poderiam remeter a um possível preconceito, porém ele diz que essa brincadeiras não eram feitas por maldade ou por objetivo de causar constrangimento ou racismo, mas sim brincadeiras normais de adolescentes e muitas vezes agiam impulsivamente por característica da idade.

Ele ressalta ainda que jamais como Profissional ele negligenciou algum tipo de situação que poderia causar um sentimento racista, ao contrario, ao perceber que mesmo sem intenção algum adolescente estava tendo praticas racistas, ele repreendia e aconselhava a não o fazer novamente.

Com relação aos cadernos, *TC* também tem uma visão diferenciada dos demais entrevistados, ele diz que com relação ao tema preconceito racial, o caderno era um tanto deficiente, pois ao modo de ver dele os cadernos deveriam tratar mais do tema, e com mais profundidade, pois de acordo com ele, apesar dos cadernos tratarem do tema, mas era de forma muito superficial, cabendo ao profissional dar a profundidade necessária, porém essa superficialidade não atrapalhava o decorrer da oficina, uma vez que os casos de preconceito eram mínimos ou nulos.

Outro entrevistado foi o também Oficineiro RC (Teólogo, Professor de Historia, Doutor em Ciência da Religião, Doutor em Educação), ele trabalhava com a oficina de cultura Brasileira e sociocultura, ele ressalta que o serviço que ele prestou ao PJA, foi de extrema valia, uma vez que os nossos adolescentes estão cada vez mais distantes do conceito do que é cultura e sociocultura, muitos estão se deixando ser levados por opiniões alheias e não criam um senso moral e ético do que é ser e estar inserido em uma cultura, ou seja, eles tem sido massa de manobra de alguns meios da nossa sociedade, e principalmente por meio das mídias televisivas.

Com relação as respostas dele, vemos uma certa aproximação as respostas do oficineiro TC, uma vez que ele não sentiu que os adolescentes do Programa tinham comumente praticas racistas, tanto que ao ser questionado sobre a importância do PJA no combate ao racismo, o mesmo respondeu que o Projovem, como uma política afirmativa para jovens, na minha experiência, foi sempre um espaço democrático de acesso a jovens independente de cor, etnia, sexo ou religião. Nesse sentido, a sua existência já é um espaço de combate ao racismo. Além disso, em muitos de seus conteúdos curriculares, estão claras as abordagens antirracistas.

Ao ser questionado se em sua passagem pelo Programa ele vivenciou alguma situação de racismo, ele respondeu que explicitamente não, ou mesmo não se lembra, ou seja, não houve nenhuma que o marcou a ponto dele lembra-se.

Foi também perguntado a ele sobre como ao modo de ver dele o Projovem tratava as situações de racismo, ele salientou que não viu situações de discriminação e/ou preconceito. Porém, em termos de abordagem sobre o assunto, sempre de forma sensata.

Por fim, foi perguntado a ele se em suas oficinas ele trabalhava o tema conscientização sobre questões étnico- raciais, ele respondeu que trabalhou mais a questão da diversidade do que especificamente a questão étnica-racial, que está incluída na questão da diversidade.

Outro profissional que foi entrevistado foi *RMA* (Pedagoga) que ingressou no Programa como Educadora Social, e posteriormente tornou-se Coordenadora geral do Projovem.

Ela conta que a sua passagem pelo programa trouxe uma grande bagagem de experiência, pois ela esteve em dois lados da equipe do Projovem, foram 3 anos como Educadora e dois como Coordenadora, onde ela acompanhou o PJA desde sua formação, até sua extinção, passando pela sua fundamentação no Município, ou seja, ela teve um grande papel de importância corroborando em grande valia com o Programa.

Vale lembrar que durante a trajetória do PJA em Itapevi, partiu da *RMA* a ideia de compor uma apostila única que sintetizasse as informações dos cadernos do Programa, e assim ajudou muito os oficinairos e Educadores Sociais, pois apesar dos cadernos do MDS serem de exímias, eles eram tanto quanto fragmentados (vários volumes) e com a sintetização desses cadernos formando uma apostila única foi possível trabalhar com excelência os temas propostos nos cadernos.

RMA lembra também que durante a sua passagem no Projovem, tanto como Educadora Social, como Coordenadora, ela sempre procurou promover entre os adolescentes um senso contrário ao racismo, tentando de vários meios possíveis equiparar o tratamento dos alunos independentemente de cor, credo, religião, etc. E de acordo com ela, foi possível obter êxito nessa árdua tarefa, uma vez que ao modo de ver dela, os adolescentes não tinham preconceito entre si, e se tivessem, ela tanto enquanto Educadora Social, como quanto Coordenadora sempre procurou conscientiza-los e adverti-los, ou seja, o Programa conseguiu sim (ao modo de ver da *RMA*) equiparar o tratamento entre os adolescentes.

Ao ser questionada se ela se lembra de alguma ocasião de possível Preconceito que lhe marcou, ela disse que o que haviam eram “brincadeiras” de mal gosto, ou “bullying”, mas que eram raras essas situações, e quando haviam, os agressores eram advertidos, e havendo reincidência punidos, seja com convocação dos responsáveis ou suspensão.

Outra questão que fora levantada foi sobre a importância dos cadernos do Projovem no combate ao Racismo, e ela respondeu que foi de extrema importância, pois

a partir dos cadernos de apoio e da apostila criada, eles puderam ter um norte/ parâmetro para trabalhar o tema, que era tratado com extrema seriedade seja por parte desde a gestão até a equipe de apoio.

Ela aponta ainda que sempre que possível, eram convidados palestrantes com objetivo de tratar direta ou indiretamente o tema Étnico-Racial, ou seja, com relação a esse tema, os alunos estavam bem conscientizados e preparados para combater todo e quaisquer tipos de preconceitos.

Enfim, podemos concluir que dentre os profissionais temos varias visões, uns tinham em mente que o Preconceito existia, e até citam alguns exemplos de situações que coadunam com o que eles estavam salientado, alguns por outro lado dizem que essas situações eram veladas e deveriam ser tratadas de forma mais ferrenha, para que não viessem ocorrer novamente. Já outros profissionais dizem que não haviam situações de preconceitos, e se houvessem, eles estariam prontos a conscientizar ou mesmo repreender os praticantes, uma vez que o PJA tinha dentre outros objetivos, a inclusão e a cidadania. Podemos chegar então à conclusão de que sobre o tema racial não se tinha consenso geral entre os profissionais, pois uns diziam que não existia o preconceito, já outros dizima claramente que existia sim e deveria ser combatido, Fato é que nos materiais de apoio (cadernos e apostilas) viam-se varias passagens que ressaltavam o tema étnico racial, ou seja, com relação ao material de apoio os profissionais estavam bem orientados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa, foi possível diagnosticar que a nossa população adolescente ainda sofre com diversos tipos de preconceitos, principalmente em uma era em que o adolescente é criminalizado, ainda mais se for negro e com baixa renda.

Para alterar este quadro de preconceito no âmbito das políticas sociais, o Programa Projovem Adolescente desenvolvido pelo MDS foi diretamente impactado pelas políticas de igualdade racial e em curso no Brasil. Para tanto, acionou metodologias para enfrentar o racismo dentro das especificidades da educação social. Com isso, o antirracismo pautado por segmentos da sociedade civil e setores do governo cominaram seus temas com o da criação de oportunidades aos adolescentes, contando com a colaboração de uma vasta gama de materiais de apoio. Dentre eles destacaram-se os cadernos (ou apostilas) oficiais do programa, cadernos esses que eram a base didática do PJA, e que a partir deles os Profissionais envolvidos com o Programa tinham uma base, um norte de como abranger diversos temas.

Entretanto, quando postos à prova da realidade, esses cadernos idealizados pelo MDS apresentaram-se com certa dificuldade de plena aplicação. No Caso do Cras Itapevi essa dificuldade manifestou-se sobretudo na extensão de alguns temas abordados pelo material pedagógico oficial. Fato este que exigiu da gestão do PJA formas específicas de apropriação das metodologias oficialmente indicadas decidindo-se por criar uma apostila unificada, que ajudou muito no desenvolvimento do Programa.

Sobre a apostila inventada conclui-se que houve no programa certa disparidade entre a realidade, e o que estava proposto nos cadernos de orientação, uma vez que em certos pontos os cadernos apresentavam textos e propostas didáticas inviáveis para a realização na comunidade Itapeviense. Exemplo disso foi à necessidade em criar-se uma apostila que sintetizasse os conteúdos dos cadernos de orientação do Programa, uma vez que o tempo para as aulas Sócioeducativas e oficinas não era hábil para trabalhar todos os conceitos e propostas dos cadernos (em Itapevi eram 2 aulas de Sócioeducativo e 1 aula para cada Oficina, sendo que cada aula tinha duração de 50 minutos).

É importante ainda salientar que a proposta didática do Projovem em Itapevi, previa que cada oficina deveria durar 3 meses em cada Cras (exceto a de Educação Física que durava o ano todo em todos os Cras, visto que existiam 3icineiros de educação física e somente 1 de outras oficinas), sendo que as oficinas eram rotativas, ou seja, osicineiros circulavam pelos 4 Cras desenvolvendo as oficinas e por isso elas

duravam apenas 3 meses, o que inviabilizava contemplar todos os conteúdos dos cadernos de orientação do Projovem, e o que motivou a criar-se uma apostila única e resumida.

No entanto nem dos Educadores Sociais, nem dos Oficineiros era exigido fazer uso ostensivo da apostila e nem os cadernos de orientação. Em razão disso, alguns profissionais criaram seus próprios pontos de referências, que pode ser visto como uma pulverização de conteúdos, visto que o adolescente de um Cras poderia estar aprendendo um determinado conteúdo, enquanto outro adolescente no mesmo nível do curso só que de outro Cras, ou com outro Educador ou Oficineiro vendo conteúdos totalmente diferentes.

Com relação a questão Étnico-Racial, os cadernos traziam diferentes abordagens com objetivo de conscientizar os adolescentes sobre a importância do tema, por isso víamos no Programa diversas atividades voltadas para o tema racial, atividades como palestras, dinâmicas, filmes, rodas de conversa, produção de atividades escritas, entre outros

Outro ponto importante de frisar, o fato de em quanto o Programa enquanto esteve ativo em Itapevi, sempre teve uma participação assídua de adolescentes pelos 4 cantos do município, ou seja, eram sempre coletivos (turmas) lotados, até mesmo pelo enorme poder de união, conscientização e cidadania que estava envolvido no Programa.

Em resumo, o desenvolvimento do PROJOVEM em Itapevi impactou diretamente e de forma relevante na vida desses adolescentes. Os testemunhos de alguns deles revelaram que a partir do programa mudaram suas vidas sociais e fortaleceram princípios, tornando-os mais preparados para enfrentar as situações de preconceito existente. Esta foi uma contribuição efetiva do PROJOVEM, pois o preconceito racial é algo estruturante da sociedade brasileira, ontem e hoje. Na maioria das vezes ele aparece camuflado sob o manto do mito da democracia racial: a sociedade finge que não pratica e não vê o preconceito e assim cria-se uma imagem de que o problema de preconceito racial no Brasil já foi vencido, um mito que descaracteriza a realidade que vemos nas ruas, onde muitos jovens ainda são vítimas de preconceitos e crimes pelo simples fato de serem negros ou terem um nível econômico baixo.

Não obstante suas limitações e contradições, o Projovem surgiu como uma luz, que em seus anos de existência conseguiu deixar sua marca no cenário Itapeviense, e transformar a vida de vários adolescentes, que muitas vezes ingressavam no Programa sem nenhuma perspectiva de futuro, e conforme avançavam os módulos do curso, iam

criando uma visão de que é possível sim vencer a miséria, que é possível sim que um jovem, por mais que fosse negro, morador de comunidade, por mais que ele já tivesse cometido erros na sua caminhada, ainda sim é possível evoluir, crescer, amadurecer e ter um futuro insigne lá na frente, e esse era o objetivo do programa, ver o sucesso dos nossos Adolescentes, e hoje (2018) ver que aquela semente plantada (até 2014) hoje virou raiz, e muitos daqueles adolescentes venceram ou estão buscando vencer na vida.

Fontes

Apostilas do MDS/Projovem - Que serviram como eixo norteador para o trabalho multidisciplinar no Município de Itapevi.

Materiais de apoio/didáticos - Protocolos, liminares, cadernos de alunos/oficineiros/orientadores.

Arquivos de documentação do CRAS Itapevi-SP

Arquivos de Documentação do Projovem Itapevi-SP

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Eliane Ribeiro, ESTEVES, Luiz Carlos Gil, OLIVEIRA, Edna Castro de. Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 5-6, nov. 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; ALB; São Paulo: FAPESP, 2002. p. 529-575.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* - Lei 8069/90 | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BORIS, Fausto. História do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

BRASIL. *Constituição*. Lei nº 10.793, de 1 de dezembro de 2003. Altera a Redação do Art. 26, § 3º, e do Art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Anais da V conferência nacional de assistência social. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/legislacao-1/cd-suasvol-01/cd_anais/anais_V_conferencia_nacional.pdf>. Acesso em: 20/01/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de concepção Juventudes e Adolescências do Serviço Socioeducativo de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. 1. ed., Brasília, 2009

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso socioeducativo I: Criação do Coletivo. 1. ed., Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso socioeducativo II: Consolidação do Coletivo. 1. ed., Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso socioeducativo III: Coletivo Pesquisador. 1. ed., Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso socioeducativo IV: Coletivo Criador. 1. ed., Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Traçado metodológico do Projovem Adolescente. 1. ed., Brasília, 2009.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de novembro de 2009. nº225. Seção 1. 2009 a. Social. Brasília: 2006.

_____. *Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -Sinase*, Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 24 abr. 2016.

-Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007
CAPITÃO, L.C.D. "*Sócio-educação em xeque: interfaces entre justiça restaurativa e democratização do atendimento a adolescentes privados de liberdade*." (2008). Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/401>> Acesso em 16/07/2016.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (Org.),

CHOPPIN. Alain. O Manual Escolar: uma falsa evidência histórica. In: *História da Educação*, ASPHE/ FaE/ UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9- 75, Jan/Abr 2009. Disponível em: <http://FAE.ufpel.edu.br/asphe>. Trad. Maria Helena C. Bastos.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, v. 25, n. 67, 2005 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>> Acesso em 16/07/2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 22/03/2017.

GUÁRA, I. M. F. R. "Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação." *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (2006): 63-75.

LDB- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996. DISPONÍVEL EM <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> acesso em 14/07/2016.

NASCIMENTO, Natália Ilka Moraes. Programa Projovem Urbano: anotações sobre escolarização, inclusão social e juventude. *Revista Enfoques*. PPGSA-IFCS-UFRJ, Vol. 13 (1) Dezembro-2013.

NUNES, Fábio Pereira. *A Formulação do Programa Nacional e Inclusão de Jovens (PROJOVEM) como política pública*. Campinas, Unicamp, 2015. (Tese de Doutorado).

PIECHNIK, M. B. & BOTTAMEDI, S. M. A influência da mídia na adolescência: algumas considerações. Monografia de Especialização do Curso para Educadores da criança e adolescente em situação de risco ou programas sócio-preventivos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

PRIORE, Mary Del. *Histórias da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). *A arte de governar crianças: a história das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, D.S dos. *Dialogando com Educadores de São Paulo: Percepção Sobre a Implementação da Lei 10.639/03*. São Paulo, 2015.

SCHMIDT, Benício Viero; CASTRO, Henrique Carlos de O. de; CORRÊA, Helena Ariane Borges; FARIA, Moema Gomes de. *Programa Nacional de Inclusão de Jovens*

– *ProJovem (Estudo de Caso apresentado durante evento paralelo do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre Juventude, 25-26 de julho de 2011).*

- Brasília: Fundo de População das Nações Unidas : Secretaria Nacional da Juventude, 2011.

SEPPPIR. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério dos Direitos Humanos. Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria. Disponível em: <http://www.sepppir.gov.br/sobre-a-sepppir/a-secretaria>. Acesso em: 10 de fevereiro 2018.

SILVA, E. R. A. *A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade*. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, E. R. A. *Reconstituição da trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação, 1997.

SILVA, E. R. A.; GUARESI, S. *Adolescente em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília: Ipea, 2003 (Texto para discussão, n. 979).

SILVEIRA, OLÍVIA MARIA COSTA. *O Unicórnio e o Rinoceronte: Análise do ProJovem a partir de seus Beneficiários*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2009. - 2009. 167 f.: il.

Sposito, Marília Pontes, and Paulo César Rodrigues CARRANO. "Juventude e políticas públicas no Brasil." *Rev. Bras. Educ.* 24 (2003): 16-39.

TRAVESSIA, Fundação Projeto. *Histórias Reais*. São Paulo: 2003.

TRILLA, J. *La educación fuera de la escuela: enseñanza a distancia, por correspondência, por ordenador, radio, vídeo y otros médios no formales*. Barcelona: Planeta, 1985.

VASCONCELOS, E.M. *Complexidade Histórica e Questão Racial em Salvador, Brasil*, São Paulo, 2007

ANEXOS

Anexo I

8 Créditos

Expositores

Ministro Gilberto Gil
Ministro de Cultura

Ministro Luiz Dulci
Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil

Ministra Matilde Ribeiro
Ministra da Secretaria Especial Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Ministro Patrus Ananias
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Governador Wellington Dias
Governador do Estado do Piauí

Prefeito Fernando Pimentel
Prefeito de Belo Horizonte

Prefeito João Avamileno
Prefeito de Santo André (SP)

Prefeito João Paulo Lima e Silva
Prefeito de Recife

Prefeito João Vech
Prefeito de Porto Alegre

Prefeito José de Filippi Júnior
Prefeito de Diadema (SP)

Prefeita Luciana Santos
Prefeita de Olinda

Prefeita Maria Inês Soares Freire
Prefeita de Ribeirão Pires

Prefeita Marta Suplicy
Prefeita de São Paulo

Prefeito Pedro Uczai
Prefeito de Chapecó

Prefeito Pedro Wilson
Prefeito de Goiânia

Deputada Flora Izabel
Deputada Estadual pelo PT(P)

Deputada Miriam Yanet Martín González
Deputada e Membro da UJC (Cuba)

Deputado Alessandro Molon
Deputado Estadual (RJ) e Presidente da Comissão de Juventude da ALERJ

Deputado Carlos Minc
Deputado Estadual (RJ) e Membro da Comissão Contra a Impunidade da ALERJ

Deputado Cláudio Vereza
Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Deputado Cláudio Vignatti
Deputado Federal (SC) e Membro da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados

Deputado Reginaldo Lopes
Deputado Federal (BH) e Presidente da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados

Deputado Tarcisio Zimmermann
Deputado Federal (SC)

Adam Fletcher
The Freechild Project (Estados Unidos)

Adriana Carvalho
Secretária de Juventude da Prefeitura de Santo André

Adriano Oliveira
Ex-Vice-Presidente da UNE

Albert Company i Bolós
Conselho Nacional da Juventude de Catalunha - CNJC (Espanha)

Alexandre Youssef
Coordenador da Juventude da Prefeitura de São Paulo

Allan Amaral Mesentier
AMES - Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro

Amélia Cohn
Coordenadora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ana Clara Ribeiro
Membro do Corpo Docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR (RJ)

Ana Clécia Mesquita de Lima
Cooperativa Artefato (SP)

Ann Karina Brenner
Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF

Ana Paula de Carli
Acampamento Intercontinental da Juventude - Brasil

André Gomyde
Secretário de Juventude da Prefeitura de Vitória

André Mombach
Acampamento Intercontinental da Juventude - Brasil

Andréia Bessa
Coordenadora de Juventude da Prefeitura de Campinas

Antoninho Marmo Trevisan
Presidente do Grupo Trevisan

Antonio Carlos Gomes da Costa
Membro do Conselho da Cátedra Alessandro Baratta da Universidade da Cooperação Internacional em São José da Costa Rica e Professor e Consultor na área educacional / Modus Faciendi

Antônio José Medeiros
Secretário Estadual de Educação e Cultura do Piauí

Anunciação de Almeida
Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras - FETAG

Ariel de Castro Alves
Conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos

Arlison Favaretto
Sociólogo e Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela USP

Ariusvaldo Umbelino de Oliveira
Professor Titular do Departamento de Geografia da FFLCH-USP

Armand F. Pereira
Diretor da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil

Arnaldo Godoy
Vereador e ex-Secretário de Cultura de Belo Horizonte

Atrátino Cortes Coutinho Neto
Sub-Secretário Estadual de Infância e Juventude do Rio de Janeiro

Bernardo Mancano
Professor da Universidade Estadual Paulista - UNESP

Créditos

- Beto Cury**
Sub-Secretário de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República
- Bridget Majola**
Rede Global de Ação Juvenil (África do Sul)
- Cândido Grzybowski**
Diretor do Ibase
- Carlos Alberto dos Santos**
Gerente da Unidade de Financiamento e Capitalização do Sebrae Nacional
- Carlos Bressan**
Diretor Técnico do Sebrae - ES
- Carlos Lopes**
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/Brasil
- Carlos Odas**
Projeto Juventude
- Carliúcio Castanha**
Prefeitura de Recife (PE)
- Carmem S. de Oliveira**
Ex-Presidente da FEBEM do RS e Professora / UNISINOS-RS
- Chetna Desai**
Coordenadora do Acampamento da Juventude do Fórum Social de Mumbai (Índia)
- Cláudia Freitag**
Marcha Mundial de Mulheres
- Conceição Bessa Ruão**
Vice-Presidente do Instituto Português da Juventude (Portugal)
- Cristiano de Oliveira Holstein**
Geracoop (RS)
- Dalva Macedo**
Professora doutora da UFF
- Daniel Gutemberg R. da Silva**
ACJ-Associação de Capacitação de Jovens
- Daniela de Melo Custódio**
Geledés - Instituto da Mulher Negra
- Danilo César M. da S. Cruz**
Presidente da UMES - Porto Alegre (RS)
- Danilo de Miranda**
Presidente do SESC São Paulo
- Diego Monroe Kurtz**
 Vereador em Alvorada (RS)
- Diogo Castro**
Coletivo Nacional de Juventude do MST
- Divanildo Basílio**
Redes de Jovens do Nordeste / Natal
- Edvaldo Cicero Gama Lima**
Tapajóira - Assoc. Comunidades das Reservas Extrativistas Tapajó-Arapicuns
- Eliza Bartolozzi Ferreira**
Sub-Secretária da Educação Básica e Profissional do Estado do Espírito Santo
- Ercília Maria Braga de Olinda**
Coordenadora da Célula de Assuntos da Juventude do Ceará
- Ernesto Rodriguez**
Consultor da UNESCO (Uruguai)
- Eugênio Bacci**
Presidente da Radiobrás
- Eugina Correia**
Instituto Juventude Contemporânea do Ceará
- Evandro Sena**
Projeto Redes e Juventude (PE)
- Evangelista Alves de Almeida**
PIR-Pastoral da Juventude Rural
- Everton dos Santos Rodrigues**
Núcleo de Políticas Públicas de Juventude de Porto Alegre / Movimento de Software Livre
- Fábio Anderson Rodrigues Pena**
Coordenador de Educação, Comunicação e Juventude - Projeto Saúde e Alegria - Pará
- Fernanda Papa**
Coordenadora de Programas da Fundação Friedrich Ebert Stiftung / Redes
- Fernando Lannes**
Observatório de Favelas
- Flávio Jorge**
Diretor da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Cidadania
- Francisco Gomes Ahreu**
Secretário de Estado de Cidadania de Goiás
- Francisco Luiz de Sá Araújo**
Protagonismo Juvenil / Diretor da Acontur - Associação de Condutores de Turismo de Taracatu - PE
- Francisco Rodrigo Josino Amaral**
EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares
- Francisco Silva (Bido)**
Universidade Popular - UNIPOP
- Fransérgio Goulart**
Rede Jovens em Movimento
- Gabriela Junqueira Calazans**
Programa Estadual de DST/AIDS - CRT DST/AIDS do Governo de São Paulo
- Gaudêncio Frigotto**
Professor da UERJ e Professor Titular associado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF
- Gedeilson Costa Santos**
Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (ES)
- Getúlio Marques Ferreira**
Diretor de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
- Gláucio Filibeck**
Fórum Europeu da Juventude (Itália)
- Gil Custódio**
Associação de Hip-Hop Juventude Periférica
- Gildete Rosa da S. Morandi**
Pedagoga e Professora nos Assentamentos do MST
- Gracilene Freitas de Paiva**
 Vereadora em Fajó (AC)
- Gustavo Petta**
Presidente da UNE
- Gustavo Venturi**
Núcleo de Pesquisa da Fundação Perseu Abramo / Criterium
- Haroldo Teixeira**
Secretário do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará
- Helena Abramo**
Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania
- Helôisa Maciel**
Secretária Municipal de Assistência Social de Niterói (RJ)
- Hermano Vianna**
Antropólogo
- Hernán Pedraza**
FLAJ - Federación Latino Americana de Jovens (Argentina)
- Humberto de Jesus**
Secretário Nacional de Juventude do PT
- Idson Tavares da Silva**
Núcleo Cultural do Colégio Guadalajara / Caxias (RJ)
- Isadora Pisoni**
Vice-Presidente da UBES
- Isnar Borges**
PIR-Pastoral da Juventude Rural
- Itamar Silva**
Ibase
- Jacqueline Serra Freire**
Professora da Universidade Federal do Pará
- Jairo Teixeira**
Coordenador do Núcleo da Juventude/SDHSU Prefeitura de Porto Alegre (RS)
- Jamerson Almeida**
Diretor-presidente do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães da Prefeitura de Recife (PE)
- Jamaina Magalhães**
Representante da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (PI)

Janice Tirelli Ponte de Sousa
Professora da UFSC

Jaqueline Tembê
Conselheira Setorial Indígena -
Conselho da Cidade de Belém (PA)

Jean-Charles Lagrée
Associação Europeia de
Sociologia (França)

João Bosco Seara
Secretário de Recursos Hídricos do
Ministério do Meio Ambiente

João Paulo Rodrigues
Coordenação Nacional do MST

Jocienny Silva Gomes
ACONERUQUI - Associação das
Comunidades Negras, Rurais
Quilombolas do Maranhão

Joel Fonseca Costa
Vice-Prefeito de Diadema (SP)

Jorge Werthein
Representante da UNESCO no Brasil

José Aécio Martins da Silva
Secretário de Esporte do Estado do Acre

José Lopes Feijão
Presidente do Sindicato dos
Metalúrgicos do ABC

José Marcelo Zacchi
Consultor - Viva Rio / Banco Mundial

José Pérez Islas
Instituto Mexicano de Juventude (México)

José Roberto Gnecco
Secretaria de Esportes da
Prefeitura de São Paulo

Josemar Francisco de Gorette
Representante do SENAI - ES

Juarez Dayrell
Professor da Faculdade de
Educação da UFMG / Observatório
de Juventude da UFMG

Juca Klouri
Jornalista e Comentarista Esportivo

Julia Zanetti
Coordenadora de Projeto Social da
CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora

Juliana da Silva Soares
Orçamento Participativo
Jovem / Niterói (RJ)

Julio Moreira
Grupo Arco-Iris

Jurandir Santos de Novaes
Secretária de Gestão e Planejamento
da Prefeitura de Belém (PA)

Lamartine Silva
Movimento Hip-Hop Organizado
do Brasil - MHHOB

Lars Graef
Secretário de Juventude, Esporte
e Lazer do Estado de São Paulo

Laurita Schneider
Coordenadora do Curso de
Pedagogia da Terra da UFES

Leni Medeiros
Comissão de Direitos Humanos / ALERJ

Leonardo Cunha Brito
Secretário de Juventude do Acre

Lilian Celiberti
Foro Cone Sur de Mujeres
Políticas (Uruguai)

Lindomar Litto Leal Costa
Conselho Setorial da Juventude de Belém

Livia De Tommasi
Redes e Juventude

Lúcia Isabel da C. Silva
Doutoranda em Psicologia pela UFPA

Luciana Gonçalves
Médica Psiquiatra

Luciana Guimarães
Diretora de Projetos Instituto Sou da Paz

Luciene Medeiros
Secretária Municipal de Educação
e Cultura de Belém (PA)

Lucineide Rodrigues Chaves Silva
Pastoral da Juventude

Luiz Gonzaga Bertelli
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

Luiz Flávio Supori
Secretário Adjunto de Defesa Social
do Estado de Minas Gerais

Luiz Marinho
Presidente Nacional da CUT

Maicon M. Vasconcelos da Silva
Coordenador da Juventude Metalúrgica
do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Malizi Fontoura Gonçalves
Grupo Feminista Anastácias / Hip Hop

Malu Vianna
Movimento Negro/Hip-Hop

Marcelo Gomes Ribeiro
Assessor de Juventude da
Prefeitura de Goiânia (GO)

**Marcelo Pereira de Almeida
Ferreira (Russo)**
Coordenação Geral de Apoio,
Capacitação e Eventos Esportivos
do Ministério do Esporte

Marcelo Siqueira Pickersgill
Consultor da Secretaria de
Reordenamento Agrário do Ministério
de Desenvolvimento Agrário

Márcia Florêncio
Coordenadora Social do Afroreggae

Marcia Paim
CEAFRO - Universidade Federal da Bahia

Márcio Pochmann
Secretário do Desenvolvimento, Trabalho
e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo

**Marco Antonio Ernandes
(Marquinhos)**
Presidente da Câmara
Municipal de Diadema

Maria Carla Corrochano
Ação Educativa

Maria Rita Kehl
Psicanalista

Márcia Spósito
Professora da Faculdade
de Educação da USP

Marina Farkas Bitelman
Assessora da Agência de
Desenvolvimento Social/CUT-SP

Mary Castro
Socióloga e Coordenadora de
Pesquisas da UNESCO no Brasil

**Maryelli Ludmylla Rodrigues
da Silva**
Vida por Vida / Juntos Somos Mais (AL)

Maurício Dutra
Presidente do Conselho Municipal
da Juventude de Belo Horizonte

Maurício PC
Banda Divisão de Apoio

Michael Freitas Mihallem
Coordenadora de Juventude
da Prefeitura de São Paulo

Miguel Abad
Agência de Cooperação
Internacional - GTZ (Paraguai)

Miriam Abramovay
Universidade Católica de Brasília (Brasil)

Moisés Barboza
Presidente do Conselho Estadual de
Políticas Públicas de Juventude

Moisés Oliveira
Associação Metropolitana de Grafiteiros

Nabil Bonduki
Professor da FAU-Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da USP
e Vernador em São Paulo

Nerliane Fiori Murloch
Representante da CONTAG
- Coordenadora da Comissão
de Jovens da Fetaep

Orlando Silva
Secretário Nacional de Esporte
Educativo do Ministério do Esporte

Créditos

- Oscar Dávila**
Centro de Investigación y Difusión
Poblacional de Achupallas
Viña del Mar (Chile)
- Patricia Lânes**
Pesquisadora
- Paul Singer**
Secretário Nacional de Economia
Solidária do Ministério do Trabalho
- Paulo Carrano**
Professor da Faculdade de Educação
da Universidade Federal Fluminense
(UFF) e Coordenador do Observatório
Jovem do Rio de Janeiro
- Paulo Okamoto**
Diretor de Administração e
Finanças do Sebrae Nacional
- Paulo Petri**
Presidente da Comissão do
Jovem Advogado da OAB-RS
- Paulo Vannuchi**
Coordenador Executivo do
Instituto Cidadania
- Pedro Lessa**
Coordenador Regional da Unesco (RJ)
- Pedro Paulo Martoni Branco**
Diretor Adm. e Financeiro
do Instituto Cidadania
- Peter Lauritzen**
Conselho do Diretório Europeu para a
Juventude e o Esporte (Alemanha)
- Plínio Simas**
Direção Estadual do MPA - Movimento
de Pequenos Agricultores
- Pricilla Camargo Diniz**
Núcleo de Juventude da Prefeitura
de Uberlândia (MG)
- Regina Novaes**
Consultora Especial do Projeto
Juventude do Instituto Cidadania
- Rejane Penna Rodrigues**
Secretaria de Esportes da
Prefeitura de Porto Alegre
- Renata Menezes**
Iber/Assessoria
- Ricardo Abreu (Alemão)**
Conselho Diretor do Instituto
Maurício Grabois
- Rodrigo Ratkus Abel**
Assessor da Secretaria Geral de
Presidência da República
- Rodrigo Soares**
AMES - Associação Municipal
dos Estudantes Secundaristas
do Rio de Janeiro
- Ronald Sarges**
Conselheiro do Setorial dos Homossexuais
e vice-presidente do MHB - Movimento
de Homossexuais de Belém
- Roseane Freitas**
Grupo Mulher Maravilha
- Rubem Cesar Fernandes**
Antropólogo, Professor da UFRJ
e Coordenador do Viva Rio
- Sânia Maria Campos**
Coordenadora do Programa para
Jovens da Secretaria Municipal de
Assistência Social de BH - PUC/MG
- Selma Rocha**
Fundação Perseu Abramo
- Sérgio Balardini**
FLACSO - Faculdade Latinoamericana
de Ciências Sociais (Argentina)
- Severine Macedo**
Coordenadora de Juventude
- Fetraf - Sul/CUT
- Silvaneq Rubens Alves de Souza**
Educador / Mocambo - Movimento
Afro-Descendente do Pará
- Silvano Gianni**
Diretor Presidente do Sebrae Nacional
- Simone Battestin**
Coordenadora da Comissão Nacional
de Juventude - CONTAG
- Simone Brito**
SOS Corpo
- Maria do Socorro Silva (Socorrinha)**
Coordenação de Juventude da
Secretaria Estadual de Assistência
Social e Cidadania-SASC (PI)
- Solange Rodrigues**
Assessoria/ Pesquisadora
do Iber/Assessoria
- Sonia Francine (Soninha)**
Apresentadora de TV e
Comentarista Esportiva
- Tereza Queiroz**
Universidade Federal da Paraíba
- Tingo Delácio**
Coordenador de Juventude
da Prefeitura de Olinda
- Ticiana Studart Albuquerque**
Coletivo de Mulheres do PT Nacional
- Umbelina Maria Barbosa**
Secretária do Trabalho da Teresina
- Vera Lúcia Santos**
Promotora da Infância e da
Juventude do Piauí
- Vera Motta**
Secretária de Assuntos Jurídicos
do Partido Verde (SP)
- Vera Nacif**
Secretária do Trabalho e Ação Social
do Estado do Espírito Santo
- Verônica dos Santos**
Movimento pela Paz na Periferia - MP3
- Vitor de Wolf**
Orçamento Participativo
Jovem / Niterói (RJ)
- Wagner de Melo Romão**
Projeto Juventude
- Yuri Chillán**
Secretário Geral da Organização
Internacional da Juventude (Espanha)
- Zenilde Collet**
MMA-Movimento de Mulheres
Agricultoras / SC

Participaram da redação do documento de conclusão

Caio Magri
Instituto Ethos

Carlos Odas
Projeto Juventude

Cleusa Pavan
Escola Paulista de Medicina,
Instituto Sedes Sapientiae

Daniel Benevides
Jornalista, Projeto Juventude

Daniela Custódio
Geledés, Instituto da Mulher Negra

Daniël Moreira
Centro de Memória da Juventude,
União da Juventude Socialista

Diogo Castro
MST

Fabiana Costa
2ª Vice-Presidente da UNE, União
da Juventude Socialista

Fábio Deboni
Ministério do Meio Ambiente

Fernanda Pupa
Fundação Friedrich Ebert/ILDES, Grupo
de Articulação de Jovens Mulheres

Gabriel Medina
Assessor da Vereadora Tita Dias (SP)

Gabriela Junqueira Calazans
Programa estadual de DST/
AIDS - CRT DST/AIDS

Helena Abramo
Consultora Especial do Projeto
Juventude do Instituto Cidadania

Isabel Cristina de M. Carvalho
Professora da Pós-Graduação
em Educação na ULBRA

Jaime Sautchuk
Assessor de imprensa do
Ministério dos Esportes

Joice C. de Carvalho Camargo
Documentalista do Projeto Juventude

José Marcelo Zacchi
Consultor Viva Rio / Banco Mundial

Juarez Dayrell
Observatório de Juventude da UFMG

Livia De Tommasi
Redes e Juventudes

Luciana Guimarães
Instituto Sou da Paz

Luciana Mandelli
Coletivo Nacional de Juventude do PT

Luciano Resende
Presidente das ANPG

Marcelo Gavião
presidente da UBES

**Marcelo Pereira de Almeida
Ferreira (Russo)**
Coordenação-Geral de Apoio,
Capacitação e Eventos Esportivos
do Ministério do Esporte

Maria Adrião
Assistente de pesquisa e educadora da
ECOS - Comunicação em Sexualidade

Maria Carla Corrochano
Ação Educativa

Maria Cristina Alves Pereira
Especialista em Saúde Pública,
Educação em Foco (MG)

Maria Cristina G. Vicentin
Professora da PUC-SP

Maria Virgínia Freitas (Magi)
Ação Educativa

Marina da Silva Kahn
Antropóloga, Instituto
Sócio-Ambiental (ISA)

Monica Alterthum
Editora do Site do Projeto Juventude

Paulo Carrano
Professor da Faculdade de Educação
da Universidade Federal Fluminense
(UFF) e Coordenador do Observatório
Jovem do Rio de Janeiro

Paulo Vannuchi
Coordenador Executivo do
Instituto Cidadania

Pedro Paulo Martoni Branco
Diretor Adm. e Financeiro
do Instituto Cidadania

Pedro Souza
MST

Raquel Souza
Ação Educativa

Regina Novaes
Consultora Especial do Projeto
Juventude do Instituto Cidadania

Simone Battestini
Coordenadora de Juventude da Contag

Sônia Francine (Soninha)
Apresentadora de TV e
Comentarista Esportiva

Sylvia Cavasim
Pesquisadora e Diretora da ECOS
- Comunicação em Sexualidade

Ticiane Studart Albuquerque
Coletivo Nacional de Juventude do PT

Wagner de Melo Romão
Projeto Juventude

Wesley Francisco
Coordenador do Núcleo GLBT da UNE

Participantes das plenárias

Adriana Curvalho
Assessora da Juventude da Prefeitura de Santo André (SP)

Adriano Pires
Secretário de Juventude do PT-RS

Agnaldo Santos
Departamento de Sociologia da USP

Alci Marcus Ribeiro Borges
Governador do Estado do Piauí - Secretária de Justiça e Direitos Humanos

Alessandro Nogueira
Juventude do PT

Alessandro Ponce de Leon
Ministério do Trabalho e Emprego

Alexandre Youssef
Coordenador Especial da Juventude da Prefeitura de São Paulo

Alice D. Gambardella
PUC-SP

Álvaro Pereira
Centro Acadêmico XI de Agosto

Amanda Augusto Pinto
Coordenadora do Negro Prefeitura de São Paulo

Ana Paula Moura Rodrigues
Ministério do Esporte

Andréia Bessa
Coordenadora Especial da Juventude da Prefeitura de Campinas (SP)

Anísia Maria Teixeira P. da Silva
Coordenadora Especial de Esporte na Periferia do Piauí

Aroaldo Oliveira da Silva
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Barbara Siqueira
Câmara Municipal de Niterói - Gabinete do Vereador Rodrigo

Beto Cury
Assessor do Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil

Caio Magri
Instituto Ethos

Carlos Odas
Projeto Juventude

Carmen S. de Oliveira
Ex-presidente da FEBEM (RS) e professora da UNISINOS (RS)

Clara Ant
Assessora Especial do Presidente da República e Diretora do Instituto Cidadania

Claudio Vignatti
Deputado Federal (SC) e Membro da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados

Cleusa Pavan
Instituto Sedes Sapientiae e Escola Paulista de Medicina

Cormarie Guimarães Perez
Diretora de Departamento de Cidadania da Prefeitura de Diadema (SP)

Cristian Avila da Silva
Chefe de Gabinete do Deputado Federal Lindberg Farias

Daniel Benevides
Instituto Cidadania

Daniel Cara
Instituto Sou da Paz

Daniel Penalba
DA e DCE-Unicap (PE)

Daniel Vaz Freire
Diretor Executivo da Opção Brasil

Daniela de Melo Custódio
Galeádis - Instituto da Mulher Negra

Daniêl Moreira
Diretor do Centro de Estudos e Memória de Juventude - CEMJ

Denise Maria Cesario
Fundação Abting

Diogo Castro
MST

Edna Mendonça Oliveira de Queiroz
PUC-GO / Prefeitura de Goiânia

Edson Claudio Pistori
MEC - Ministério da Educação e UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Eduardo Valdowski
Secretaria Municipal de Juventude do PT (SP)

Elizabeth S. Henna
Assessoria da Juventude - Prefeitura de Santo André (SP)

Eloá Kátia Coelho
PUC-SP / CEJ Parque Veredas - Prefeitura de São Paulo

Eugênio Scannavino Netto
Coordenador Nacional - Projeto Saúde e Alegria - Pará

Fabiana S. Costa
Vice-Presidente da UNE

Fabiano Kempfer
Gerente da Juventude Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário

Fábio Anderson Rodrigues Pena
Coordenador de Educação, Comunicação e Juventude - Projeto Saúde e Alegria - Pará

Fábio Palácio de Azevedo
Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude e União da Juventude Socialista - UJS

Fábio Souza
Assessor de Juventude do INCRA (SP)

Fernanda C. Papa
FES - Fundação Friedrich Ebert Stiftung / Ides

Flavio Jorge Rodrigues da Silva
Diretor da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Cidadania

Francisco dos Reis Oliveira
Assessoria Juventude Prefeitura de Ribeirão Pires (SP)

Gabriel Medina de Toledo
Assessor da Vereadora Tita Dias (SP)

Gabriela Janqueira Caluzans
Programa Estadual de DST/AIDS - CRT DST/AIDS / Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo

Gustavo Lemos Petta
Presidente da UNE

Gustavo Venturi
Núcleo de Pesquisa da Fundação Perseu Abramo / Criterium Pesquisas

Helena Abramo
Comissão de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo e Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Humberto de Jesus
Secretário Nacional de Juventude do PT

Ivo Corrêa
Ministério da Cultura

Jailton Farins
Assessoria da Juventude da Prefeitura de Diadema (SP)

Jaime Cabral Filho
Secretaria Nacional de Formação Política do PT

Jamerson Almeida
Diretor de Esporte da Prefeitura de Recife (PE)

Janajna Maria Machado
Coordenadora do Negro Prefeitura de São Paulo (SP)

Jean Liberato
Diretor da Federação Estadual dos Bancários - CUT/FETECSP (SP)

- Jefferson Suoma**
GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)
- Joice C. de Carvalho Camargo**
Documentalista do Projeto Juventude
- Jonah Wittkamper**
Diretor Regional da GYAN (Rede Global - Ação Juvenil) na América Latina
- Jorge M. M. Silva**
Movimento Adolescentes Brasileiros - MAB
- José Aroldo A. Correia**
Diretor Cultural da UNE
- José Damião**
MIRE
- José de Filippi Júnior**
Prefeito de Diadema (SP) e diretor do Instituto Cidadania
- José Marcelo Zacchi**
Consultor Viva Rio / Banco Mundial
- José Ricardo Fonseca**
Assessoria do Deputado Federal Cláudio Vignatti
- José Roberto Guido Pereira**
Diretor Executivo da Apeoesp
- Juliana Bonassa**
MST
- Julielba Maria dos Santos**
CMP-SE / MOPS - Movimento Popular de Saúde de Sergipe
- Júlio Silva Santana**
UBES
- Kelly Cecilia Teixeira**
Opção Brasil
- Kenneth Serbin**
Universidade de San Diego, Califórnia, EUA
- Laudijane Domingos da Silva**
Criança Esperança - Olinda
- Leopoldo Vieira Teixeira**
DCE - UFPA
- Lindberg Farias**
Deputado Federal (RJ)
- Livia De Tommasi**
Projeto Redes e Juventudes
- Louise Caroline Lima e Silva**
Diretora da UNE
- Luciana Guimarães**
Diretora de Projetos do Instituto Sou da Paz
- Luciana Mandelli**
Projeto Juventude
- Luciano Garcia Rezende**
União Estadual dos Estudantes / Pastoral da Juventude - SP
- Luís Fernando da Silva**
Diretor Cultural - ABEVIC - Associação Beneficente Ed. Vila Conceição
- Maicon Michel Vasconcelos da Silva**
Coordenador da Juventude Metalúrgica do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
- Marcela Freitas**
GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)
- Marcelo Buzetto**
MST
- Marcelo Frogozo dos Santos**
Gabinete do Deputado Estadual Elvino Bohu Goss (RS)
- Marcelo Gomes Ribeiro**
Assessor da Juventude da Prefeitura de Goiânia (GO)
- Marcelo Viana**
Direção Nacional da União da Juventude Socialista - UJS / Negroatividades
- Marco Antonio da Silva (Markão)**
Rapper do Grupo de Hip-Hop DMN
- Marcos Ribeiro Mesquita**
Estudante de Psicologia da PUC-SP
- Marcos Roberto Emilio**
Coordenador do Coletivo Nacional de Juventude Trabalhadora de CUT
- Maria Beatriz Costa Carvalho**
Instituto Sedes Sapientiae
- Maria Carla Corrochano**
Ação Educativa
- Maria Cristina Alves Pereira**
Especialista em Saúde Pública, Educação em Foco (MG)
- Maria Cristina Corral**
Diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região
- Maria do Socorro Silva (Socorrrinha)**
Coordenação de Juventude da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SASAC (PI)
- Maria Victoria Benevides**
Professora da USP e Diretora do Instituto Cidadania
- Maria Virginia Freitas (Magi)**
Ação Educativa - Coordenadora do Programa Juventude
- Mariana Bento**
Assessoria da Juventude da Prefeitura de Santo André
- Mariana Fagundes Lellis Vieira**
Centro Acadêmico XI de Agosto
- Mariângela Araujo**
Assistente de Projetos e Comunicação do Instituto Cidadania
- Marilyn Andrade**
Elenko / RVA
- Mário Nunes**
Secretário de Participação Cidadã da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP)
- Mauro de Freitas**
Secretário Geral Opção Brasil
- Michael Freitas Mohallem**
Coordenador de Projetos da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Paulo (SP)
- Mônica Alterthum**
Editora do Site do Projeto Juventude
- Murilo Muniz**
Mandato da Vereadora Tita Dias
- Nabil Bonduki**
Professor da FAU-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Vereador em São Paulo
- Nice Couto**
Assessoria deputado Marcelo Cândido (SP)
- Oded Grajew**
Instituto Ethos
- Oires Assis Ribeiro**
Assessoria da Juventude da Prefeitura de Diadema (SP)
- Olavo Noleto**
Casa Civil da Presidência da República
- Olivia Martin**
GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)
- Orlando Silva**
Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte
- Pascoal Bordignon**
CBMM e Diretor do Instituto Cidadania
- Patrícia Rocha Araújo**
Educativa - Zulu Nation Brasil
- Patrick Paraense**
Presidente do Instituto de Juventude da Amazônia
- Paula Battistoni**
Assistente de Coordenação do Instituto Cidadania
- Paulo Barone**
Analista de Pesquisas da Criterium Pesquisas
- Paulo Carrano**
Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro
- Paulo Okamoto**
Diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional
- Paulo Sérgio Maciel**
Assessor da Vereadora Tita Dias (SP)
- Paulo Vannuchi**
Coordenador Executivo do Instituto Cidadania

Créditos

Paulo Vinicius Santos da Silva
UNE

Pedro Marcos Lopes
Prefeitura Municipal de Aracaju (SE)

Pedro Paulo Martoni Branco
Diretor Adm. e Financeiro
do Instituto Cidadania

Pedro Suarez
MST

Pinin Marcos T. de Oliveira
UNE

Preto Ghóez (*in memoriam*)
Movimento Hip Hop Organizado
do Brasil - MHOHB

Rafael Barbosa de Moraes
Vice-presidente da UNE

Ramon Szymceta
Secretário Estadual da Juventude do PT-SP

Regina Brasileiro
Instituto Cidadania

Regina Reyes Novaes
Consultora Especial do Projeto
Juventude do Instituto Cidadania

Reginaldo Lopes
Deputado Federal (BH) e Presidente
da Comissão de Juventude da
Câmara dos Deputados

Renato Melo Ribeiro
Coordenadoria de Participação Popular
(CPP) da Prefeitura de São Paulo (SP)

Renato Souza de Almeida
Pastoral da Juventude

Ricardo Abreu (Alemão)
Secretaria da Juventude do PCdoB e
IMG - Instituto Maurício Grabois

Rodrigo Nunes
Assessoria da Juventude da
Prefeitura de Ribeirão Pires (SP)

Rodrigo Ratkus Abel
Assessor da Secretaria Geral da
Presidência da República

Rosamaria Rodrigues Gomes
Comitê da Juventude do PT - Ceará

Samuel de A. Carvalho
Diretório Central dos Estudantes - UFSCar

Sérgio Maurici Bernardo
Prefeitura Municipal de Blumenau

Silvia Esteves
Instituto Credicard

Simone André
Instituto Ayrton Senna

Simone de Assis
Presidente da ONG Ação Jovem

Sônia Francine (Soninha)
Apresentadora de TV e
Comentarista Esportiva

Sueli Chan
Zulu Nation Brasil

Sylvia Antonietta Gasparini
Prefeitura de Diadema

Talita Montiel D'O. Castro
GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)

Tatiana Carlotti
Instituto Cidadania

Tiago Alves Ferreira
Diretor de Cultura da UNE

Tiago da Silva Santos
CMP-SE / Mops - Movimento
Popular de Saúde de Sergipe

Ticiana Studart Albuquerque
Coletivo Nacional de Juventude do PT
e Secretaria de Formação Política

Tita Dias
Vereadora em São Paulo (SP)

Toni C. Pereira
UJS - União da Juventude Socialista

Vanessa Aparecida Barbosa Ramos
Membro do Setorial de Juventude
do PT/Campinas / Secretária CML

Vera Gorczeski
Assistente de Projetos do
Instituto Cidadania

Vivian Farias
Juventude Nacional do PT

Wadson Nathaniel Ribeiro
UJS - União da Juventude Socialista

Wagner de Melo Romão
Projeto Juventude

Wagner Santana
Criterium Pesquisa

Wulberto Fonseca Junior
Juventude Nacional do PT

Weber Lopes Góes
Núcleo Cultural Força Ativa



Consultoria Especial

Helena Abramo
Regina Novas

Acompanhamento pelo Instituto Cidadania

Paulo Vanzuchi
Pedro Paulo Marioni Branco

Equipe de trabalho

Carlos Odas
Daniel Benevides
Joice C. de Carvalho Camargo
Luciana Mandelli
Mariângela Araújo
Mônica Altschuld
Wagner de Melo Romão



Conselho Diretor

José Alberto de Camargo

Presidente

Paulo Vanzuchi
Coordenador Executivo
Pedro Paulo Marioni Branco
Diretor Admin. e Financeiro
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
João Felício
Maria Victoria Benevides
Pascual Bordignon

Conselho Fiscal

Clara Ant
José de Filippi Junior
Paulo Okamoto

Equipe interna


Mariângela Araújo
Paula Battistoni
Regina Brazileiro
Tatiana Carloti
Vera Gorczeski

Endereço

Rua Povo Alegre, 21
Ipiranga - São Paulo - SP
cep-04261-030
Telefone (11) 6915-7022
cidadania@cidadania.org.br
www.cidadania.org.br

Anexo II.

P.T.A



Prefeitura do Município de Itapevi

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Da Prefeitura Municipal

1.1.1 **Nome:** Prefeitura Municipal de Itapevi

1.1.2 **Endereço:** Rua Joaquim Nunes, 65 Centro / Itapevi SP.

1.1.3 **Telefone / fax:** (11) 41437600 / (11) 4141-4744

1.1.4 **Email:** gabinete.prefeita@itapevi.sp.gov.br

1.1.5 **Home Page:** www.itapevi.sp.gov.br

1.1.6 **CNPJ:** 46.523.031/0001-28

1.2 Do Representante Legal

1.2.1 **Nome:** Maria Ruth Banholzer

1.2.2 **Endereço:** Rua Joaquim Nunes, 65 Centro – Itapevi / São Paulo – CEP: 06653-090

1.2.3 **Telefone / fax:** 4143-7600

1.2.4 **E-mail:** gabinete.prefeita@itapevi.sp.gov.br

1.2.5 **RG:** 10248636 – SSP/SP

1.2.6 **CPF:** 085.414.184-72

1.3 Da Executora do Programa

1.3.1 **Nome:** Secretaria de Assistência Social e Cidadania

1.3.2 **Endereço:** Rua Escolástica Chaluppe, 154 Centro – Itapevi / SP CEP: 06653-050.

1.3.3 **Telefone / fax:** 4143-9700

1.3.4 **E-mail:** sec.assist.social@itapevi.sp.gov.br

1.4 Do Representante da Executora

1.4.1 **Nome:** Ruth Frederico Gianezzi

1.4.2 **Endereço:** Escolástica Chaluppe, 154 Centro – Itapevi / SP CEP: 06653-050

1.4.3 **Telefone / fax:** (11) 4143-9700

1.4.4 **E-mail:** sec.assist.social@itapevi.sp.gov.br

1.4.5 **RG:** 16.522.455-1

1.4.6 **CPF:** 080.741.738-60

Rua Escolástica Chaluppe, 154 – Fone: (011) 4141.2020 – Fax: 4141.4999 – CEP 06653-050 – Centro – Itapevi – SP.
Itapevi - SP - Prefeitura - Rua Manoel 2011 - 13.06.2010 - 1.430



Prefeitura do Município de Itapevi

2. DIAGNÓSTICO DA REGIÃO E MUNICÍPIO

O Município de Itapevi está situado na região metropolitana de São Paulo, a 39 km do centro da Capital, e faz divisa com os municípios de Santana de Parnaíba, Barueri, Jandira, Cotia, Vargem Grande Paulista e São Roque. Juntamente com os demais municípios integram a região oeste de São Paulo, onde tem acesso através das Rodovias Castelo Branco (Rodovia SP 29), Raposo Tavares e pela Linha Ferroviária CPTM.

O crescimento populacional foi observado a partir da década de 80, como rápido e desordenado, o que se deve ao fato de ser fácil acesso ao centro de São Paulo devido à rede ferroviária, o qual estimula a procura por moradia principalmente de famílias provenientes de outros estados em busca de trabalho e melhorias nas condições de vida. Nesta década o município era habitado por aproximadamente 52.863 pessoas.

A população residente no município é predominantemente de baixa renda, sendo que 22,85% dos moradores possuem renda per capita de até 1/2 salário mínimo, conforme o censo de 2005 realizado pela SEADE/SP, e 62,42% dos moradores possui renda de até 3 salários mínimos, o que destaca o município entre os mais pobres da Região Metropolitana de São Paulo (fonte censo IBGE 2000).

2.1 Dados Demográficos

Atualmente o Município de Itapevi possui 193.639 habitantes aproximadamente, onde 30,02% da população têm até 15 anos de idade. (Fonte: IBGE 2007)

Existem 2.451,13 habitantes / Km² e seu território ocupa uma área de 79 Km² integralmente urbana (SEADE/SP-2005).

A partir do ano de 2007 inicia-se uma nova proposta no município referente ao crescimento industrial, onde este está por adquirir duas novas indústrias na cidade. Desta forma a população poderá ser beneficiada pela oportunidade de emprego às famílias visto que, conforme mencionado o mercado informal na cidade de Itapevi é grande e o desemprego atinge 7,84% da população.

Esses dados demonstram que as famílias vivem em uma grande situação de vulnerabilidade social e como conseqüências crianças e adolescentes ingressando precocemente no mercado de trabalho informal. Para combater tal situação a Prefeitura Municipal assume a Assistência Social por meio da Secretaria de Assistência Social e Cidadania aonde vem acompanhando aproximadamente 16.300 famílias, por meio dos programas de transferência de renda. Com a descentralização da Assistência Social e os Centros de Referência da Assistência



Prefeitura do Município de Itapevi

2.3 Políticas Públicas e Rede de Atendimento

A rede de atendimento encontra-se em processo de fortalecimento e, a alteração do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano para o ProJovem Adolescente, será fortalecida na avaliação positiva deste plano de trabalho.

Em relação às políticas públicas, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania por meio dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS atendem os seguintes programas:

- Ação Jovem (15 a 24 anos) – Meta de atendimento 232 jovens;
- Espaço Amigo (7 a 14 anos) – Meta de atendimento 200 crianças e adolescentes;
- PETI (0 a 14 anos) – Meta de atendimento 348 famílias;
- Bolsa Família (criança e adolescente 0 a 17 anos) – Meta de atendimento 10.865 família;
- Renda Cidadã Expansão (famílias em geral) – Meta de atendimento 4.778 famílias;
- Renda Cidadã Fortalecendo a Família (famílias em alta vulnerabilidade social) – Meta de atendimento 240 famílias;
- Benefício de Prestação Continuada (deficientes e idosos) – Meta de atendimento 1.007 idosos e 1.125 pessoas portadoras de deficiência;

Os CRAS estão localizados em regiões de alta vulnerabilidade social, e abrange os bairros de Engenheiro Cardoso – Unidade I, Vila Aurora – Unidade II, Jardim Maristela – Unidade III e Amador Bueno – Unidade IV.

Por meio das outras secretarias do município, existem também alguns programas voltados para a juventude:

- Programa Jovem Cidadão – desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Pró Jovem – desenvolvido pelo PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador)
- Companhia de Dança – desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura;



3. DO PROGRAMA PROJÓVEM ADOLESCENTE

MP N.º 411, de 28 de dezembro de 2007

Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJÓVEM:

- Altera a Lei N.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004 (Bolsa Família);
- Estabelece as 4 modalidades do Programa, dentre as quais o Projóvem Adolescente (coordenado pelo MDS);
- Institui o Conselho Gestor do Projóvem (unificado) e prevê Comitê Gestor para cada modalidade do Programa.

Proposta de regulamentação do Projóvem Adolescente:

- Princípios, diretrizes e eixos estruturantes do SUAS;
- Gerar oportunidades para assegurar direitos aos jovens;
- Territorialização e matricialidade sociofamiliar;
- Serviço socioeducativo de Proteção Social Básica, obrigatoriamente referenciado ao CRAS.

4. PÚBLICO ALVO

Jovens de 15 a 17 anos:

- Provenientes de família beneficiária do PBF (perfil de renda);
- Que demandam, simultaneamente, proteção social especial, ou em situação de transição, do nível especial para o nível básico de proteção social (PETI, Sentinela, medidas protetivas e socioeducativas do ECA), independentemente da renda familiar.



Prefeitura do Município de Itapevi

5. TOTAL DE ATENDIDOS

Inicialmente o município atenderá a 375 adolescentes, fracionados em 15 coletivos, com total de até 25 participantes por unidade, distribuídos na seguinte forma:

- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – Vila Aurora
Rua Gino Gottara Filho, 221 - Vila Aurora
TOTAL DE COLETIVOS: 04 coletivos
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – Engenheiro Cardoso
Rua Afonso dos Santos, 211 - Engenheiro Cardoso
TOTAL DE COLETIVOS: 3 coletivos
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Jardim Maristela
Rua Giacomo Silicani, 215 - Jardim Paulista
TOTAL DE COLETIVOS: 06 coletivos
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Amador Bueno
Rua Claro Camargo Ribeiro, 422 - Amador Bueno
TOTAL DE COLETIVOS: 02 coletivos

6. DA RELAÇÃO COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Cabe ao gestor de Assistência Social do Município apresentar o ProJovem Adolescente aos diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGD e ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando-lhes a conhecer os objetivos e especificidades do Serviço Socioeducativo de convívio, especialmente sobre a sua natureza, enquanto serviço de Proteção Social Básica, bem como sobre os critérios e procedimentos para o preenchimento das vagas.

Cabe ao gestor de Assistência Social do Município estabelecer as articulações intersetoriais com os órgãos do SGD, relacionados no parágrafo único do art. 10 da Medida Provisória nº 411/07, de forma a regular os fluxos de encaminhamento de jovens no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, bem como a interveniência ou não dos programas e serviços de Proteção Social Especial, em cada caso, e de forma a fazer constar à recomendação do gestor, de participação do jovem ao serviço socioeducativo de convívio.



Prefeitura do Município de Itapevi

7. OBJETIVOS

7.1 Objetivos Gerais

- Complementar a Proteção Social Básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; e
- Criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

7.2 Objetivos Específicos

- a) Desenvolver potencialidades e estimular aptidões e talentos, promovendo a auto-estima, a autodeterminação e a autonomia dos jovens;
- b) Ampliar as referências culturais dos jovens, estimulando a criação, a produção e a fruição de bens culturais materiais e imateriais, bem como a valorização e o reconhecimento da diversidade cultural brasileira;
- c) Contribuir para a ampliação das oportunidades de acesso e fruição da cultura, esporte e lazer;
- d) Promover a saúde, o bem-estar físico e compartilhar conhecimentos sobre saúde sexual, direitos reprodutivos, DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e uso abusivo de drogas criando-se recursos para a prática do autocuidado e cuidado com o outro;
- e) Promover o esporte e o lazer a partir dos valores de solidariedade, cooperação mútua e de satisfação das necessidades humanas;
- f) Estimular a reflexão sobre a relação ser humano e natureza, contribuindo para a construção de uma visão crítica e pró-ativa sobre a proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- g) Promover a apropriação de conhecimentos sobre o mundo do trabalho, com visão crítica e atitude pró-ativa na perspectiva do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários à vida laboral;
- h) Orientar os jovens na busca pelo reconhecimento de suas aptidões e interesses para a construção de um projeto pessoal e/ou coletivo de desenvolvimento profissional;
- i) Promover a inclusão no mundo digital e das novas tecnologias, desenvolvendo suas competências comunicativas e capacidades cognitivas, afetivas e de sensibilidades ético-estéticas;



Prefeitura do Município de Itapevi

- j) Ampliar nos jovens suas referências sobre valores éticos e humanos e sobre direitos e deveres de cidadania;
- k) Desenvolver a capacidade de discernimento diante de situações de risco, reforçando nos jovens a não violência e a cultura de paz e proporcionando conhecimento sobre instâncias de recurso no caso de ocorrência de situações de risco pessoal e social;
- l) Proporcionar experiência de exercício da cidadania por meio do desenvolvimento do protagonismo dos jovens em ações coletivas de interesse público no território em que vivem;
- m) Estimular a participação social, cultural e política dos jovens na vida pública e seu potencial de transformar a realidade em que vivem;
- n) Contribuir para que os jovens qualifiquem a sua relação com os múltiplos espaços sociais em que transitam no seu cotidiano, valorizando as redes de sociabilidades juvenis;
- o) Desenvolver nos jovens a capacidade de valorizar as diversidades culturais, étnico-raciais, intergeracionais e as diferentes orientações sexuais.

8. DO ORDENAMENTO DOS TEMPOS, ESPAÇOS E CONTEÚDOS DAS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS

8.1 Ordenamento dos Tempos e Espaços

As atividades do ProJovem Adolescente ocorrerão em horário alternado ao da escola.

O ciclo completo de atividades do Pro Jovem Adolescente – Serviço Socioeducativo tem duração prevista de até 24 meses e carga horária total de 1.200 horas, distribuídas em até 48 semanas/ano, perfazendo uma carga horária semanal média de 12,5 horas, ou 2,5 horas/dia de atividades para os jovens. A cada 2 anos, ao se concluir um ciclo completo de atividades, os jovens serão desligados e seus coletivos dissolvidos. Um novo ciclo completo terá início, com a constituição de novos coletivos, a partir do processo de preenchimento das vagas abertas pela saída dos jovens que concluíram sua participação no ProJovem Adolescente.

Os coletivos do ProJovem Adolescente deverão iniciar suas atividades até o mês de março de cada ano e encerrá-las no mês de dezembro do ano seguinte.

A organização da grade horária semanal de cada coletivo, resguardada a oferta de pelo menos 12,5 horas semanais de atividades para os jovens, é de responsabilidade do CRAS, que ofertará o serviço, devendo ser discutida com os jovens e suas famílias.

Observação: Excepcionalmente, consideradas sazonalidades ou outras características locais que impeçam a participação regular dos jovens ao longo do ano, poder-se-á adotar outras formas de



Prefeitura do Município de Itapevi

distribuição das atividades no tempo, sem prejuízo do desenvolvimento integral das diversas dimensões formativas, devendo-se apresentar e aprovar a proposta de redistribuição da carga horária no Conselho Municipal de Assistência Social, ou CAS/DF, comunicando-se posteriormente ao MDS, por meio do preenchimento de campos destinados a essa finalidade no Sistema de Informação e Monitoramento do ProJovem Adolescente.

8.2 Conteúdos das Atividades Socioeducativas

Do ponto de vista de seu traçado metodológico, o ProJovem Adolescente estrutura-se em 2 (dois) Ciclos de Atividades Complementares – Ciclo I e Ciclo II - cada um deles com duração de 01 ano e carga horária de 600 horas, distribuídas e organizadas em 4 (quatro) Percursos Socioeducativos, com 3 (três) meses de duração cada, totalizando cerca de 150 horas para cada Percurso.

9. DA ESTRUTURA FÍSICA E DOS RECURSOS MATERIAIS

O espaço destinado à base física do(s) coletivo(s) do ProJovem Adolescente deve comportar uma sala ampla, com no mínimo 36m², para a realização das atividades de convivência entre os jovens, com condições adequadas de iluminação, arejamento e limpeza. O espaço deve comportar 05 (cinco) mesas de 06 (seis) lugares, com as respectivas cadeiras, possibilitando arranjos diversos do mobiliário, para a realização de diferentes atividades e abordagens socioeducativas.

A base física de um coletivo do ProJovem Adolescente poderá ser compartilhada com outros coletivos, ou mesmo outros serviços socioeducativos, em horários alternados, desde que o mobiliário seja compatível.

9.1 Equipamentos Necessários

Para suporte às atividades do coletivo, é recomendável que os jovens possam dispor na sua base física, de equipamentos diversos, tais como: lousa, retro projetor e tela de projeção, máquina fotográfica, filmadora, aparelhos de som, TV, DVD e computador, além de materiais de consumo imprescindíveis (papel, canetas, lápis, materiais para as oficinas, dentre outros). Estes últimos devem ser obrigatoriamente garantidos, na quantidade e qualidade necessárias ao desenvolvimento das atividades.



9.2 Espaço Físico

Os espaços físicos e os materiais utilizados no ProJovem Adolescente devem ser acessíveis a pessoas com deficiência, em conformidade com a Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e sua posterior regulamentação pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Espaços físicos e equipamentos específicos requeridos por atividades e oficinas de informática, esportivas, de lazer, culturais e outras, deverão ser disponibilizados pelo CRAS, ou pelos órgãos e entidades prestadoras do Serviço Socioeducativo em suas próprias instalações, ou viabilizados em outros locais próximos, na sua área por meio de parcerias institucionais. Poderá contar com locação ou contratação de serviços, que possibilitem a oferta regular de tais espaços e equipamentos, com periodicidade de utilização compatível com a metodologia e cronogramas do Serviço Socioeducativo de convívio.

10. CICLOS DE ATIVIDADES DO PROJÓVEM ADOLESCENTE

- a) Ciclo I – estabelecer o Coletivo de Jovens como espaço de referência de convívio cooperativo, afetivo, lúdico e solidário, que gera oportunidades para o desenvolvimento de criatividades instiga novos interesses e novas atitudes, valoriza a ação e a reflexão sobre valores éticos e estéticos, sobre a formação para o mundo do trabalho e a cidadania;
- b) Ciclo II – estabelecer o Coletivo de Jovens como espaço de referência formativa que propicia à elaboração de novos conhecimentos, a inclusão digital, a orientação para qualificação profissional e a valorização de experiências práticas, planejadas coletivamente e de interesses comuns para a vida social e profissional dos jovens.

As ações socioeducativas do Projovem Adolescente, de caráter teórico-prático, apresentam-se em duas modalidades distintas, a saber:

- Encontros – definidos como espaço de pesquisa, estudo, reflexão, debates, ação, experimentação, a partir dos temas transversais e, também de avaliação e sistematização da participação dos jovens no Serviço Socioeducativo de convívio;
- Oficinas – definidas como espaços de vivências culturais, lúdicas e práticas esportivas, que estimulam a criatividade, contribuem para a integração dos temas trabalhados, reforçam valores éticos e o compromisso dos jovens com o Serviço e oportunizam o acesso à arte, à cultura e ao esporte;
- Oficinas iniciais – Informática I e II.



Prefeitura do Município de Itapevi

12

13. Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros – Mensal

FONTE DE RECURSOS – MDS	
Valor por coletivos	1.265,25
Valor Mensal 15 Coletivos	18.975,00
Valor Anual (12 meses)	227.745,00
Contrapartida Prefeitura	45.549,00
Total Geral	273.294,00

Mês	Lanches	Material de higiene, limpeza e consumo	Material didático e pedagógico para oficinas	Uniformes	Gastos com transportes de adolescentes aos coletivos	Gastos com pedagógicos culturais e transporte	Recursos humanos
Jan	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Fev	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Mar	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Abr	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Mai	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Jun	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Jul	3.000,00	1.367,50	1.367,50	12.310,00	871,66	7.800,00	7.470,00
Ago	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Set	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Out	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Nov	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	7.470,00
Dez	3.000,00	1.367,50	1.367,50		871,66	7.800,00	14.940,00

Anexo III



Prefeitura do Município de Itapevi

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
PROJOVEM ADOLESCENTE



PIA
[PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO]

Nome Completo:		
		Data de Nascimento: ___/___/___
Sexo: () Feminino () Masculino		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	UF:
Ponto de Referência:		
Tel res:	Tel rec.	
Celular:		

SITUAÇÃO FAMILIAR

Reside com os Pais? () Sim () Não
Obs.:
Em caso negativo, citar com quem reside e o grau de parentesco:
Observações caso seja necessário:



Prefeitura do Município de Itapevi

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
PROJOVEM ADOLESCENTE



Adolescente possui Irmãos ?

() Sim () Não

Em caso Afirmativo, Citar Quantos. _____

A Família encontra-se inseridos no recebimento de benefício. Quais?

- () Bolsa Família
 () Renda Cidadã
 () Ação Jovem
 () PETI
 () Loas BPC (Benefício de Prestação Continuada)

SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Atualmente o Adolescente está frequentando a escola regularmente?

() Sim () Não

Em caso Afirmativo: Preencher os dados abaixo:

Nome da Escola:
Endereço:
Telefone:
A unidade escolar é próxima de sua residência e de fácil acesso? () Sim () Não
Em caso negativo especificar o motivo:

Informar Rendimento Escolar do Adolescente:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

SITUAÇÃO SAÚDE



Prefeitura do Município de Itapevi

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
PROJOVEMADOLESCENTE



Adolescente apresenta algum problema de saúde ?

() Sim () Não

Em caso de Afirmativo Especificar: _____

Faz algum Tratamento?

() Sim () Não

Em caso de Afirmativo Especificar qual tipo de Tratamento:

ATIVIDADES ESPORTIVAS

Adolescente possui alguma atividade esportiva, cultural e de lazer ?

() Sim () Não

Em caso Afirmativo, Citar Quais:

Profissionalização: Adolescente Frequenta ou já Frequentou cursos Profissionalizantes?

() Sim () Não

Em caso de Afirmativo, Citar o (s) Curso (s), e Locais: _____

Assistente Social Responsável
CRESS _____

Anexo IV

Entrevista sobre questões Étnico-Raciais dentro do Projovem

- Na sua opinião qual foi a importância do Projovem no combate ao racismo?
- Durante a sua passagem no Cras, você vivenciou alguma situação de racismo que poderia ressaltar? Se sim qual?
- Em sua opinião, o que o Projovem agregou na vida dos adolescentes que participaram do programa?
- Como o Projovem tratava as situações de discriminação e/ou preconceito?
- Como você acha que os cadernos do projovem agregaram ao tema combate ao preconceito racial?
- Você acha que os negros e os pardos e brancos tinham tratamento equiparados dentro do Projovem?

ANEXO V



O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome do entrevistador: Guilherme Bispo Macedo

Endereço: Rua dos Paulistas 389 Pq. Suburbano Itapevi-SP

CI (RG): 492893986

CPF: 34662760801

Nome do entrevistado:

Endereço do entrevistado:

CI (RG):

CPF:

Políticas de Igualdade Racial nos Cadernos de Orientação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem - Adolescente) em Itapevi de 2012 a 2014

É DIREITO DO ENTREVISTADO:

- a) **garantia de manutenção do sigilo e da privacidade:** o sigilo e a privacidade devem ser garantidos aos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa: ex: *"Todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo, serão analisadas em conjunto com as de outros voluntários, não sendo divulgado a sua identificação ou de outros pacientes em nenhum momento."* (item obrigatório)
- b) **garantia de plena liberdade do participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento,** em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. (item obrigatório). No caso de pesquisa clínica, na qual o paciente será submetido a tratamento, deve ser informado que a sua opção pela descontinuidade da participação, não acarretará qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição. ex: *"O Sr. tem toda a liberdade de retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento sem penalização alguma. Neste caso o Sr. poderá continuar seu tratamento na Instituição sem problemas (quando for o caso)."*



- c) **uso de dados e material coletado:** é o compromisso do pesquisador de utilizar os dados e/ou material coletado somente para esta pesquisa. Ex: *"O Sr. tem a garantia de que todos os dados obtidos a seu respeito, assim como qualquer material coletado só serão utilizados neste estudo."* item obrigatório.
- d) **acompanhamento e assistência:** o convidado deve ser informado e esclarecido sobre como será feito o acompanhamento e assistência a ele durante o estudo e inclusive após o encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa.
- e) **danos pessoais:** Em caso de dano pessoal ressalta-se que o participante de pesquisa tem direito a tratamento médico na Instituição, bem como às indenizações legalmente estabelecidas.
- f) **Despesas e compensações:** não deve haver despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. *"O Sr. não receberá nenhuma compensação financeira relacionada à sua participação neste estudo. Da mesma forma, o Sr. não terá nenhuma despesa pessoal em qualquer fase do estudo. Durante o período de sua participação, se houver qualquer despesa adicional de sua parte em relação a condução ou alimentação, Sr. será reembolsado."* (item obrigatório)
- g) **Direito de ser mantido atualizado sobre os resultados:** a qualquer momento, o participante tem o direito de acesso aos resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores. (item obrigatório); ex *"A qualquer momento, se for de seu interesse, o Sr. poderá ter acesso a todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo, ou a respeito dos resultados gerais do estudo."*
- h) **Direito a ter acesso aos resultados finais da pesquisa:** quando terminado o estudo, o pesquisador deve informar ao participante, caso ele solicite, todos os resultados e conclusões finais sobre a pesquisa (item obrigatório). ex: *"Quando o estudo for finalizado, o Sr. será informado sobre os principais resultados e conclusões obtidas no estudo."*
- i) **Garantia de acesso à informação:** deve ser fornecido os endereços e telefones dos pesquisadores e do Comitê de Ética para permitir que o participante tenha a quem recorrer em caso de dúvidas ou problemas. (item obrigatório). Deve haver a garantia de que os telefones dados sejam de fácil disponibilidade para permitir o rápido do participante. Não deve haver nenhuma referência de contato com o patrocinador. Quem deve dar esclarecimentos e acompanhamento é o médico ou o pesquisador. Não deve ter nenhum contato de telefone internacional, ou seja, contatos estrangeiros. Os telefones e contatos



fornecidos para o participante devem ser do pesquisador e médicos, brasileiros. Ex: "Em qualquer etapa do estudo, o Sr. terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é Guilherme Bispo Macedo que pode ser encontrado no endereço guilhermehsp45@gmail.com Telefone(s) (11) 41421508/ (11)995362429..... Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifesp – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: cepunifesp@unifesp.br.

- j) **Duas vias:** garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (item obrigatório). ex: " *Esse termo foi elaborado em duas vias devidamente assinadas, sendo que uma ficará com o Sr. e a outra conosco.* "

"Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo "Cultura Afro-Brasileira, Educação Física e Socioeducação no Centro de Referência em Assistência Social de Itapevi-SP". Eu discuti com o Guilherme Bispo Macedo sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso a tratamento hospitalar quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste Serviço".

data: ___/___/___

Nome do participante da pesquisa

assinatura



"Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimentos Livre e Esclarecido deste Profissional (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos."

data: ____/____/____

Nome do pesquisador principal

assinatura